

Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Roraima e Manaus: setor produtivo e potencialidades

©ACNUR/Felipe Inaldo





Prefácio

O número de deslocados forçados pelo mundo ultrapassou a cifra de 100 milhões de pessoas em 2022, valor que tem seguido um movimento ascendente nos últimos anos impulsionado por crises e conflitos pelo globo, em especial, por países como Afeganistão, Ucrânia e Venezuela. Enquanto os dois primeiros países ainda geram fluxos massivos de pessoas refugiadas e migrantes em direção a países de acolhida, percebe-se uma diminuição desse movimento em relação aos venezuelanos, que já somam mais de 5 milhões de pessoas fora da Venezuela. Os diferentes contextos demandam ações de proteção e assistência às populações, mas com enfoques diferentes que compreendam a Ação Humanitária para além da emergência, direcionada também à promoção de soluções duradouras.

O apoio dos países anfitriões e de doadores nacionais e internacionais é chave para configuração destas soluções, assim como a percepção, a nível global, do potencial de desenvolvimento socioeconômico que pessoas refugiadas e migrantes podem gerar em seus países de acolhida. Tal percepção vem se fortalecendo no cenário internacional que, cada vez mais, desenha a construção de respostas sustentáveis e com responsabilidade compartilhada entre os diversos atores locais e internacionais. Alguns exemplos são a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (2015), que ratificaram o compromisso de “não deixar ninguém para trás” e são ferramentas estratégicas para a integração local de pessoas refugiadas e migrantes; e o Pacto Global sobre Refugiados (2018), que reitera a participação ampla de múltiplos atores na construção de respostas às necessidades imediatas e de longo prazo das pessoas refugiadas e das comunidades anfitriãs, incluindo o setor privado.

Em relação à crise humanitária da Venezuela, que atingiu seu sexto ano consecutivo em 2022, a presença de atores diversos na resposta emergencial ao grande fluxo de pessoas refugiadas e migrantes entrando pelo norte do Brasil, garantiu a construção de ações sólidas, estruturadas e organizadas, capazes de enfrentar os desafios primários de acolhida no país. O que se percebe atualmente, diante de uma estabilização nos fluxos diários de entradas e saídas da fronteira brasileira-venezuelana, são outros desafios emergentes no que tange a integração local destas comunidades e revelam a necessidade de mudar a orientação para com a Operação Acolhida, focalizando em soluções duradouras.

A Operação Acolhida avançou imensamente com a estratégia de interiorização de pessoas nacionais da Venezuela do estado de Roraima para demais estados do Brasil, atuando de forma eficaz na divisão de responsabilidades entre os estados do país com mercados de trabalho locais setorialmente mais diversificados e com maior capacidade de absorção de mão de obra. Desde 2018, mais de 78 mil pessoas foram beneficiadas pela estratégia para mais de 800 cidades brasileiras. Apesar de eficaz, a interiorização é uma resposta a pessoas refugiadas e migrantes que tenham interesse em sair de Roraima, algo que não necessariamente é compartilhado por toda a população venezuelana que permanece nos abrigos em Boa Vista.

A proximidade da fronteira e a construção de vínculos com Roraima e/ou Manaus, são algumas das razões apresentadas pelos 30% da população abrigada que manifesta interesse em permanecer no estado e que busca oportunidades de Meios de Vida para isso. Para este público, faz-se fundamental a realização deste estudo, que buscou melhor conhecer as potencialidades socioeconômicas regionais, as tendências de desenvolvimento local e a capacidade de absorção deste contingente de mão de obra no Estado de Roraima e na cidade de Manaus. O estudo traz insumos importantes para a construção de soluções duradouras que se adequem ao setor privado, às oportunidades de inovação e aos atores locais, com intuito de promover o desenvolvimento sustentável, aproveitar as capacidades da população refugiada e migrante e contribuir com o crescimento e diversificação da economia em ambos os territórios.

Oscar Sánchez Piñeiro

Representante do ACNUR – Agência da ONU para Refugiados no Brasil

Cada pessoa refugiada e migrante que se desloca, seja de maneira forçada ou voluntária, leva consigo uma bagagem de sonhos, desejos e vontades de uma vida melhor para si e sua família. Trazem também uma bagagem de saberes, habilidades e qualificações e buscam oportunidades para as empregar a fim de reconstruírem sua vida, seu lar e suas relações sociais, com segurança e acolhimento. O deslocamento humano e as (re)construções que o seguem são um processo que envolve não apenas a pessoa refugiada ou migrante, mas também a sociedade que a recebe e pode, a partir desse momento, proporcionar oportunidades de desenvolvimento para ambas as partes.

As leis nacionais garantem à pessoa refugiada e migrante, do ponto de vista formal, a igualdade de direitos em relação ao cidadão brasileiro, não devendo a nacionalidade funcionar como critério gerador, por si só, de desigualdades. No entanto, a realidade demonstra que quando o assunto é integração ao trabalho, pessoas refugiadas e migrantes não desfrutam de igualdade material. Os riscos a que se veem expostas são aumentados exponencialmente pela necessidade de sobrevivência – são mais sujeitas à superexploração laboral, subocupações, menores rendimentos e discriminação, estando mais propícias a serem vitimizadas para situações análogas à de trabalho escravo, exploração sexual e tráfico de pessoas – aspectos que demonstram que ainda é necessário um trabalho concentrado, coordenado, intenso e obstinado na tutela dos direitos para garantir o trabalho decente.

As publicações anteriores, ao versarem sobre o perfil socioeconômico e laboral das pessoas venezuelanas em Boa Vista e em Manaus, demonstraram as condições, por vezes extremamente precárias, de trabalho e geração de renda em que se encontram. Mas, ao mesmo tempo, tornaram evidente o potencial pessoal de inserção em atividades laborais diversas. Na presente etapa da pesquisa, mais um aspecto é evidenciado: a possibilidade de o setor produtivo empregar e proporcionar autossuficiência a essas pessoas, contribuindo como parte ativa do desenvolvimento econômico geral.

É preciso termos em mente que prover condições adequadas para inserção de pessoas refugiadas e migrantes no mercado, garantindo um trabalho adequadamente remunerado, exercido em liberdade, com equidade e com segurança, capaz de garantir vida digna, traz um efeito positivo não somente a esse grupo. Beneficia-se também toda a comunidade anfitriã, que recebe pessoas aptas a contribuir com as economias locais e seu desenvolvimento.

Faz parte das funções do Ministério Público do Trabalho intervir para que, no mundo do trabalho, pessoas refugiadas e migrantes possam ser incluídas e ter garantidos os seus direitos, mas, para além disso, é essencial que o MPT esteja sempre atento ao que se trata de um trabalho coletivo, que só alcançara êxito se for realizado de uma forma plural, conjunta com outros órgãos do poder público, com a sociedade civil e com organizações internacionais. Somente desta forma poderemos ampliar o acesso ao trabalho decente e enfrentar as violações trabalhistas dirigidas a pessoas refugiadas e migrantes, deixando-as cada vez mais habilitadas a contribuir com a prosperidade econômica do Brasil.

Alzira Melor Costa

Procuradora Chefe do MPT – Ministério Público do Trabalho no Amazonas e Roraima

Coordenadora Colegiada do Grupo de Trabalho Nacional do MPT sobre o Fluxo Migratório da Venezuela (Código 02001-22)



Sumário

Prefácio	2
Sumário	5
Apresentação	8
Descrição Metodológica	9
1. Economia e mercado de trabalho em Roraima e Manaus: levantamento de dados secundários	9
2. Representantes do setor produtivo: levantamento de dados primários	9

Capítulo 1 Roraima

Seção I: Perfil da economia e do mercado de trabalho em Roraima – dados secundários

Aspectos geográficos, demográficos e históricos	12
A economia de Roraima	14
Infraestrutura	17
O mercado de trabalho em Roraima	18
Rendimento	19
Participação na força de trabalho e desocupação	22
A situação recente do mercado de trabalho em Roraima	23
Em síntese: a economia e a empregabilidade em Roraima	26

Seção II: O setor produtivo e a empregabilidade em Roraima: relatório qualitativo

O setor produtivo de Roraima, na visão de seus representantes	28
O turismo sustentável	30
Percepções sobre meios de vida de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Roraima	30
Empreendedorismo	31
Qualidades requeridas pelos setores produtivos	31

Capítulo 2 Manaus

Seção I: O setor produtivo e a empregabilidade em Roraima: relatório qualitativo

Aspectos geográficos, demográficos e históricos	35
A economia de Manaus	36
O mercado de trabalho em Manaus	40
Rendimento	42
Participação na força de trabalho e desocupação	43
A situação recente do mercado de trabalho em Manaus	44
O mercado de trabalho do Polo Industrial de Manaus	46
Em síntese: a economia e a empregabilidade em Manaus	49

Seção II: O setor produtivo e a empregabilidade em Manaus – relatório qualitativo

O setor produtivo de Manaus na visão de seus representantes	51
Percepções sobre meios de vida de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Manaus	55
Relacionamento com o Setor produtivo.	56
Parcerias para contratações	57
Formas e causas para contratações de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas	58
Possibilidades de ampliação da inserção laboral de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas	58
Perspectivas de contratação de mão de obra por setor econômico	59

Capítulo 3

Conclusão: Diagnóstico e potencialidades

Roraima	63
Manaus	68
Considerações finais	73



©ACNUR/Camila Geraldo

Apresentação

O contexto da crise humanitária vivenciada pela Venezuela resulta no mais intenso deslocamento forçado da história recente da América Latina: em todo o mundo, os países de acolhida reportavam, até 05 de agosto de 2022, 6.805.209 pessoas, entre pessoas refugiadas reconhecidas, solicitantes de refúgio e migrantes venezuelanas, das quais 5.745.664 na América Latina e Caribe.¹ O Brasil é o sétimo maior anfitrião de venezuelanos deslocados no mundo, sendo o quinto da América do Sul: em junho de 2022 havia oficialmente no Brasil mais de 351 mil refugiados e migrantes venezuelanos, segundo dados da Polícia Federal disponibilizados pela Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V)². Desses, quase 49 mil são refugiados reconhecidos, mais de 92 mil são solicitantes de refúgio e cerca de 229 mil têm autorização temporária ou permanente de residência no Brasil.

A presente pesquisa faz parte de um projeto mais amplo. Em sua primeira fase, por meio do emprego da técnica de *survey*, a pesquisa identificou o perfil sociodemográfico e laboral de refugiados e migrantes, além de variáveis relevantes dos arranjos familiares que possam contribuir com o diagnóstico e as probabilidades de sucesso para conquista da autonomia e autossuficiência dessa população, como a sua inserção no mercado de trabalho e integração à sociedade brasileira. Os resultados foram repor-

tados por meio das publicações “Autonomia e integração local de refugiados (as) e migrantes venezuelanos(as) acolhidos(as) nos abrigos em Boa Vista (RR)” e “Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Manaus: pesquisa de perfil socioeconômico e laboral”³.

Na segunda fase, foram realizados levantamento de dados secundários e entrevistas em profundidade, que permitiram conhecer as características das economias do estado de Roraima e da cidade de Manaus, bem como as predisposições do setor produtivo em relação à mão de obra de pessoas refugiadas e migrantes e possibilidades para a qualificação, trazendo fundamentos para ações mais assertivas direcionadas à conquista da autonomia e à integração desta população à sociedade brasileira.

Esta publicação é composta por três capítulos, em que se consolidam os dados relacionados à Fase 2, que foca nas características das economias do estado de Roraima e da cidade de Manaus e apresenta dados qualitativos coletados junto aos setores produtivos de ambas as localidades; assim como à Fase 3, em que se analisou as informações produzidas nas fases anteriores para estruturar um diagnóstico e destacar potenciais áreas de atuação para a promoção da autonomia e a integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Boa Vista e em Manaus.

1 — Estima-se que esse número seja ainda maior, uma vez que várias fontes governamentais não contabilizam aquelas pessoas sem status migratório regular. R4V. Refugees and Migrants from Venezuela. Disponível em: <<https://www.r4v.info/pt/node/423>>.

2 — R4V. Painel de Informações Sociais de Refugiados e Migrantes Venezuelanos. Disponível em: <<https://www.r4v.info/pt/brazil>>.

3 — Os documentos completos estão disponibilizados na página do ACNUR em: Autonomia e integração local de refugiados(as) e migrantes venezuelanos(as) acolhidos(as) nos abrigos em Boa Vista (RR) e Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Manaus: pesquisa de perfil socioeconômico e laboral.



©ACNUR/Camila Geraldo

Descrição Metodológica

O desenho desta pesquisa combina métodos qualitativo e quantitativo, por meio dos quais se buscou compreender as características das economias locais do estado de Roraima e da cidade de Manaus, as predisposições dos setores produtivos locais em relação à mão de obra de pessoas refugiadas e migrantes, assim como as necessidades de qualificação da mão de obra disponível.

1. ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO EM RORAIMA E MANAUS: LEVANTAMENTO DE DADOS SECUNDÁRIOS

Inicialmente, em cada capítulo referente às localidades, delineou-se o contexto mais amplo da economia e do mercado de trabalho local, em que se insere a população de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas, tendo sido empregadas fontes de estatísticas disponibilizadas por instituições governamentais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ambos do Ministério do Trabalho e Previdência, dados do Tesouro Nacional, além de sites governamentais.

2. REPRESENTANTES DO SETOR PRODUTIVO: LEVANTAMENTO DE DADOS PRIMÁRIOS

Os dados secundários levantados das fontes oficiais foram combinados com dados primários qualitativos, coletados em entrevistas em profundidade com representantes do setor produtivo e de órgãos públicos de Roraima e de Manaus, as quais foram realizadas em ambiente virtual, conduzidas por cientista social, com atores mapeados e identificados a partir do levantamento dos dados secundários e em interação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Associação de Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI Brasil).

Em relação a Roraima, em abril de 2021, foram reunidas informações sobre o mercado produtivo local, bem como as respectivas cadeias produtivas, oportunidades de emprego e de renda, exigências e demandas por qualificação em diferentes atividades e as percepções prevalentes sobre a mão de obra refugiada e migrante venezuelana. Foram realizadas 9 entrevistas em profundidade com representantes de categorias econômicas do estado, economistas e gestores pú-

blicos estaduais e municipais. Os representantes do setor produtivo – Indústria, Indústria da Construção, Indústria da Confecção, Comércio, Setor Hoteleiro e Setor Agrícola –, foram definidos a partir do perfil da economia do estado e do peso que os diferentes setores e atividades econômicas assumem em seu Produto Interno Bruto (PIB).

Já em Manaus, foram realizadas 11 entrevistas em profundidade em novembro de 2021, que levantaram informações sobre o setor produtivo de Manaus, oportunidades de emprego e de renda, bem como demandas por qualificação em diferentes atividades. A partir da análise da composição do setor produtivo da cidade de Manaus, foram identificados os segmentos de interesse, contando com entrevistas com representantes dos seguintes setores produtivos: Comércio, Construção Civil, Indústria, Indústria de Alimentação, Bares e Restaurantes, Turismo e Supermercados, bem como

representantes governamentais federal, estadual e municipal, e organização da sociedade civil em apoio a refugiados e migrantes.

As entrevistas em profundidade partem de um roteiro básico e foram realizadas em ambiente virtual com representantes do setor produtivo e de órgãos públicos relacionados ao desenvolvimento econômico e ao atendimento social. A partir da interação da cientista social, e face às novas questões que surgem espontaneamente da conversa, novas perspectivas e abordagens são propostas na situação da entrevista. O objetivo maior de todo o processo foi mapear em profundidade: 1) imagem e percepções que o setor produtivo tem sobre a mão de obra das pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas; e 2) detalhamento da cadeia produtiva de cada setor, procurando explorar com as pessoas entrevistadas as possibilidades de absorção das pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas.





Capítulo 1

RORAIMA



©ACNUR/Camila Geraldo

Seção 1

Perfil da economia e do mercado de trabalho em Roraima – dados secundários

“Um estado com economia altamente dependente do setor público” e a “prevalência da economia do contracheque” são expressões comuns à compreensão e análise da economia de Roraima compartilhadas entre integrantes do poder público em nível municipal e estadual, economistas e representantes de todos os setores produtivos do estado.

O mercado de trabalho repercute essa dinâmica econômica: o setor primário está lastreado em commodities, principalmente arroz e soja, é altamente mecanizado e absorve escassa e qualificada mão de obra; o setor industrial é incipiente e as cadeias produtivas não se fecham no estado. É no setor de serviços e comércio que se abrem as maiores oportunidades de emprego, mas, também, atreladas às limitações da expansão do consumo local.

Para escapar da profunda dependência do setor público, a economia de Roraima depende, paradoxalmente, de mais investimentos públicos para superar gargalos de infraestrutura que empernam investimentos privados; é condição para que a economia do estado cresça e amplie o potencial para a empregabilidade, consideram representantes do setor produtivo que participaram da pesquisa qualitativa.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS, DEMOGRÁFICOS E HISTÓRICOS

A área geográfica do atual estado de Roraima, com 223.645 km², situa-se no extremo norte do Brasil. Hoje sua população é estimada em 631 mil pessoas (pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE¹) que resulta numa densidade de 2,8 habitantes por km².

Essa área foi desmembrada do estado do Amazonas em 1943 e foi administrada pela União como Território Federal até 1988, quando foi elevado à condição administrativa de Estado pela Constituição Federal. A partir de seu novo status administrativo, Roraima passou a se beneficiar de uma nova estrutura burocrática, com a instalação dos Poderes Legislativo e Judiciário e, no âmbito do Poder Executivo, secretarias estaduais, além dos braços regionais de diversos órgãos do governo federal. Entre esses, sobressaem órgãos vinculados à Defesa, uma vez que se trata de uma região de fronteira, inserida no espaço amazônico, de difícil circulação, com baixa densidade demográfica e em situação de razoável isolamento em relação às demais unidades federadas estaduais do estado brasileiro.

1 – Roraima | Cidades e Estados | IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr.html>.

A área territorial de Roraima representa 2,6% do território brasileiro e seus habitantes equivaleriam a aproximadamente 0,3% da população do país, segundo estimativas do IBGE. Dessa maneira, o estado apresenta grandes vazios demográficos. O Plano Plurianual 2020-2023 de Roraima, assinala, em sua introdução, que o território corresponde a 5% da Amazônia Legal, onde se insere grande diversidade de solos, relevos, vegetação e clima, relacionados a tipos de ambientes possíveis do Bioma Amazônia, além de vastas áreas de transição e de savanas do interflúvio Amazonas – Orinoco. Compõem esse mosaico campos e florestas de planícies e de montanhas, de exuberante biodiversidade, onde também estão reservas indígenas e naturais, assentadas sobre o potencial mineral do subsolo, o que atrai diversos tipos de interesses – alguns ilegais – que amplificam conflitos, em torno dos quais se debate a sociedade local.

Há razões geográficas e históricas que interagem e explicam a grande dependência da economia de Roraima do setor público, que se expressa no peso que assumem na composição do PIB os dispêndios na administração, na defesa, na educação, na saúde e na seguridade social: em 2018, a administração pública respondeu por 42,3% (BRL 5,654 bilhões) do PIB de BRL 13,369 bilhões a preços correntes.

Localizado no extremo setentrional do país, se por um lado são longas as distâncias que o separam das demais unidades da federação; por outro, mantém intenso e histórico intercâmbio fronteiriço: da área territorial de 223.645 km², conta com 1.291 quilômetros de fronteira com a Venezuela e 964 quilômetros de fronteira com a Guiana.

A dinâmica econômica de Roraima foi desde os tempos coloniais – e em certa medida ainda continua a ser – marcada pelo isolamento em relação aos centros político e de poder do território brasileiro. É o estado brasileiro com a menor população, menor número de municípios – são apenas 15 – e o menor PIB, mantendo a participação de 0,2% na economia nacional estável desde 2002, ano de início da série histórica do IBGE.

Se no Brasil Colônia era pequeno o interesse imperial pela região, tal condição não se alterou mesmo com a Independência: manteve-se baixa a vinculação do estado ao restante do território brasileiro, com a maior parte da comunicação realizada por meio da navega-

ção fluvial. Nem o ciclo da borracha, que no século 19 impactou fortemente a ocupação de parte do território amazônico, alterou significativamente o ritmo de desenvolvimento em Roraima: a seringueira não tem presença expressiva ao norte do estado, em que predomina a vegetação de lavrado.

Enquanto no século 19 Roraima se tornou um local de desterro destinado às pessoas processadas judicialmente – o que promoveu uma incipiente prática econômica, principalmente em torno da pecuária –, é durante os governos militares dos anos 70 que foram feitos alguns investimentos com foco na defesa da região fronteiriça: foram ações de infraestrutura, como a construção da Base Aérea de Boa Vista e estradas. Ao mesmo tempo, foram promovidas políticas e incentivos para a atração de migrantes de outros estados brasileiros, em princípio pela oferta de empregos e, nos anos 80, pelo garimpo, que carreou fluxos de deslocamento inéditos para o estado.

Além do setor público e da pecuária, o garimpo – atividade atualmente proibida – continua a ter nos dias de hoje importância na economia de Roraima. Realizado em terras indígenas ilegalmente, é apontado como uma atividade que movimenta a economia local, principalmente no comércio e na contratação serviços, e que tem apresentado um crescimento perceptível nos últimos anos.

E no mais uma coisa assim que não é do meu agrado, mas acaba refletindo aqui na economia, não tem como não ser, que é o aumento do garimpo. Temos o garimpo em terras indígenas, é proibido, mas é muito volumoso. É comum conhecer gente que está trabalhando no garimpo. Então é uma oportunidade de emprego, não deixa de ser, mas isso é só especulação, porque não vai aparecer no número oficial. Mas se você conversar com qualquer pessoa em Boa Vista, é comum ver pessoas que conhecem alguém que já foi para lá. (...) Porque estamos numa situação bem complicada de muitos garimpos aqui, que está com um poder maior que não tinha antes. Antes para entrar ele tinha de ter a anuência das comunidades indígenas, em alguns lugares eles pagam uma quantia para a comunidade para fazer o serviço lá. Mas hoje em dia eles estão tendo um volume tão grande de gente e de trabalho lá, que muitas vezes eles não estão pedindo essa autorização, e frequentemente tem conflitos entre indígenas e garimpeiros. (...) Garimpam basicamente é ouro. (Economista e agente público estadual)

A ECONOMIA DE RORAIMA

O setor produtivo do estado, assim como economistas e gestores públicos de Roraima, tem acurada percepção em relação ao perfil da dependência da economia do estado em relação ao setor público:

Roraima é um estado altamente dependente da administração pública, quase metade do nosso PIB vem da administração pública, isso de forma direta, o que acaba gerando certa dependência do setor privado em relação à administração pública, sejam nas compras diretas que o próprio setor público faz, nas contratações das empresas para serviços, ou até mesmo indiretamente, pois os principais clientes na maior parte das lojas são servidores públicos, sejam efetivos ou comissionados. Então temos uma dependência muito grande, o que de certa forma faz com que a gente sofra menos impactos negativos em relação às crises, mas acaba gerando um certo grau de dependência. (Agente público estadual).

Aqui a economia é baseada no contracheque. Nós não temos indústrias. Aqui nós temos agronomia está surgindo, a pecuária, o arroz, o gado, o milho, a soja, é uma parte que vai beneficiar muito o estado. E assim, muito ainda, na parte da economia do salário mesmo. Muitas pessoas são funcionários públicos. Não tem muita indústria que possa gerar emprego e renda. (Representante da gestão pública municipal)

Por três anos consecutivos, Roraima foi o estado que apresentou o maior crescimento populacional, desempenho influenciado pela mobilidade de pessoas venezuelanas. Diferentemente, no Brasil, vem ocorrendo redução gradual da taxa de crescimento populacional há algumas décadas. Segundo a pesquisa da estimativa da população para os municípios brasileiros e unidades da Federação do IBGE, a população de Roraima é de 631.181 habitantes (data base 1º de julho de 2020) – um aumento de 4,2% em relação a 2019, quase cinco vezes e meia superior à média nacional, que apontou para um crescimento médio populacional de 0,8% em relação a 2019. Ademais, o perfil demográfico de Roraima é substancialmente mais jovem do que o do Brasil.

Assim como cresce a população de Roraima acima da média nacional, também o PIB do estado tem apresentado crescimento de destaque em relação à média nacional: subiu 4,3% em 2019 e chegou a BRL 14 bilhões, segundo dados da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento (Seplan). A alta do estado foi muito superior à do PIB brasileiro, que cresceu 1,1% em 2019 – desempenho mais baixo em relação a 2018 e a 2017. Em 2018, o estado de Roraima registrou PIB de BRL 13,37 bilhões, uma variação em volume de 4,8%. O crescimento do PIB no estado de 2017 para 2018 foi o segundo maior entre as 27 unidades da Federação, atrás apenas do Amazonas, cuja variação foi 5,1%.

Tabela 1: Crescimento real do PIB de Roraima e do Brasil

Crescimento real do PIB de Roraima e do Brasil: 2003 a 2019

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019*
Roraima	1,9%	6,7%	7,3%	9,3%	-1,9%	6,6%	5,7%	8,9%	3,2%	4,8%	5,5%	2,5%	-0,3%	0,2%	2,4%	4,8%	4,3%
Brasil	1,1%	5,8%	3,2%	4,0%	6,1%	5,1%	-0,1%	7,5%	4,0%	1,9%	3,0%	0,5%	-3,5%	-3,3%	1,3%	1,8%	1,1%

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; Elaboração própria; SEPLAN-RR/CGEES. (*) Dados preliminares; atualizado em 17/11/2020

No período entre 2002 e 2018, a composição setorial do PIB de Roraima (pelo que indica a evolução dos valores adicionados) se alterou relativamente pouco, em que pesem flutuações conjunturais. O VAB da Indústria, em especial, flutua mais do que o VAB dos demais setores. Entre 2002 e 2018, Indústria e Administração Pública mostram leve tendência de queda na participação do VAB total e Serviços e Agropecuária, de elevação suave.

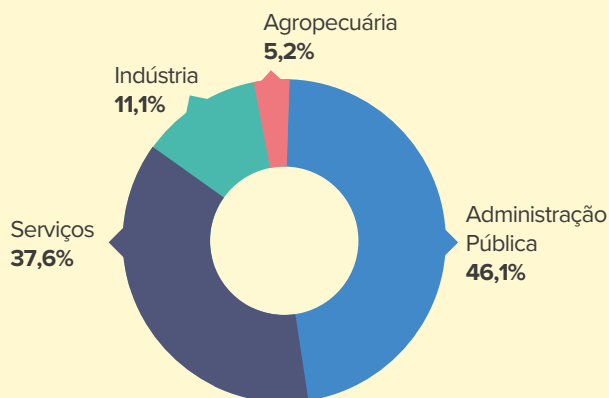
Considerando o Valor Adicionado Bruto² (VAB), o setor de administração pública gerou 46,1% do VAB

de Roraima (Gráfico 1). De acordo com os dados disponíveis no Sistema de Contas Regionais do IBGE, em 2018 o VAB de Roraima somou BRL 12,266 bilhões. Além da Administração Pública, o setor de Serviços foi responsável por 37,6% do VAB; a Indústria, por 11,1%; e a Agropecuária, por 5,2%. As estatísticas do Sistema de Contas Regionais do IBGE (2018), portanto, indicam ainda que o setor de serviços em sentido amplo (“Serviços” mais “Administração Pública”) responde por 83,73% do VAB do estado³.

2 — O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia.

3 — O setor de serviços no sentido amplo contribuiu com 76,82% do PIB de Roraima.

Gráfico 1 – Composição por setor do Valor Adicionado Bruto – Roraima – 2018



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus SUFRAMA; SEPLAN-RR/CGEES.

Desagregando-se um pouco mais o PIB e o VAB, destacam-se na composição por atividades econômicas do “comércio e manutenção/reparação de veículos e motocicletas” e “atividades imobiliárias” (Tabela 2). O comércio

– atacado e varejista – gerou BRL1,679 bilhão em 2018, o equivalente a 13,7% do VAB total do estado. Já a atividade imobiliária – administração de condomínios, aluguéis, vendas – contribuiu com 8,6% do VAB de Roraima em 2018.

Tabela 2 – Valor Adicionado Bruto das Atividades Econômicas e PIB a Preço Básico – Roraima – 2018

Atividades Econômicas	Valores	
	BRL milhões	% VAB
Agropecuária	BRL 640,8	5,2%
Indústria Extrativa	BRL 10,4	0,1%
Indústria de Transformação	BRL 141,9	1,2%
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	BRL 530,4	4,3%
Construção	BRL 672,8	5,5%
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	BRL 1.679,1	13,7%
Transporte, armazenagem e correio	BRL 292,3	2,4%
Serviços de alojamento e alimentação	BRL 169,4	1,4%
Serviços de informação e comunicação	BRL 134,9	1,1%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	BRL 413,8	3,4%
Atividades imobiliárias	BRL 1050,50	8,6%
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	BRL 414,90	3,4%
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa, seguridade social	BRL 5.653,8	46,1%
Educação e saúde privadas	BRL 174,2	1,4%
Outros serviços	BRL 287,9	2,3%
Valor Adicionado Total	BRL 12.267,1	100%
Impostos líquidos	BRL 1.102,9	
PIB a preços de mercado corrente	BRL 13.379,0	

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus SUFRAMA; Elaboração Própria; SEPLAN-RR/CGEES.

O setor industrial em Roraima é muito concentrado na construção civil e nos serviços industriais de utilidade pública (água, esgoto e energia). A indústria extrativista e a indústria de transformação são muito pequenas no estado. Segundo o Sistema de Contas Nacionais do IBGE, de 2010 a 2018, a contribuição da indústria no VAB de Roraima revelou tendência de queda, com reversão parcial no

último ano da série. O peso da indústria no VAB total passou de 13,5% em 2010 para 8,6% em 2016 e 2017, voltando a 11,1% em 2018.

A construção civil é o segmento que mais contribuiu para o PIB industrial do estado, tendo respondido, entre 2010 e 2017, pela expressiva participação que variou de 60% a 75% do VAB da indústria. Mas em 2018 o valor

adicionado da construção representou 50% do VAB Industrial. O VAB da Construção Civil caracteriza-se por alta volatilidade. As atividades de eletricidade, gás, água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação, por sua vez, tinham peso entre 1,5% e 2,5% do VAB do estado desde 2002, mas caiu abruptamente a 0,1% em 2016 e, em seguida, mostrou recuperação vigorosa, alcançando 4,3% do VAB de Roraima em 2018.

O peso da atividade da indústria extrativa na composição do VAB da indústria é muito residual, de 0,1% a 0,2% do VAB do estado desde 2013. Já a indústria da transformação, desde 2002, tem perdido importância no VAB roraimense. No início da década de 2000, a indústria da transformação respondia por algo entre 2,5% e 3,5% do VAB estadual e, com oscilações anuais, veio perdendo força, até passar a flutuar entre 1,2% e 1,8% de 2010 a 2018, ano em que atingiu o menor valor.

A agropecuária, entre 2002 e 2012, mostrou tendência de leve redução do seu peso no VAB do estado, caindo do patamar de 4% para pouco abaixo de 3%. A partir de 2012, sua participação cresce e passa a flutuar no patamar de 5,5% entre 2015 e 2018.

INFRAESTRUTURA

A economia de Roraima enfrenta entraves estruturais para uma maior expansão. O estado tem graves problemas de infraestrutura que inibem investimentos e dificultam a expansão das cadeias produtivas, os principais deles, o alto custo da energia, estradas precárias e debilidades nas conexões de internet.

*Como sabe nosso estado vive da mão de obra da folha de pagamento do governo, de estados, município e federal. Nosso setor produtivo é ainda muito incipiente, na minha visão a questão do modelo econômico do setor produtivo tem de ser mudado. O que produzimos mandamos para fora sem transformar. Mas para transformar precisa de estrada, de energia segura, precisa de internet segura, então são gargalos ainda muito grandes no estado. Se tivéssemos isso, com certeza a absorção dessa mão de obra disponível existente pela migração teria hoje um quadro bem melhor (...) então o que precisa aqui? É para abrir uma fábrica ou mesmo os produtores que plantam, teriam de ter a questão da escala, mas tem de ter energia confiável. A nossa energia é cara. Antes ela vinha de Guri, mas deixou de vir e o estado de Roraima é o único da federação que não está interligado ao sistema nacional de energia. Então a energia é 100% de termelétrica. Algumas iniciativas, mas em nível residencial, trazem energias renováveis – solar, eólica. **(Representante do setor agrícola)***

Se por um lado os gargalos de infraestrutura dificultam a atração de novos investimentos; por outro, as cadeias produtivas não se fecham no estado. No setor primário de produção agrícola e pecuária, à exceção do arroz e em alguma medida da produção de carne bovina, – os produtos in natura são exportados e os produtos derivados importados. Junto à maioria dos participantes do setor produtivo na fase qualitativa desta pesquisa, há consenso em apontar a necessidade de atração de investimentos industriais que possam fechar o ciclo das cadeias produtivas no próprio estado.

O MERCADO DE TRABALHO EM RORAIMA

Ocupação

A dependência da economia de Roraima do setor público também se evidencia no mercado de trabalho: em novembro de 2020, o setor de “administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais” respondeu, em Roraima, por 27,5% da força de trabalho ocupada, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, novembro/2020). Para fins de comparação, no Brasil, naquele mês, 18,2% da força de trabalho ocupada se empregava na administração pública, portanto, proporcionalmente um contingente um terço inferior àquele de Roraima (Tabela 3).

Tabela 3 – Vínculos de empregos formais por setor de atividade econômica – Roraima – nov 2020
Ocupação por Atividade Profissional

Pessoas ocupadas	Roraima		Brasil	
	N	%	N	%
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	55.000	27,5%	16.930.000	18,2%
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	37.000	18,5%	14.357.000	15,5%
Construção	16.000	8%	6.221.000	6,7%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca, aquicultura	14.000	7%	7.448.000	8,0%
Serviços domésticos	13.000	6,5%	4.078.000	4,4%
Informação, comunicação e outros	11.000	5,5%	9.482.000	10,2%
Alojamento e alimentação	11.000	5,5%	4.564.000	4,9%
Transporte, armazenagem e correios	8.000	4%	4.284.000	4,6%
Indústria geral	5.000	2,5%	9.598.000	10,3%
Indústria de transformação	3.000	1,5%	8.216.000	8,85%
Outras atividades	23.000	11,5%	4.599.000	4,95%
Outros serviços	4.000	2%	3.099.000	3,34%
Total	200.000	100%	92.876.000	100%

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD/novembro 2020) – IBGE.

Disponível em <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>

A distribuição dos vínculos formais de emprego, segundo a Relação Anual de Informação Social (RAIS), mostra uma concentração ainda maior no setor público (Tabela 4).

Tabela 4 – Vínculos de empregos formais por setor de atividade econômica – Roraima – 2009 a 2019

Setor	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Extrativa mineral	0,07%	0,09%	0,08%	0,08%	0,11%	0,14%	0,12%	0,11%	0,09%	0,09%	0,09%
Ind.de Transformação	3,32%	3,37%	3,16%	3,52%	3,53%	3,56%	3,07%	3,29%	3,04%	3,05%	3,04%
Serv. Industriais de Utilidade Pública	2,43%	2,10%	1,65%	1,82%	1,71%	1,34%	1,88%	2,02%	1,76%	1,48%	1,24%
Construção civil	7,92%	7,66%	3,76%	4,41%	3,77%	4,28%	3,53%	3,34%	4,31%	4,31%	3,49%
Comércio	15,21%	17,26%	15,86%	16,64%	17,98%	19,45%	19,91%	19,14%	18,65%	19,12%	19,27%
Serviços	15,75%	19,48%	20,91%	21,46%	21,26%	21,54%	20,55%	21,74%	21,23%	22,85%	20,23%
Administração Pública	54,17%	49,00%	53,33%	50,74%	50,06%	48,02%	49,33%	48,80%	49,43%	47,54%	51,02%
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1,14%	1,05%	1,23%	1,33%	1,57%	1,66%	1,61%	1,57%	1,48%	1,57%	1,63%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Número de casos	73.771	78.585	91.988	93.777	92.157	94.320	96.564	94.574	100.377	98.083	102.383

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca

de Manaus – SUFRAMA; Elaboração própria; SEPLAN-RR/CGEES. (*) Dados preliminares; atualizado em 17/11/2020

O setor público concentra entre 48% e 54% dos vínculos formais entre 2009 e 2019. Na verdade, ao se analisar os números absolutos dos vínculos, constata-se um crescimento muito acelerado no setor de administração pública entre 2004 e 2011. O número total de vínculos formais cresceu muito no período em Roraima, saindo de 23 mil em 2004 para 102 mil em 2019. Em 2004, havia pouco mais de 4 mil vínculos no setor público, total que passou a pouco mais de 49 mil em 2011, ficando mais ou menos estável a partir daí e voltando a subir no último ano da série (2019). Os setores de “serviços” e “comércio” mostram um crescimento menos intenso, mas contínuo no período.

RENDIMENTO

Conforme dados da PNAD, analisando o 1º trimestre de 2020, os rendimentos do trabalho em Roraima situam-se pouco abaixo da média do Brasil, tomando-se

por referência o dado do primeiro trimestre de 2020 (Tabela 5). O rendimento médio no Brasil no trimestre considerado era de BRL 2.398,00, enquanto em Roraima era de BRL 2.315,00, BRL 83,00 inferiores à média nacional. No que diz respeito a rendimento do trabalho, a situação relativa das mulheres em Roraima era melhor do que no Brasil, pelo menos no período considerado e sem fazer ajuste por tamanho de jornada, uma vez que o rendimento médio delas em Roraima equivalia a 83,6% do deles e no Brasil a relação era de 77,7%. Os dois dados (o nível do rendimento médio e a diferença de rendimentos entre homens e mulheres) são, em certa medida, surpreendentes, uma vez que podem contradizer o que se imagina do mercado de trabalho de Roraima. Mesmo assim, o rendimento médio do estado alcança apenas o patamar de 2,2 salários-mínimos vigentes à época (BRL 1.045,00). No caso das mulheres, era de 1,98 salário-mínimo.

Tabela 5 – Rendimento médio nominal de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, por sexo – Brasil e UFs – 1º trimestre de 2020

Brasil e Unidades da Federação	Total	Homens	Mulheres	Rendimento Mulher/Homem
Distrito Federal	BRL 3969	BRL 4372	BRL 3503	80,1%
São Paulo	BRL 3090	BRL 3519	BRL 2574	73,2%
Rio de Janeiro	BRL 2892	BRL 3222	BRL 2474	76,8%
Rio Grande do Sul	BRL 2596	BRL 2958	BRL 2142	72,4%
Santa Catarina	BRL 2569	BRL 2869	BRL 2190	76,3%
Paraná	BRL 2555	BRL 2881	BRL 2121	73,6%
Brasil	BRL 2398	BRL 2654	BRL 2062	77,7%
Mato Grosso	BRL 2338	BRL 2608	BRL 1947	74,7%
Roraima	BRL 2315	BRL 2479	BRL 2072	83,6%
Mato Grosso do Sul	BRL 2292	BRL 2603	BRL 1886	72,5%
Goiás	BRL 2231	BRL 2519	BRL 1859	73,8%
Espírito Santo	BRL 2195	BRL 2449	BRL 1862	76,0%
Minas Gerais	BRL 2077	BRL 2379	BRL 1687	70,9%
Rondônia	BRL 2050	BRL 2148	BRL 1896	88,3%
Amapá	BRL 1983	BRL 1987	BRL 1977	99,5%
Rio Grande do Norte	BRL 1947	BRL 2158	BRL 1661	77%
Tocantins	BRL 1907	BRL 1963	BRL 1829	93,2%
Acre	BRL 1819	BRL 1912	BRL 1685	88,1%
Amazonas	BRL 1783	BRL 1812	BRL 1737	95,9%
Pernambuco	BRL 1742	BRL 1830	BRL 1618	88,4%
Sergipe	BRL 1710	BRL 1829	BRL 1540	84,2%
Paraíba	BRL 1679	BRL 1764	BRL 1557	88,3%
Bahia	BRL 1659	BRL 1785	BRL 1486	83,3%
Ceará	BRL 1636	BRL 1742	BRL 1498	86%
Pará	BRL 1625	BRL 1660	BRL 1568	94,5%
Alagoas	BRL 1615	BRL 1741	BRL 1436	82,5%
Maranhão	BRL 1409	BRL 1451	BRL 1348	92,9%
Piauí	BRL 1401	BRL 1541	BRL 1201	77,9%

Os patamares dos rendimentos médios de Roraima quanto à relação entre rendimentos de homens e de mulheres verificados no primeiro trimestre de 2020 se assemelham aos dados de um período mais longo. Observe-se que, em 2018, as mulheres teriam tido rendimento médio superior ao dos homens.

Tabela 6 – Rendimento médio nominal de todos os trabalhos, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo (em reais), e relação entre rendimentos médios de mulheres e de homens – Roraima – 2012 a 2019

Sexo	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	BRL 1.575	BRL 1.724	BRL 1.854	BRL 1.832	BRL 2.113	BRL 2.144	BRL 2.153	80,1%
Homens	BRL 1.704	BRL 1.857	BRL 1.939	BRL 1.887	BRL 2.220	BRL 2.222	BRL 2.142	73,2%
Mulheres	BRL 1.395	BRL 1.532	BRL 1.731	BRL 1.750	BRL 1.950	BRL 2.038	BRL 2.167	76,8%
Relação Mulher/Homem	81,9%	82,5%	89,3%	92,7%	87,8%	91,7%	101,2%	92,2%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNADC/IBGE; Elaboração Própria; SEPLAN- RR/CGEES.

Também em Roraima, os rendimentos do trabalho tendem a ser maiores para os ocupados com escolarização mais alta, conforme é apresentado na Tabela 7 para o ano de 2019. Duas informações, no entanto, se destacam. A primeira delas: os ocupados com ensino fundamental completo têm rendimento médio levemente superior ao daqueles com ensino médio incompleto. Esse fato pode ser decorrência do peso da experiência no mercado de trabalho e em ocupações, isto é, de que os ocupados com fundamental completo são mais experientes em média do que os de médio incompleto e,

por isso, recebem rendimento médio maior. A segunda informação: é o grande “prêmio” da conclusão de ensino superior. Ou seja, é muito grande a diferença entre o rendimento de quem concluiu o ensino superior em comparação com os demais, inclusive com quem conquistou ensino superior incompleto. Observe-se que a todos os grupos, à exceção do “ensino superior completo”, corresponde rendimento médio inferior à média do conjunto dos ocupados de Roraima (BRL 2.234,0), o que se explica pelo efeito da categoria “ensino superior completo” sobre a média dos rendimentos.

Tabela 7 – Rendimento médio nominal de todos os trabalhos, efetivamente recebido, por nível de instrução (em reais) – Roraima – 2019

Nível de instrução	2019
Total	BRL 2.234
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	BRL 771
Ensino Fundamental Incompleto ou equivalente	BRL 1.113
Ensino Fundamental Completo ou equivalente	BRL 1.237
Ensino Médio Incompleto ou equivalente	BRL 1.224
Ensino Médio Completo ou equivalente	BRL 1.711
Ensino Superior Incompleto ou equivalente	BRL 1.771
Ensino Superior Completo ou equivalente	BRL 4.826

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNADC/IBGE; Elaboração: Própria; SEPLAN- RR/CGEES

PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO E DESOCUPAÇÃO

Do total de pessoas residentes em Roraima com 14 anos ou mais⁴, aproximadamente dois terços estão no mercado de trabalho, seja enquanto pessoas ocupadas ou como desempregadas. No período compreendido entre 2012 e 2019, à exceção do ano de 2016, a participação na força de trabalho flutuou entre 63% e 66,7% (Tabela 8).

Tabela 8 – Taxa de participação na força de trabalho e taxa de desocupação – Roraima – 2012 a 2019

Taxa	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa de participação na força de trabalho	64,5%	64,1%	66,6%	63,9%	58,4%	63,0%	63,6%	63,5%
Taxa de desocupação	8,4%	6,6%	6,3%	8,1%	9,2%	9,4%	14,0%	14,8%

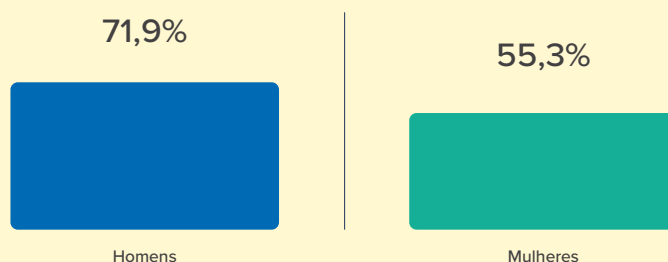
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNADC/IBGE; Elaboração Própria; SEPLAN- RR/CGEES

Já a evolução da taxa de desemprego no mesmo período mostra uma queda de 2012 a 2014, seguida de elevação acentuada até 2019. Neste último ano, a desocupação chegava a quase 15%. Ou seja, de todas as pessoas que compõem a força de trabalho em Roraima, 15% se encontravam sem ocupação remunerada e procuravam ocupação.

No entanto, essas taxas médias escondem diferenças muito expressivas entre mulheres e homens. Em 2019, por exemplo, a taxa de participação na força de

trabalho era muito maior entre homens (71,9%) do que entre mulheres (55,3%). Já com a taxa de desocupação ocorria o inverso. A desocupação entre mulheres (17,7%) sobrepunha em muito a de homens (12,5%). Ou seja, como normalmente ocorre no Brasil, os homens em idades consideradas aptas ao trabalho (14 anos e mais) ingressam muito mais fortemente na força de trabalho do que as mulheres e enfrentam dificuldades menores do que as mulheres, inclusive no que tange à conquista de uma ocupação.

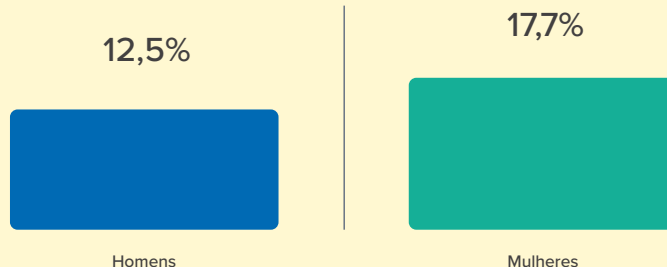
Gráfico 2: Taxa de participação na força de trabalho segundo sexo - Roraima - 2019



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNADC/IBGE; Elaboração Própria; SEPLAN- RR/CGEES

4 — A legislação brasileira permite o trabalho na condição de aprendiz a partir de 14 anos, mas veda ao menor de 16 anos qualquer outro trabalho, bem como veda ao menor de 18 anos o trabalho em condições perigosas ou insalubres.

Gráfico 3: Taxa de desocupação segundo sexo - Roraima - 2019



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNADC/IBGE; Elaboração Própria; SEPLAN- RR/CGEES

A SITUAÇÃO RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO EM RORAIMA

Os dados mais recentes da PNAD-Trimestral, referentes ao último trimestre de 2020, revelam uma situação complexa no mercado de trabalho em Roraima. A taxa de desocupação equivalia a 14,3%, valor inferior àquela do último trimestre de 2019 (14,8%), que, por sua vez, era equivalente à taxa média do ano de 2019. No entanto, a quantidade de pessoas na força de trabalho (isto é, a População Economicamente Ativa – PEA) reduziu-se no mesmo período, ao cair de 255 mil pessoas no último trimestre de 2019 para 246 mil pessoas no último trimestre de 2020. O número de pessoas ocupadas também era menor no período outubro-dezembro de 2020 (211 mil) comparado ao do mesmo período de 2019 (218 mil).

Uma possível explicação para esses movimentos do mercado de trabalho pode ser a dificuldade de se encontrar uma ocupação, inclusive por consequência de impactos econômicos provocados pela pandemia de COVID-19, o que faz com que as pessoas se retirem do mercado de trabalho, permanecendo na inatividade econômica ou recuando para ela. Assim, a simples comparação da taxa de desocupação de 2020 com a de 2019 poderia sugerir uma melhora do mercado de trabalho, mas outros dados tornam a análise mais complexa e matizada.

Com a redução da PEA, a taxa de participação na força de trabalho em relação às pessoas em idade ativa caiu de 63,5% (no último trimestre de 2019) para 57,4% (no último trimestre de 2020), valor historicamente baixo como se verifica na Tabela 8. O contingente de pessoas em idade ativa fora da força de trabalho aumentou em 36 mil (de 147 mil para 182 mil) no período considerado.

A análise da configuração do conjunto dos ocupados segundo posição na ocupação e de sua evolução entre os últimos trimestres de 2019 e de 2020 indica características do mercado de trabalho e mudanças ocorridas. Sobressaem em Roraima as altas incidências do trabalho autônomo, em particular da “conta- própria sem CNPJ”, e de “militares e funcionários estatutários”, por um lado; e, por outro, o baixo peso do emprego com carteira do setor privado (Tabela 9).

Em out-dez de 2020 em Roraima, o “conta-própria sem CNPJ” representava 25,7% do total de ocupados; “militares e estatutários”, 19,5%; e “com carteira no setor privado”, 20,5%. No Brasil, no mesmo trimestre, essas mesmas categorias somavam 20,6% (conta-própria sem CNPJ), 10,0% (militares e estatutários) e 34,7% (com carteira no setor privado). Observe-se que a proporção de “militares e estatutários” em Roraima é praticamente o dobro da nacional.

Entre o final de 2019 e o final de 2020, observaram-se algumas mudanças na distribuição das categorias por posição

Tabela 9 – Composição da ocupação segundo posição na ocupação – Roraima – out-dez/2019 e out-dez/2020

	Out-nov-dez 2019	Out-nov-dez 2020
Empregado privado com carteira	21,2%	20,5%
Empregado privado sem carteira	12,9%	10,0%
Trabalhador doméstico com carteira	1,4%	1,4%
Trabalhador doméstico sem carteira	5,5%	7,6%
Empregado público com carteira	0,9%	1,0%
Militar e funcionário estatutário	17,1%	19,5%
Empregado público sem carteira	6,0%	5,7%
Empregador com CNPJ	3,7%	1,9%
Empregador sem CNPJ	1,4%	1,0%
Conta-própria com CNPJ	2,3%	3,3%
Conta-própria sem CNPJ	25,3%	25,7%
Trabalhador familiar auxiliar	2,3%	2,4%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNADC/IBGE; Elaboração Própria

na ocupação. As mudanças relativas foram afetadas pela redução do total de ocupados, o que tende a fazer com que categorias mais estáveis (militares/estatutários, por exemplo) ganhem peso frente às categorias mais instáveis. No período, aumentaram os pesos dos empregados domésticos sem carteira e de militares e estatutários; e diminuíram as proporções de empregados do setor privado, principalmente dos sem carteira, e de empregadores (com e sem CNPJ). Importa observar que este efeito pode ter sido derivado de impactos econômicos provocados pela pandemia de COVID-19.

Outra característica da ocupação diz respeito à com-

posição por setor de atividade (Tabela 10). Dos dez setores do IBGE, quatro tiveram perda de participação no total da ocupação e seis auferiram ganho de participação. As perdas mais expressivas ocorreram em “Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas” e “Alojamento e alimentação, também podendo estar relacionado aos efeitos econômicos causados pela pandemia de COVID-19.” Já os ganhos maiores de participação se deram em “Serviços domésticos” e “Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais”.

Tabela 10 – Composição da ocupação segundo setor de atividade – Roraima – out-dez/2019 e out-dez/2020

	Out-nov-dez 2019	Out-nov-dez 2020
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca	7,3%	6,6%
Indústria geral	4,1%	4,7%
Construção	9,2%	10,0%
Comércio e reparação de veículos	22,9%	19,0%
Transporte, armazenagem e correio	3,2%	3,8%
Alojamento e alimentação	7,3%	5,7%
Informática, comunicação, financeira e imobiliária	6,9%	8,1%
Administração pública, defesa e serviços sociais	26,6%	28,4%
Outros serviços	5,0%	4,3%
Serviços domésticos	7,3%	9,5%
	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNADC/IBGE; Elaboração Própria

É de se notar que, depois de todas essas mudanças no perfil da ocupação, o rendimento médio em Roraima aumentou entre o último trimestre de 2019 e o de 2020, passando de BRL 2.315,00 para BRL 2.459,00, com evolução de 6,2%. Provavelmente o ganho de peso do setor público no total da ocupação puxou o rendimento médio para cima. Por fim, nota-se um aumento muito significativo na “taxa de subutilização da força de trabalho”, que engloba o conjunto de desocupados com os ocupados com jornada insuficiente e com as pessoas desalentadas (que desanimaram de procurar trabalho, mas o fizeram antes) em relação à força de trabalho ampliada. A “taxa de subutilização da força de trabalho” passou de 27,4% no último trimestre de 2019 para 32,8% no mesmo trimestre de 2020. Assim, praticamente um terço da força de trabalho ampliadas se encontrava subutilizada em fins de 2020, seja por desocupação ou desalento ou por jornada insuficiente, podendo estar relacionada à pandemia de COVID-19 e seus efeitos sobre a economia.

Como se depreende pelo perfil da economia de Roraima – que nasce e se estrutura em torno do setor público, do qual ainda é profundamente dependente – o contexto da economia local impõe graves limitações para a expan-

são das contratações e do mercado de trabalho.

O setor primário vem crescendo, principalmente pela exportação do arroz – produto que tem a cadeia organizada – e a exportação da soja in natura. Mas essa economia das commodities está profundamente mecanizada, com alto emprego de tecnologias – gerando poucas oportunidades de emprego. Além disso, as poucas vagas abertas para a contratação exigem grande flexibilidade do empregado para o exercício desde atividades mais complexas até tarefas rotineiras, de baixa qualificação. Já o setor industrial é incipiente, e as cadeias produtivas – com poucas exceções –, são incompletas. Há profunda dependência da importação de insumos e produtos necessários à produção agrícola e à criação de animais.

É no setor de serviços e comércios, cuja participação no PIB é mais expressiva, que há maior oportunidades de trabalho, mas também aí, o limite para a expansão das contratações é ditado pela própria economia e possibilidades de crescimento do setor. Diante das possibilidades limitadas de empregos regulares no mercado de trabalho de Roraima, o empreendedorismo é a saída defendida por alguns dos participantes desta pesquisa do setor produtivo.

E outra coisa, é que precisamos criar sim, oportunidades, mas o mercado já está saturado aqui. Tem isso. A questão é que não se tem tantos empregos. Então se foca muito em capacitar para ser contratado por uma empresa. Mas e esses que já têm um potencial que poderiam ser microempresários, que poderiam ser empreendedores individuais? (...) Eu vejo nessa questão do empreendedorismo uma alternativa.

Porque tem muitas pessoas que poderiam estar já como micro-empresários individuais (...) eu particularmente nesses fóruns em que a gente participa, tenho colocado muito isso: acho que está faltando também um apoio para aqueles que querem empreender (Representante da Indústria).

EM SÍNTESE: A ECONOMIA E A EMPREGABILIDADE EM RORAIMA

O espaço geográfico de Roraima ainda pode ser considerado de baixo adensamento. Apesar de relativamente pouco povoado, o estado passa pelo crescimento de sua população em ritmo mais acelerado do que a do Brasil. A economia roraimense, por sua vez, é relativamente pequena, mas também tem apresentado crescimento mais acentuado do que a média do país. Esses dois fenômenos – crescimento populacional e crescimento econômico mais intensos e relativamente persistentes – permitem considerar o estado de Roraima como área de fronteira populacional e econômica.

O estado, entretanto, ainda é muito marcado pela presença expressiva de militares e pela presença expressiva de funcionários públicos entre os economicamente ocupados. O setor público emprega diretamente mais de um quarto da mão de obra ocupada em Roraima (27,5% em novembro de 2020) e, considerando-se a “ocupação formal” (empregados com carteira e funcionários estatutários), o peso da administração pública alcança mais de metade do total de vínculos. Além dessa participação direta expressiva no mercado de trabalho, há um conjunto de atividades, principalmente no setor de serviços, que giram em torno do atendimento à demanda para funcionamento da burocracia administrativa ou para o atendimento do funcionalismo público, civil e militar.

A administração pública tem peso muito expressivo no PIB de Roraima (quase 50%), seguida pelo setor de serviços. O setor de serviços no sentido amplo (“administração pública” mais “serviços”) responde por mais de 75% do PIB do estado. “Indústria” e “Agropecuária” têm, portanto, participação menor no PIB roraimense.

No setor de serviços de Roraima, destacam-se “comércio e manutenção/reparação de veículos e motocicletas” e “atividades imobiliárias” com maiores pesos no VAB. A atividade de “comércio e reparação de veículos” também se destaca como atividade que ocupa parcela substancial de trabalhadores em Roraima (18,5% do total de ocupados). O valor da produção industrial em Roraima é muito concentrado na construção civil e nos serviços industriais de utilidade pública (água, esgoto e energia), não tendo grande expressão a indústria extrativa e a indústria de transformação. A indústria da transformação tem perdido participação no VAB roraimense desde 2002 (ou seja, perda em termos relativos, já que em termos absolutos o VAB cresceu muito no período).

Possivelmente em função do peso da Administração Pública e da presença dos militares, os rendimentos médios do trabalho em Roraima situam-se pouco abaixo da média brasileira e em patamares mais elevados do que os de estados com economias mais sólidas. Outra característica surpreendente é a relativamente pequena diferença entre o rendimento médio das ocupadas (mulheres) frente ao dos ocupados (homens), mesmo sem se fazer o ajuste por duração de jornada de trabalho. Essa diferença menor do que na média do país talvez possa ser explicada também pela importância da Administração Pública em Roraima, em que não há distinção salarial entre homens e mulheres. Note-se que, como é tradicional no Brasil na comparação entre homens e mulheres, também em Roraima a taxa de desemprego é maior entre as mulheres e sua participação no mercado de trabalho, menor.

Ainda no que diz respeito aos rendimentos do trabalho, chama a atenção que, de modo semelhante ao padrão do país, também em Roraima vigora um grande prêmio de remuneração para quem conclui curso superior, com grande salto no rendimento médio do trabalho para quem tem ensino superior completo.

Entre o último trimestre de 2019 e o último trimestre de 2020, caiu o número de trabalhadores economicamente ocupados em Roraima. Ao mesmo tempo, aumentaram os pesos de “funcionários públicos e militares” e de “domésticos sem carteira” e diminuiu os de “empregados do setor privado sem carteira assinada” e de “empregadores” no conjunto de ocupados. Quanto à ocupação nos setores de atividade, “Serviços domésticos”, “Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais” e “Atividades financeiras, de comunicação e imobiliária” ganharam participação, enquanto que “Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas” e “Alojamento e alimentação” perderam.

O desemprego, por sua vez, veio se elevando em Roraima desde 2015 – e os dados mostram uma aparente estabilização num patamar elevado, em torno de 14,5%, ao se comparar a taxa do ano de 2019 com a taxa do último trimestre de 2020. No entanto, de 2019 para 2020 ocorreu um fenômeno expressivo de redução da proporção da força de trabalho e aumento da proporção de pessoas em idade ativa fora do mercado de

trabalho, isto é, um aumento da inatividade econômica – ou seja, pessoas disponíveis para o trabalho, mas não procurando a sua inserção, seja em função do desalento, seja em decorrência de outras motivações. Embora não seja objeto de análise específica neste documento, entende-se que as referidas alterações, tanto relativas à ocupação nos setores quanto à proporção entre força de trabalho ocupada e desocupada, podem refletir o impacto da pandemia de Covid-19 no mercado formal de trabalho no estado.

A tendência da história recente era uma taxa de participação no mercado de trabalho (isto é, proporção das pessoas em idade ativa que estão ou ocupadas ou procurando ocupação) em torno de 65% e, no último trimestre de 2020, foi de 57,4%. Essa redução da força de trabalho sugere uma pressão sobre o mercado de trabalho potencialmente maior do que a indicada pela taxa de desemprego. O nível e o aumento da “subutilização da força de trabalho” apontam no mesmo sentido. No último trimestre de 2020, praticamente um terço da força de trabalho ampliada estava em situação de subutilização. Um ano antes, o percentual estava em 27,4%





Seção II

O setor produtivo e a empregabilidade em Roraima: relatório qualitativo

©ACNUR/Camila Geraldo

O SETOR PRODUTIVO DE RORAIMA, NA VISÃO DE SEUS REPRESENTANTES

Embora o mercado de trabalho de Roraima seja limitado em decorrência das características das economias expostas, este identifica uma falta de profissionais qualificados para determinadas atividades em todos os setores da economia. É generalizada a queixa de representantes do setor produtivo de que os profissionais de maior formação escolar e qualificação não ficam em Roraima, sendo rapidamente atraídos por oportunidades de trabalho mais bem remuneradas em outros estados.

Para além de características de profissionais de formação superior ou técnica com habilidades específicas, percebe-se entre pessoas do setor produtivo entrevistadas principalmente do setor primário (agrícola) e no setor de serviços, a expectativa de que tenham flexibilidade para múltiplas tarefas – e nesse sentido

além de rotinas mais especializadas, também assumam atividades que não exigem qualificação, mas integram a rotina dos negócios.

A demanda por algumas especializações é recorrente em todos os setores de atividades econômicas. Contudo, são geralmente contratações especializadas de manutenção programada. São elas: eletricitas para a manutenção e reparos de instalações; técnicos em instalação e manutenção de ar-condicionado; especialistas em mecânica e manutenção de maquinário pesado empregado no setor agrícola e da indústria.

No âmbito das atividades que envolvem novas tecnologias e novas mídias – como programadores, web designers, produção de conteúdo digital, gerenciamento de redes sociais – há igualmente maior carência de profissionais disponíveis no estado. São áreas em que preferencialmente tendem a ter melhor atuação profissionais que conhecem os hábitos e a cultura local.

- Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Roraima e Manaus: setor produtivo e potencialidades

Atividades demandadas de forma recorrente em mais de um setor da economia	Eletricistas para reparos e manutenção de instalações
	Técnicos em instalações e manutenção de ar-condicionado
	Mecânica e manutenção de maquinário pesado empregado no setor agrícola e da indústria
	Novas tecnologias e novas mídias: programadores, web designers, produção de conteúdo digital, gerenciamento de redes sociais

Esta pesquisa qualitativa identificou maior demanda pelas seguintes especializações, segundo setores da economia:

Atividades demandadas de forma recorrente do setor Agropecuário	Operadores de maquinário agrícola é função mais demanda para empregos permanentes, uma vez que estas pessoas também se encarregarão de outras tarefas das propriedades
	Manutenção de maquinário agrícola, muito demandada, a mão de obra é especializada e autorizada, e o serviço para a manutenção programada em geral é contratado de empresas baseadas em Boa Vista ou em outros estados
	Motoristas para o transporte da carga do campo até os portos para a exportação ou até as indústrias de beneficiamento, como é o caso do arroz
	Motoristas para transporte internacional de carga, naqueles casos em que a exportação é feita para a Venezuela, é ainda maior a demanda por profissionais experientes e devidamente habilitados, levando os produtores, em geral, a contratar empresas de logística para o transporte das cargas até a fronteira, onde, é feito o transbordo para carretas de placa venezuelana, segundo acordos bilaterais
	Técnicos com experiência com rebanhos (que inclusive façam a vacinação)
	Carregadores braçais (contratação sazonal, em períodos de colheita tanto no âmbito do agronegócio quanto na agricultura familiar)
	Caseiro/agricultor para pequenas propriedades
	Pessoas com afinidades na produção rural para contratações sazonais no âmbito da agricultura familiar

No setor da Indústria, foram demandas por qualificação mais recorrentes:

Atividades mais demandadas no setor da Indústria	Construção: Operador de maquinário da construção civil (operadores de motoniveladora, pá carregadeira, retroescavadeira, de escavadeira hidráulica, caminhões autobomba, betoneira); Mecânica e manutenção de maquinário pesado; Motoristas de caminhão; Auxiliar de pedreiro, servente, pedreiros, mestre de obras
	Cerâmica: Operadores de empilhadeira; Pessoas com experiência na construção, como auxiliar de pedreiro, pedreiro, mestre de obras
	Usinas de concreto: Operadores de maquinário pesado; Mecânica e manutenção de maquinário pesado; Motoristas de caminhão
	Indústria da Confecção: Costureiras que operam máquinas eletrônicas
	Agroindústria de beneficiamento de arroz: Empacotadores; Motoristas de caminhão
	Indústria de carnes: Faqueiro, balanceiro e outras funções específicas de frigoríficos
	Indústria de panificação: Padeiros e confeitores (em geral atuam dentro dos supermercados)

Ao mesmo tempo em que no setor de serviços são apontadas necessidades de mão de obra qualificada em diversas atividades que exigem trabalhadores bilíngues – guias turísticos; atendentes nas agências de turismo; pessoas com formação técnica ou superior para atuar em processos de venda e exportação de produtos para a Venezuela – há um conjunto de novas demandas que se apresentam para o pós-pandemia, a partir do crescimento do comércio eletrônico.

Abre-se, a partir dele, uma nova cadeia produtiva, que se estende por um espectro de funções de diferentes níveis de qualificação: criação e implantação de sites para a apresentação dos produtos, programação, formas eletrônicas de pagamento, publicidade e marketing nas redes sociais em convergência com mídias tradicionais, rede de entregadores acionados por aplicativo. É uma nova estrutura de atendimento, que se agrega ao atendimento presencial, que não vai ser totalmente substituído, mas precisará ser adaptado para operar em associação ao atendimento eletrônico.

TURISMO SUSTENTÁVEL

Roraima tem 5% de seu território encravado no espaço geográfico e natural da Amazônia Legal, onde se insere grande diversidade de solos, relevos, vegetação e clima, relacionados a tipos de ambientes possíveis do Bioma Amazônia, além de vastas áreas de transição e de savanas do interflúvio Amazonas. Abriga o lado brasileiro do Monte Roraima – tepui em formato de mesa característico do planalto das Guianas –, localizado na tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana, com paisagens entre as mais belas do mundo. É grande o potencial para o turismo sustentável – e cultural (de imersão em culturas e comunidades indígenas, de observação de plantas e de pássaros) e de aventuras; com a construção de roteiros conjugados para a Amazônia Legal. É uma perspectiva que está muito além do turismo de negócios, que já movimenta o segmento no estado com a chegada de representantes comerciais e de serviços que apresentam os respectivos produtos aos governos municipais e estaduais e ao setor privado.

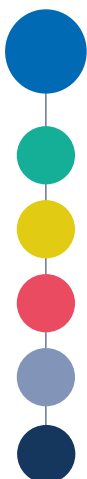
PERCEPÇÕES SOBRE MEIOS DE VIDA DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES VENEZUELANAS EM RORAIMA

Em Roraima, se verifica uma grande absorção da mão de obra refugiada e migrante venezuelana no setor de comércio e serviços – principalmente hoteleiro, de alimentação e de turismo. Essas são áreas marcadas por uma rotina mais previsível de horários, e na qual tem havido uma fluida integração da mão de obra venezuelana disponível e o mercado de trabalho. Nos setores Agrícola, da Construção e da Confeção, há também uma absorção da referida população, contudo, foram identificados alguns pontos em que seria necessário um alinhamento no que tange a direitos e responsabilidades de cada parte na relação contratual.

A intensificação do relacionamento entre brasileiros e venezuelanos no estado de Roraima, decorrentes dos grandes fluxos de refugiados e migrantes em direção ao Brasil principalmente a partir de 2015, é culturalmente enriquecedor e tem potencial para ensinamentos mútuos.

Pessoas venezuelanas são muito esforçadas, polivalentes, criativas e com potencial para aprender rapidamente as tarefas. Essas são qualidades positivas apontadas sobretudo pelos segmentos do comércio e hoteleiro. Em menor intensidade, no setor de grãos, tais características também foram apontadas.

Dominar o espanhol é uma característica muito valorizada nos negócios que se vinculam à cadeia produtiva do setor de turismo, neste estado que está rodeado por países de língua espanhola e inglesa.



Aspectos positivos percebidos na mão de obra de refugiados e migrantes venezuelanos

Muito esforçados

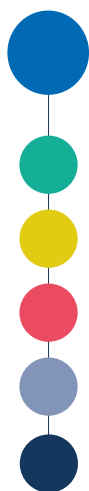
Polivalentes e com disposição para aprender novas tarefas

Crativos

Domínio do espanhol

Diversidade cultural e interações ricas no ambiente de trabalho

Por outro lado, representantes dos diferentes setores produtivos roraimenses também apontaram algumas características consideradas importantes para a contratação de pessoas venezuelanas, principalmente:



Aspectos percebidos como importantes para a contratação de refugiados e migrantes venezuelanos em Roraima

Falar português

Possuir qualificação profissional

Aderir aos procedimentos e linhas de comunicação estabelecidas pelo empregador

Ter flexibilidade para se adequar às necessidades por realização de horas extras e outras situações

Demonstrar comprometimento e responsabilidade

EMPREENDEDORISMO

Diante das possibilidades limitadas de empregos regulares no mercado de trabalho de Roraima, o empreendedorismo é a saída defendida por alguns dos participantes desta pesquisa. Nesse sentido, uma forma de auxiliá-los na empreitada seria pela oferta de cursos voltados para a gestão e o planejamento de negócios. Não se trata de explicações rápidas, mas, cursos planejados, capazes de se aprofundar no treinamento para lidar com todos os aspectos envolvidos no empreendedorismo. A importância de se engajar em cursos aprofundados, de mais longa duração, no entanto, conflita com a dificuldade de dedicação de longas horas para treinamento em um contexto em que as necessidades básicas imediatas têm que ser supridas – motivo pelo qual a inserção no mercado informal acaba sendo priorizada. Igualmente, é essencial a disponibilidade de microcrédito, disponibilizado a um público que não tem amplo histórico de consumo ou de crédito anterior no país.

Dentro da perspectiva do empreendedorismo, um segmento interessante a ser explorado são pequenos comércios ou serviços voltados para o próprio público venezuelano.

QUALIDADES REQUERIDAS PELOS SETORES PRODUTIVOS

De acordo com dados da RAIS (2020), Roraima possui um saldo de 101.770 empregados formais ao término de 2020. Desses, 97.883 são brasileiros ou possuem

naturalidade brasileira, enquanto 3.887 são estrangeiros.

Dos estrangeiros, a grande maioria, ou 3.659, são de nacionalidade venezuelana, mas também há cubanos, haitianos, peruanos, além de outras nacionalidades latino-americanas. No total dos venezuelanos, aproximadamente quatro em cada cinco empregados formais são homens, ou para ser mais preciso, 2.851 (78%) são homens e 808 (22%) são mulheres.

No caso dos venezuelanos com carteira de trabalho assinada no país, o salário nominal era de BRL 1.846,9, ou 38,5% inferior à média nacional. Para os homens venezuelanos, o valor médio é de BRL 1.870,7 enquanto para as mulheres venezuelanas o valor é BRL 1.790,1, ou 4,5% inferior ao dos homens. No município de Boa Vista, o saldo de empregos formais em 2020 era de 90.994 e, desse total, 3.286 (ou 3,6%) eram venezuelanos.

Ao longo de 2021, de acordo com os dados do CAGED, do Ministério do Trabalho e Previdência, o saldo de venezuelanos no mercado formal de Roraima foi de 677. Desses novos contratados, as principais categoriais profissionais da lista de Classificação de Ocupações Brasileiras (CBO) foi faxineiro, com 182, auxiliar nos serviços de alimentação (69), pintor de obras (45), atendente de lojas e mercados (40) e repositor de mercadorias (37). O perfil da ocupação muda um pouco quando se avalia por sexo: dos homens, as cinco principais são faxineiro, pintor de obras, auxiliar nos serviços de alimentação, auxiliar de logística e trabalhador da manutenção de edificações. Ao passo que, para as mulheres, as principais ocupações com saldo positivo em 2020 foram faxineira, operador de

caixa, auxiliar nos serviços de alimentação, atendente de lojas e mercados e zelador de edifício.

Nesse contexto do mercado laboral formal, em se tratando de qualificação da mão de obra refugiada e migrante venezuelana, há algumas ações apontadas unanimemente pelas pessoas participantes desta pesquisa. Maior investimento na língua portuguesa, falada e escrita; instrução sobre direitos e deveres no âmbito da legislação trabalhista brasileira; orientação sobre as demandas e especificidades da mão de obra em cada setor da economia, assim como as possibilidades para a compensação de horas extras trabalhadas em períodos em que a sazonalidade da atividade exige maior comprometimento do empregado; informações sobre as possibilidades da formalização de contratos temporários e as obrigações previdenciárias exigidas nestes.

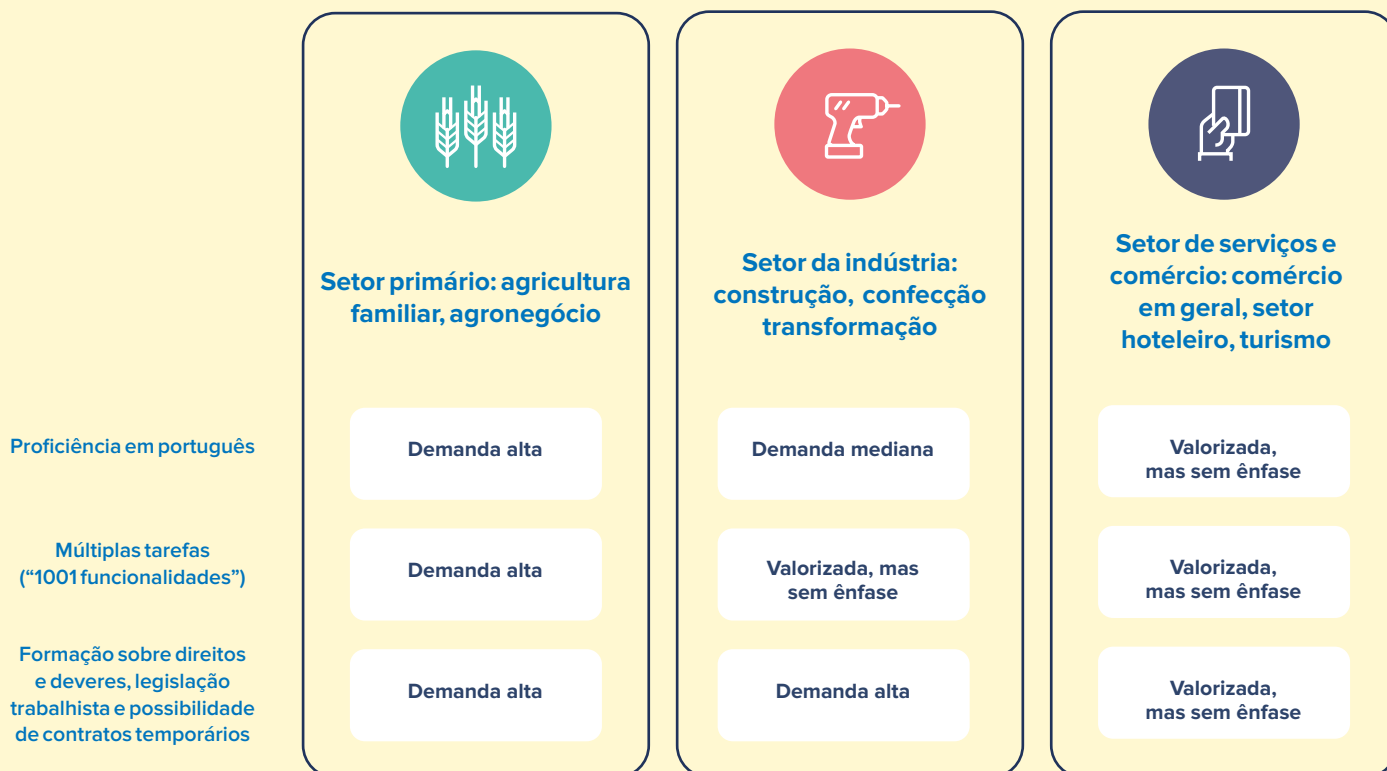
Tais são os aspectos gerais, compartilhados pelas

pessoas participantes, que se sugere, integrem qualquer módulo básico de qualificação. Nos setores primário – agricultura familiar e agronegócio – e secundário – atividades da indústria da construção –, houve mais ênfase nas exigências relacionadas à proficiência em português e à informação quanto aos deveres e direitos da legislação trabalhista, assim como as informações sobre os ritos legais para contratos temporários.

Registra-se, adicionalmente, que nos segmentos da agricultura familiar e agronegócio, a contratação permanente de empregados passa pela suposição de que o profissional exercerá múltiplas tarefas nas rotinas da produção rural: das menos complexas às mais complexas.

No setor de serviços e comércio, talvez porque a maior parte das interações sejam presenciais e porque a grade das jornadas de trabalho é mais previsível, esses foram aspectos anotados, entretanto, sem ênfase.

Qualidades requeridas pelos setores produtivos



Ao longo deste trabalho, também procurou-se conhecer as cadeias produtivas e as demandas por qualificação específica mais recorrentes nos segmentos de atividade econômica com maior peso e participação na composição do PIB de Roraima. Como se viu, é generalizada a queixa de que, no geral, não apenas se tratando de refugiados e migrantes venezuelanos, mas também da mão de obra de brasileiros, há tendência de que pessoas com formação superior e qualificação específica sejam atraídas pelas ofertas de trabalho em outros estados.

Para facilitar a inserção da mão de obra refugiada e migrante venezuelana, a qualificação em determinadas funções é aspecto salientado por todas as pessoas que contribuíram com esta pesquisa. Como fazê-lo, contudo, e em que setores há a maior demanda, são perguntas que podem aumentar a assertividade do processo de qualificação. Uma condição para que a qualificação possa ocorrer é que as pessoas estejam devidamente documentadas no território brasileiro.

No âmbito do setor primário, segmento da produção agrícola a maior demanda tem sido por qualificação na operação de máquinas pesadas envolvidas na produção principalmente focada na soja e no arroz, totalmente mecanizada. Este é um diferencial fundamental, uma vez que trabalhadores com essas habilidades atualmente são trazidos de fora. Segundo a pessoa que representa nesta pesquisa o setor agrícola, frequentemente, os próprios produtores solicitantes ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) dos cursos já apresentam a sua turma montada para a qualificação nessa fundação.

Não apenas no setor primário, mas dominar a operação do maquinário pesado é também uma das principais demandas do segmento da construção, aquele que mais se destaca no setor da indústria, mas também no segmento da indústria de cerâmicas e de usinas de concreto, entre outros. São muito valorizados e procurados operadores de motoniveladoras, pá carregadeiras, retroescavadeiras, escavadeira hidráulica, betoneiras, caminhões autobomba, entre outros equipamentos afeitos à atividade.

Para além da operação do maquinário, é necessária a manutenção desses equipamentos e eventuais reparos, sendo extremamente valorizada esta mão de obra considerada superespecializada para equipamentos de alto investimento, que requerem assistência autorizada. Esta geralmente é contratada de lojas especializadas e autorizadas pelas fabricantes, seja em Boa Vista ou trazendo técnicos autorizados de outros estados.

Enquanto no setor de serviços e em particular, no segmento hoteleiro, há grande demanda por técnicos de manutenção de ar refrigerado; também muito valorizada em todos os segmentos, a função de eletricista com qualificação pelo menos técnica média, que tenha condições para a manutenção de instalações em geral.

São atividades procuradas no setor primário: especialistas em rebanho, que tenham experiência inclusive na aplicação de vacinas; em pequenas propriedades, no âmbito da agricultura familiar, pessoas com familiaridade na produção rural, com experiência em hortas, pequenas plantações e tenham disponibilidade de se tornar “caseiros”, ou seja, vivendo na propriedade.

Sazonalmente, tanto a agricultura familiar como a agricultura em escala para exportação têm demanda por pessoas que possam trabalhar na colheita; no caso do agronegócio, em particular a soja, é grande a demanda por carregadores braçais, que levem os fardos até os caminhões. Na cadeia produtiva do arroz, além de carregadores na colheita, há demanda por empacotadores, que atuam nas indústrias.

Por fim, o setor de serviços e comércio, de longe aquele que mais absorveu a mão de obra refugiada e migrante venezuelana: neste abre-se, após a pandemia, grandes oportunidades com o crescimento do comércio eletrônico. Há toda uma cadeia que se estrutura a partir desta nova realidade, na qual, inserem-se desde web designers e programadores para a confecção de sites mais atraentes a produtores de conteúdo e gerenciadores de redes sociais com foco na apresentação dos produtos e interação com os clientes.



Capítulo 2

MANAUS



Seção I

Perfil da economia e mercado de trabalho em Manaus – dados secundários

ASPECTOS GEOGRÁFICOS, DEMOGRÁFICOS E HISTÓRICOS

Com 11.401 km², o município de Manaus, capital do Amazonas, é o principal polo econômico da Região Norte do país. A estimativa de sua população em 2021 era de 2.255.903 pessoas segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE¹), o que resulta numa densidade demográfica de 197,9 habitantes por km². Manaus é a sétima cidade mais populosa do Brasil². Possuía, em 2018, o sexto maior PIB total do país (representando 1,1% do PIB nacional) e ocupava a 875ª posição no ranking dos maiores PIB per capita do país (de um total de 5.570 municípios). A área territorial de Manaus equivale a 0,13% do território brasileiro e sua população representa 1,1% da população do país, segundo estimativas do IBGE.

A partir de 1870, Manaus viveu o impacto da economia da borracha: ao mesmo tempo em que a borracha se tornava o maior gênero de exportação, a cidade vivia a transformação de suas “malocas” e palafitas em princípio, em edificações singelas de influência lusa. Mas já nos primeiros anos da república, a produção da borracha viabilizou uma série de transformações e reformas no caráter urbano de Manaus, que implicaram em ponto de inflexão

nos costumes da cidade, à medida em que procuravam apagar na cidade as marcas das influências indígenas e caboclas da população local, em busca de um acalentado “ideário do progresso”³.

A partir de 1898, a borracha representava o segundo lugar entre os produtos de exportação do Brasil, chegando em 1910 a representar 40% do valor da exportação nacional, perdendo apenas para o café. Mas, essa prosperidade econômica trazida pelo primeiro ciclo da borracha se encerra em 1912. O ano de 1913 demarca o declínio local da economia do látex, em virtude da perda do mercado mundial para a borracha asiática. Em agravante à perda do monopólio internacional da borracha, conforme promovia a industrialização da economia brasileira, os investimentos do Governo Federal eram direcionados aos estados do Centro-Sul, em detrimento às regiões Norte e Nordeste.

Manaus é lançada a um longo período de isolamento que se estende até a Segunda Guerra Mundial, quando vive, entre 1941 e 1945, um curto segundo ciclo da borracha, que decorreu do chamado Acordo de Washington, selado por Getúlio Vargas com os Estados Unidos para, no esforço de guerra, elevar a produção da borracha brasileira. Havia falta do produto no mercado internacional

1 — Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>

2 — Estimativas de População, tabela 6579 – População Residente Estimada (Pessoas). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>

3 — FREIRE, José Ribamar Bessa. “Barés, Manãos e Tarumãs” In: *Amazônia em Cadernos, História em novos cenários*, n.23, v.2, Manaus: Universidade do Amazonas/ Museu Amazônico, 1993/1994, p. 159.

motivada pela ocupação dos seringais plantados pelos ingleses na Malásia, por tropas japonesas. Nos termos do Acordo de Washington, o Brasil deveria elevar a sua produção de borracha de 18 mil para 45 mil toneladas. Mas, encerrada a guerra, as economias de vencedores e de vencidos se reorganizaram na Europa e na Ásia, fazendo cessar novamente as atividades nos seringais da Amazônia: as indústrias passaram a adotar a borracha sintética, uma inovação tecnológica produzida em ritmo mais acelerado.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, havia consenso em relação à necessidade de os órgãos públicos elaborarem uma política racional de recuperação da região amazônica. A Constituição de 1946 expressa esse sentimento: o artigo 199 define o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, estabelecendo que anualmente seria reservada uma quantia não inferior a 3% da receita tributária da União para que durante ao menos 20 anos consecutivos fosse empreendido um programa de investimentos na Amazônia⁴.

Em 1947 foi criada a Comissão Parlamentar de Valorização da Amazônia, com a função de propor uma distribuição de recursos para a região. Além de orientar a aplicação dos recursos, essa comissão deveria fornecer as diretrizes para a criação de um órgão encarregado de superintender a elaboração e a execução de um plano de valorização econômica da Amazônia, o que ocorreu em 1953: a Lei nº 1.806 criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e, em 27 de outubro de 1966, pela Lei nº 5.176, esta foi transformada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Em 1957, por meio da Lei nº 3.173/1957, o governo federal criou uma Zona Franca na cidade de Manaus, “para armazenamento ou depósito, guarda, conservação, beneficiamento e retirada de mercadorias, artigos e produtos de qualquer natureza, provenientes do estrangeiro e destinados ao consumo interno da Amazônia, como dos países interessados, limítrofes do Brasil ou que sejam banhados por águas tributárias do rio Amazonas”. E, em 1967, para estimular uma base econômica na região Amazônica, foi criada a Zona Franca de Manaus (ZFM), como é conhecida hoje, pelo Decreto-Lei nº 288, de 1967. Trata-se de área de livre

comércio, beneficiária de incentivos fiscais, com o objetivo de ocupação do território amazonense. Essa área compreende um total de dez mil quilômetros quadrados que inclui a cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e mais os municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva. No entanto, os benefícios do modelo ZFM foram estendidos ao longo dos anos para uma área superior a 8,5 milhões de quilômetros quadrados, contemplando a Amazônia Ocidental – estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima (Decreto Lei nº 356/1968) – e as cidades de Macapá e Santana, no Estado do Amapá (Lei nº 8.397/1991).

O lançamento da pedra fundamental do Distrito Industrial ocorreu em 30 de setembro de 1968, marcando o início do processo de fundação do Polo Industrial de Manaus (PIM). A implantação apresentou diversas fases: de 1967 a 1975, houve predomínio da indústria de montagem – 138 projetos industriais foram aprovados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), envolvendo a criação de 26,4 mil empregos diretos; de 1975 a 1991, foi momento marcado pelo índice de nacionalização, quando a contrapartida dos incentivos fiscais passou a ser a nacionalização de insumos, o que trouxe maior valor agregado ao PIM. Em 1990, o Polo Industrial de Manaus já empregava 77 mil trabalhadores diretos. O Processo Produtivo Básico (PPB) passou a ser a contrapartida principal dos incentivos fiscais, o que trouxe valor agregado ainda maior; e, a partir de 1996, a Política Nacional de Informática promove o desenvolvimento de indústria de informática e tecnologia, o que impacta diretamente o Polo Industrial de Manaus, expandindo a produção de bens de informática. Em 2013, os incentivos fiscais da ZFM foram prorrogados para até 2073.

A ECONOMIA DE MANAUS

Manaus possui o maior Produto Interno Bruto (PIB) dentre as cidades da região Norte, respondendo por aproximadamente 78% do PIB do estado do Amazonas, alta participação que se explica sobretudo pelo PIM, instalado na ZFM, não apenas em decorrência de sua produção industrial, mas também por seu potencial de atração de comércio e serviços em resposta às demandas das cadeias produtivas.

4 — Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-plano-de-valorizacao-economica-da-amazonia-spvea>.

- Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Roraima e Manaus: setor produtivo e potencialidades

O Amazonas é o 15º PIB do Brasil, ele tem uma participação de 1,7% do PIB brasileiro. Praticamente, 90% do PIB do estado tem alguma relação com a produção industrial do Polo Industrial de Manaus, que é instalado na Zona Franca de Manaus. E 80% da economia gira em torno de Manaus (...). Aqui [em Manaus] temos, aproximadamente, 2 milhões e 200 mil habitantes, pouco mais da metade da população do estado, sendo que a outra metade se distribui nos outros sessenta e um municípios do estado. O nível de pobreza do estado é muito alto. Nós temos quatro municípios dentre vinte e cinco de pior IDH do Brasil. E, normalmente, os imigrantes não vão para o interior(...).

Na capital são, aproximadamente, quinhentas indústrias de vários tamanhos, várias multinacionais, que trabalham, principalmente com cinco grandes subsetores (...) você tem uma Honda, (...) que é a segunda maior fábrica da Honda do mundo. Então, ela usa muito os fornecedores para elas. E isso traz junto uma série de serviços que são necessários como, por exemplo, serviços de transporte e logística. Manutenção, todas essas fábricas precisam de muita manutenção: de construção civil, de eletrônica, de mecânica, tudo isso. No total do PIB, o comércio e serviço é o que tem o maior peso, depois a indústria. Agropecuária é relativamente pequeno. **(Representante da gestão pública estadual).**

Infográfico 1 – Segmentos econômicos com maior contribuição para o Valor Adicionado Bruto de Manaus



PIB de Manaus representa
78% do PIB do estado do Amazonas e
20,18% do PIB da Região Norte

BRL **78,192** milhões
 (IBGE, 2018)

Indústria e serviços:
85,6% do PIB de Manaus (2018)

41,8% do PIB /2018(indústria)
43,8% do PIB/2018 (serviços)

O PIB de Manaus tem apresentado crescimento inferior à média nacional. No período entre 2010 e 2018, o PIB manauara real – deflacionado pelo IPCA⁵ – teve variação negativa de 3%, o que representa uma queda média de 0,4% ao ano. Já o PIB total brasileiro teve expansão de 12% no período, crescimento real médio de 1,4%. No período considerado se destacam os anos de 2015, quando o PIB de Manaus teve queda de 9%, enquanto o PIB brasileiro caiu 5%; e o ano de 2012 quando mesmo com a expansão do PIB nacional de 4%, o PIB do município caiu 5% (tabela 11).

5 – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Tabela 11 – Variação real do PIB de Manaus e do Brasil – 2011 a 2018

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação total no período	Variação média no período
Manaus	4%	-5%	8%	-1%	-9%	-4%	1%	3%	-3%	-0,4%
Brasil	6%	4%	4%	2%	-5%	-4%	2%	3%	12%	1,4%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos Municípios. Base de dados. Base 2010-2018.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=resultados&c=2906501>.

A economia de Manaus caracteriza-se pela forte participação do setor industrial na composição de seu produto. Isso decorre em grande medida da presença da Zona Franca de Manaus. As empresas sediadas na Zona Franca recebem uma série de benefícios fiscais (isenção de imposto de importação, de exportação, sobre produtos industrializados, entre outros) que visam atrair e manter investimentos industriais na região.

Em termos numéricos, a importância do setor industrial é constatada pelo fato de que a indústria era responsável por 41,8% do Valor Adicionado Bruto (VAB) do município em 2018. Ao longo do tempo, essa participação apresenta tendência de queda (era de 48,9% em 2010), mas ainda é superior à maior parte dos municípios brasileiros. Em 2018, dos 5.570 municípios do país, 5.259 (ou seja, 94,4%) tinham participação da indústria

no seu VAB inferior à de Manaus; indo mais longe, 79% tinham participação da indústria no seu VAB inferior a 20%. Isso mostra a importância do setor industrial para a capital amazonense.

Segundo dados do Ministério da Economia de agosto de 2021, operavam com projetos industriais no Polo Industrial de Manaus em torno de 460 empresas⁶, que se distribuem em grandes subsetores: o eletroeletrônico; o subsetor de bens de informática; o segmento de duas rodas; os subsetores metalúrgico e mecânico, que fornecem ao segmento de duas rodas, peças e partes de metalurgia de motocicletas e de bicicletas e também produzem esteiras rolantes e esteiras de academia; o subsetor termoplástico; e o subsetor químico, que trabalha com todos os produtos da fauna e flora da Amazônia para cosméticos, assim como nele se insere a indústria de petróleo.

6 — Empresas que informaram em agosto de 2020 dados aos Cadernos de Indicadores do Polo Industrial de Manaus (PIM). É por meio dos Cadernos de Indicadores que a Suframa acompanha as contrapartidas obrigatórias (Valor de Contrapartida Obrigatória) dessas plantas industriais, que se beneficiam da renúncia fiscal do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). São prestadas informações socioeconômicas, tais como geração de emprego, postos de trabalho diretos e indiretos, investimentos fixos, faturamento, pesquisa de desenvolvimento, transferências para o desenvolvimento de outros projetos, entre outros.

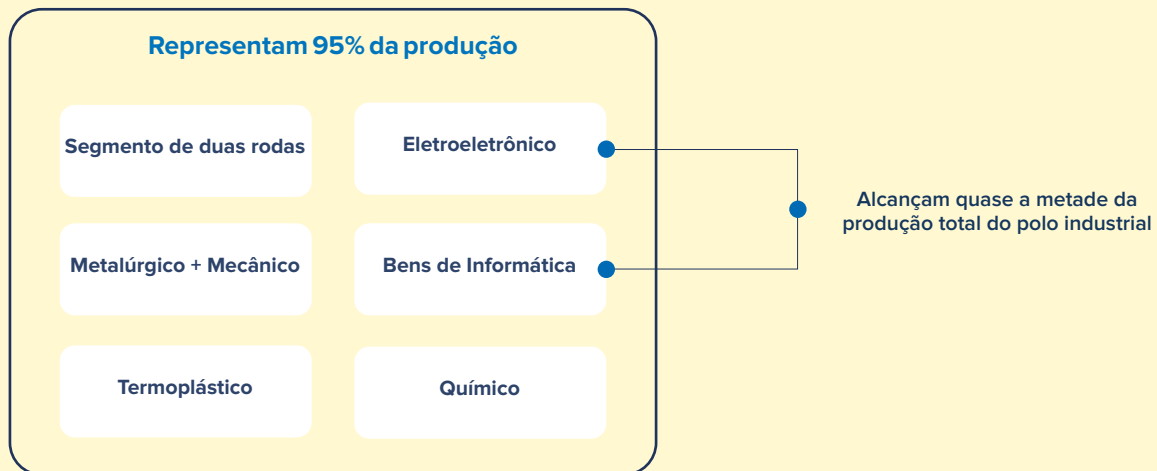
Tabela 12 – Faturamento do Polo Industrial de Manaus, por Subsetores de Atividades

Subsetores de atividades	Até agosto de 2021 Valores nominais em BRL 1,001	%
Bens de informática	BRL 27.239.422.894	27,04%
Eletroeletrônico	BRL 22.042.910.271	21,89%
Duas rodas	BRL 12.987.760.268	12,9%
Metalúrgico	BRL 8.788.215.916	8,73%
Mecânico	BRL 6.760.236.484	6,71%
Termoplástico	BRL 8.953.881.641	8,89%
Químico	BRL 8.048.897.190	7,99%
Outros (brinquedos, relojoeiro, bebidas, papel e papelão, naval, vestuário e calçados, madeireiro, couros e similares, produtos alimentícios, editorial e gráfico, têxtil, mobiliário, mineral não metálico, beneficiamento da borracha e ótico)	BRL 5.897.593.105	5,85%
Total	BRL 100.718.917.769	100%

Fonte: CGPRO/SAP. Disponível em: <<https://www.gov.br/suframa/pt-br/publicacoes/indicadores/caderno-indicadores-janeiro-a-agosto.pdf>>.

- Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Roraima e Manaus: setor produtivo e potencialidades

Infográfico 2 – Polo Industrial de Manaus - Principais Subsetores do Polo Industrial de Manaus



O setor de serviços tem o maior peso na determinação do VAB de Manaus: em 2018, representou 43,8% do total; seguido pelo segmento da indústria; e a administração pública representou 14,1% do total, sendo o terceiro maior peso do VAB. Esses dois setores “tomaram”, entre 2010 e 2018, 7,1 pontos percentuais de participação do setor industrial (gráficos 4 e 5).

Gráfico 4 – Composição por setor do Valor Adicionado Bruto – Manaus – 2018

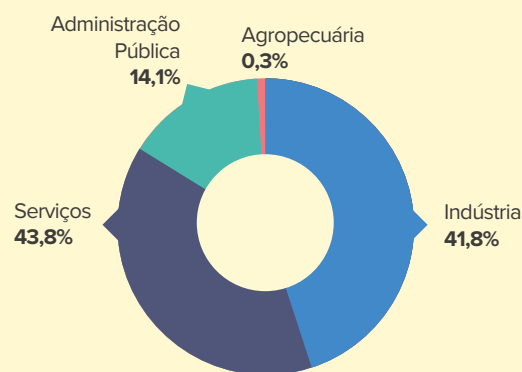
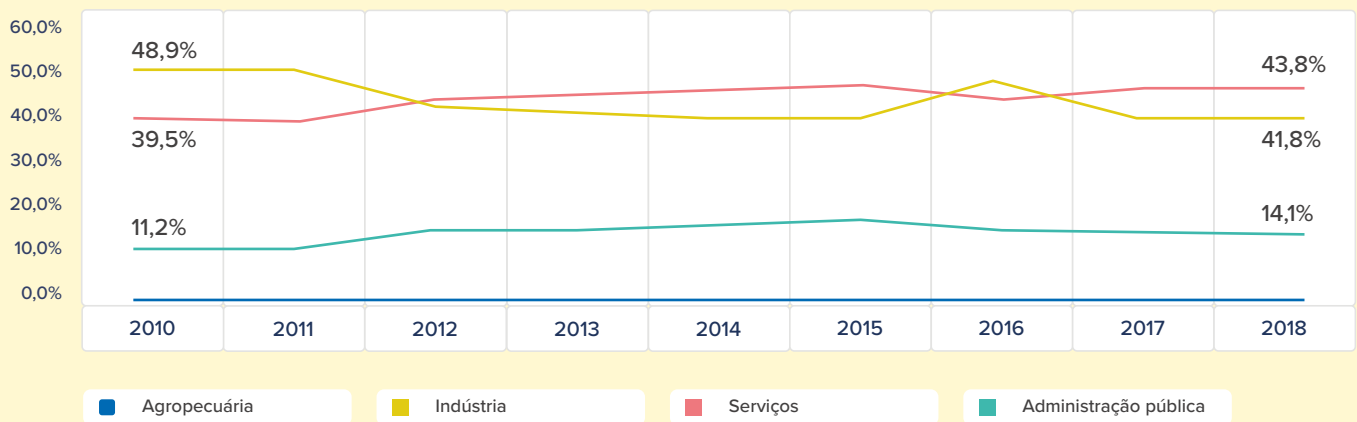


Gráfico 5 – Evolução da composição do Valor Adicionado Bruto por setor – Manaus – 2010 a 2018



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos Municípios. Base de dados. Base 2010-2018. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=resultados&c=2906501>.

Boa parte do comércio e serviços de Manaus gravita e se alimenta direta ou indiretamente do Polo Industrial de Manaus. Em que pese ainda não existam dados e estatísticas oficiais que mensurem esse efeito derivado da dinâmica econômica que emana desse polo industrial, esta é uma suposição baseada na observação de entrevistados do setor produtivo ouvidos nesta pesquisa.

(...) A gente está trabalhando para conseguir captar os empregos que gravitam ao redor do polo industrial de Manaus. Porque, por exemplo, numa planta industrial como a Honda, ela tem ali quatro mil empregados e ela tem eu acho que uns dois mil ônibus prestando serviço para ela. Então ela promove serviços como o transporte, restaurantes e a própria renda que é paga aos trabalhadores, que eles injetam no comércio, quando vão ao mercado, quando contratam uma babá. Se você está trabalhando, você tem alguém cuidando do seu filho na sua casa (...) então, tem tudo isso que a gente está tentando fazer, através da matriz de subprodutos, para captar todo esse efeito derivado da dinâmica econômica ocorrida no Polo Industrial de Manaus. Então, toda essa empregabilidade produzida pelo polo, se eu fosse afirmar hoje, até parte dos empregos do serviço e do comércio, são produzidos através dessa (sementinha) chamada polo industrial de Manaus.

(Representante da gestão pública federal)

O MERCADO DE TRABALHO EM MANAUS

Ocupação

A distribuição dos vínculos formais de emprego, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), mostra concentração dos postos de trabalho nos três setores que mais contribuem para o VAB do município: o setor de serviços; o setor industrial e a administração pública (tabela 13).

Tabela 13 – Participação dos vínculos de empregos formais por setor de atividade econômica – Manaus – 2009 a 2019

Setor	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Serviços ⁷	29,82%	29,46%	29,89%	30,79%	29,19%	30,74%	32,07%	31,79%	32,31%	33,16%	32,30%
Administração Pública	24,07%	26,75%	22,80%	23,81%	23,62%	23,45%	24,73%	26,08%	26,20%	25,91%	25,57%
Ind. de Transformação	23,49%	23,06%	25,44%	25,44%	23,52%	24,32%	23,08%	19,86%	19,28%	18,83%	18,98%
Comércio	15,57%	14,85%	15,05%	15,15%	15,60%	16,48%	17,30%	17,38%	16,95%	17,14%	17,88%
Construção civil	5,74%	4,65%	5,42%	5,43%	5,95%	4,93%	4,67%	4,13%	3,87%	3,56%	3,78%
Serv. Industriais de Utilidade Pública	1,01%	0,93%	0,93%	0,95%	0,92%	0,96%	0,99%	1,06%	1,05%	0,99%	1,11%
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	0,27%	0,24%	0,24%	0,21%	0,25%	0,22%	0,26%	0,29%	0,28%	0,29%	0,26%
Extrativa mineral	0,03%	0,06%	0,23%	0,14%	0,15%	0,14%	0,11%	0,12%	0,08%	0,12%	0,13%
Total	436.647	492.429	513.938	535.702	557.950	557.950	517.918	486.929	485.033	488.463	497.218

Fonte: Relação Anual de Informação Social - RAIS/MTP

7 – Para a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o setor de Serviços não contempla o setor de Comércio, e tampouco contempla Serviços Industriais de Utilidade Pública, estando apresentados enquanto categorias distintas.

O número total de vínculos formais em Manaus no período de 2009 a 2019 teve expansão de 14%. Nesse mesmo período o setor da indústria extrativa mineral teve a maior expansão, em termos percentuais, da quantidade de vínculos formais (443%), apesar do número absoluto ser muito reduzido: apenas 630 vínculos em 2019.

Já o setor da indústria de transformação teve queda de 8% no número de vínculos formais entre 2009 e 2019, passando de 102.576 para 94.362. Essa queda guarda relação com a diminuição da participação do setor industrial

como um todo no VAB manauara que foi demonstrada anteriormente. Compensando essa queda, o setor de serviços industriais de utilidade pública teve expansão de 25% na quantidade de vínculos formais, passando de 4.412 em 2009 para 5.497 em 2019.

Comércio e serviços apresentaram expansão da quantidade de vínculos formais entre 2009 e 2019. O setor de comércio passou de 67.990 vínculos para 88.900 (aumento de 31%), e o setor de serviços (maior empregador) passou de 130.201 para 160.623 (expansão de 23%) (tabela 14).

Tabela 14 – Número de vínculos de empregos formais por setor de atividade econômica – Manaus – 2009 a 2019

Setor	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição entre 2009 e 2019
Extrativa mineral	116	283	1.182	776	810	744	592	586	373	578	630	443%
Comércio	67.990	73.123	77.356	81.143	87.028	90.716	89.609	84.631	82.220	83.743	88.900	31%
Serv. Industriais de Utilidade Pública	4.412	4.578	4.782	5.084	5.156	5.272	5.122	5.159	5.082	4.846	5.497	25%
Serviços	130.201	145.076	153.630	164.926	162.893	169.181	166.106	154.773	156.706	161.981	160.623	23%
Administração Pública	105.121	131.729	117.166	127.561	131.764	129.059	128.088	126.995	127.067	126.542	127.126	21%
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.168	1.162	1.221	1.116	1.408	1.222	1.364	1.390	1.334	1.429	1.295	11%
Ind. de Transformação	102.576	113.578	130.747	125.988	135.702	127.008	102.873	93.291	93.498	91.961	94.362	-8%
Construção civil	25.063	22.900	27.854	29.108	33.189	27.125	24.164	20.104	18.753	17.383	18.785	-25%
Total	436.647	492.429	513.938	535.702	557.950	550.327	517.918	486.929	485.033	488.463	497.218	14%

Fonte: Relação Anual de Informação Social - RAIS/MTP

Rendimento

Os rendimentos do emprego formal em Manaus situam-se pouco acima da média do Brasil, tomando-se como referência os dados de dezembro de 2019 (tabela 5). A remuneração média dos postos de trabalho formais no Brasil naquele período era de BRL 3.151,02, enquanto em Manaus era de BRL 3.427,20 – ou seja, BRL 271,18 superior à média nacional. No que diz respeito à desigualdade de gênero, a situação relativa das mulheres em Manaus era um pouco melhor do que no Brasil, pelo menos no período considerado e sem fazer ajuste por tamanho de jornada, uma vez que a remuneração média delas equivalia a 89,22% da deles e no Brasil a relação era de 86,41%. Os dois dados (o nível da remuneração média e a diferença de remuneração entre homens e mulheres) não surpreendem, uma vez que se trata de um município mais industrializado e o setor industrial, em geral, gera postos de trabalho que, em média, remuneram melhor os trabalhadores. Com isso, a remuneração média do município

alcança o patamar de 3,43 salários-mínimos vigentes à época (%998,00). No caso das mulheres, era proporção de 3,21 salários-mínimos.

Em Manaus, os rendimentos do trabalho tendem a ser maiores para os ocupados com escolarização mais alta, algo já esperado. Destaca-se a grande diferença de remuneração média em decorrência da conclusão do ensino superior. A diferença de remuneração entre aqueles que possuem nível superior de ensino em relação aos demais é muito grande: na comparação com os que possuem ensino superior incompleto, a diferença da remuneração média é de 90%; comparando com aqueles que possuem o ensino médio completo, a diferença é de 165%. Essa discrepância na média de remuneração não é tão grande entre os demais níveis de escolaridade: por exemplo, entre os trabalhadores que possuem ensino fundamental completo e aqueles que possuem ensino médio completo, a diferença da remuneração média era de 9% a favor dos que possuem ensino médio (tabela 15).

Tabela 15 – Remuneração média nominal por nível de instrução (em reais) – Manaus – dezembro de 2019

Nível de instrução	Valor
Total	BRL 3.427,20
Analfabeto	BRL 1.563,00
Médio Incompleto	BRL 1.739,88
5ª Completo Fundamental	BRL 1.889,22
Até 5ª Incompleto	BRL 1.903,58
6ª a 9ª Fundamental	BRL 1.915,11
Fundamental Completo	BRL 2.236,54
Médio Completo	BRL 2.438,05
Superior Incompleto	BRL 3.392,20
Superior Completo	BRL 6.461,82

Fonte: Relação Anual de Informação Social - RAIS/MTP.

Participação na força de trabalho e desocupação

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) do IBGE, do total de pessoas residentes em Manaus com 14 anos ou mais⁸, aproximadamente dois terços estão na força de trabalho, sejam ocupadas ou desocupadas. No período compreendido entre 2012 e 2019 (considerando a situação no último trimestre de cada ano), a participação da população em idade ativa na força de trabalho teve 61,7% como valor mínimo e 66,2% como valor máximo (tabela 16).

8 — A legislação brasileira permite o trabalho na condição de aprendiz a partir de 14 anos, mas veda ao menor de 16 anos qualquer outro trabalho, bem como veda ao menor de 18 anos o trabalho em condições perigosas ou insalubres.

Tabela 16 – Taxa de participação na força de trabalho e taxa de desocupação – Manaus – 2012 a 2019 (4º trimestre de cada ano)

Taxa	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa de participação na força de trabalho	65,4%	65,7%	63,4%	61,7%	64,6%	62,7%	62,5%	66,2%
Taxa de desocupação	10,4%	9,0%	9,0%	10,8%	18,8%	18,9%	18,3%	16,9%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNADC/IBGE. Sistema de Recuperação Automática. Tabela 6468 e Tabela 4092.

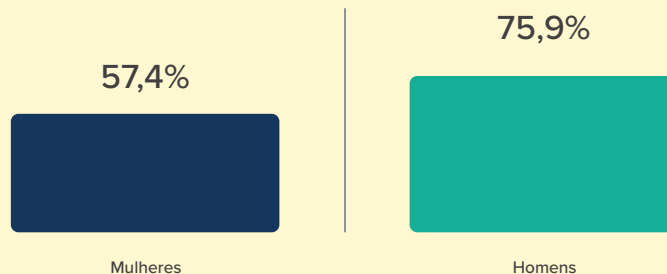
Já a evolução da taxa de desocupação no mesmo período mostra uma queda entre 2012 e 2014, seguida de elevação acentuada até 2017 e de nova queda, mais suave, até 2019. Neste último ano, a desocupação chegava a quase 17%, 5,5 pontos percentuais acima da taxa de 2012. Ou seja, de todas as pessoas que compunham a força de trabalho em Manaus, 17% se encontravam sem ocupação remunerada e procuravam ocupação no último trimestre de 2019 (tabela 16).

No entanto, essas taxas médias escondem diferenças muito expressivas entre mulheres e homens. No quarto trimestre de 2019, por exemplo, a taxa de participação na

força de trabalho era muito maior entre os homens (75,9%) do que entre as mulheres (57,4%). Já com a taxa de desocupação, ocorria o inverso. A desocupação entre mulheres chegava a 21,1%, muito superior à taxa verificada entre os homens que era de 13,35%. Ou seja, como normalmente ocorre no Brasil, os homens em idades consideradas aptas ao trabalho (acima de 16 anos, salvo quando o menor presta serviços na condição de aprendiz, a partir de 14 anos) ingressam com mais facilidade na força de trabalho do que as mulheres e enfrentam dificuldades menores do que elas para manter o emprego e para conquistar uma ocupação no mercado de trabalho (gráfico 6).

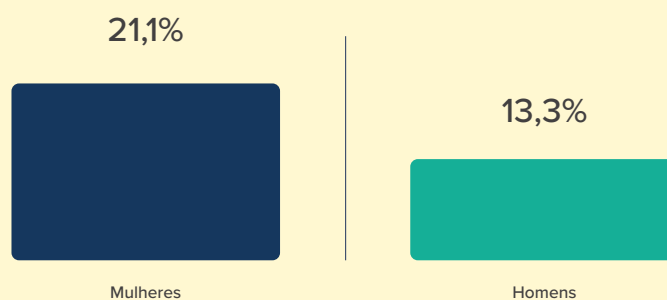
- Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Roraima e Manaus: setor produtivo e potencialidades

Gráfico 6: Taxa de participação por sexo – Manaus – 4º trimestre de 2019



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNADC/IBGE. Sistema de Recuperação Automática. Tabela 4093.

Gráfico 7: Taxa de desocupação por sexo – Manaus – 4º Trimestre de 2019



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNADC/IBGE. Sistema de Recuperação Automática. Tabela 6396.

A SITUAÇÃO RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO EM MANAUS

Em virtude da pandemia, as pesquisas amostrais do IBGE não retratam os dados mais recentes do mercado de trabalho no plano municipal. Em função disso, utilizaremos os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED⁹) do Ministério do Trabalho e Previdência.

9 — No período aqui considerado os dados utilizados se referem ao Novo CAGED, o qual não pode ser comparado ao antigo (antes de janeiro de 2020) devido a grandes diferenças metodológicas. Em resumo, o Novo CAGED possui um número maior de admissões e um número menor de desligamentos, resultando em maior saldo.

No ano de 2020, os dados do CAGED mostram que houve variação positiva no saldo de postos formais de trabalho da ordem de 2,66% em Manaus na comparação com 2019. Do ponto de vista setorial, destacam-se os setores da indústria de transformação, de informação (informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administração) e do comércio, que tiveram ampliação de 4,9%, 4,9% e 3,3%, respectivamente. Esses setores representavam juntos 67,39% dos postos de trabalho em Manaus em 2020. Também houve forte expansão dos setores de serviços domésticos e de água e esgoto, que tiveram ampliação em relação a 2019 de 48,19% e 19,04%, respectivamente. Porém, esses setores representavam apenas 1,11% do total de postos de trabalho formais em Manaus no ano de 2020 (tabela 17).

Tabela 17 – Vínculos formais de trabalho por setor, variação em relação à 2019 e participação no total – Manaus – 2020

Setor	Variação	Participação
Indústrias de Transformação	4,9%	24,1%
Comércio	3,3%	23,2%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	4,9%	20,1%
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	-1,1%	11,0%
Transporte, armazenagem e correio	-2,5%	7,6%
Construção	4,5%	5,3%
Alojamento e alimentação	-2,7%	4,2%
Outros serviços	-6,2%	2,2%
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	19,0%	1,1%
Eletricidade e Gás	0,6%	0,7%
Agropecuária	-1,8%	0,3%
Indústrias Extrativas	-41,8%	0,0%
Serviços domésticos	48,2%	0,0%
Total	2,7%	100%

Fonte: Novo Caged/MTP.

No período de janeiro a setembro de 2021 a quantidade de postos de trabalho formais em Manaus cresceu 7,0% em relação a dezembro de 2020. Os setores de maior participação no total de vínculos formais se mantêm os mesmos de 2020 (informação, indústria de transformação, e comércio, com participação de 67,5%) e apresentaram cres-

cimento expressivo da quantidade de postos de trabalho formais: 9,1%, 7,9% e 4,7% respectivamente. Destacaram-se também os setores da indústria extrativa e de serviços domésticos, com altas de 73,4% e 13,82%.¹⁰ No entanto, esses setores possuem participação conjunta de apenas 0,11% no total de vínculos formais de trabalho em Manaus (tabela 18).

¹⁰ — Haverá divergência na participação dos setores no total dos vínculos entre os dados da RAIS e do Caged pelo fato deste último não levar em consideração os vínculos estatutários.

Tabela 18 – Vínculos formais de trabalho por setor, variação em relação a dezembro de 2020 e participação no total – Manaus – janeiro a setembro de 2021

Setor	Variação	Participação
Indústrias de Transformação	7,9%	24,3%
Comércio	4,7%	22,7%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	9,1%	20,5%
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	5,1%	10,8%
Transporte, armazenagem e correio	4,3%	7,44%
Construção	16,4%	5,8%
Alojamento e alimentação	3,1%	4,1%
Outros serviços	8,6%	2,2%
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	6,2%	1,1%
Eletricidade e Gás	1,3%	0,7%
Agropecuária	2,4%	0,3%
Indústrias Extrativas	73,4%	0,1%
Serviços domésticos	13,8%	0,1%
Total	7,0%	100,0%

Fonte: Novo CAGED /MTP.

O MERCADO DE TRABALHO DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS

Dada a importância do setor industrial na cidade de Manaus, é válida a investigação da situação do mercado de trabalho desse setor separadamente. Os dados do caderno de indicadores do PIM mostram que o polo empregava¹¹ 85.374 trabalhadores em agosto de 2021.

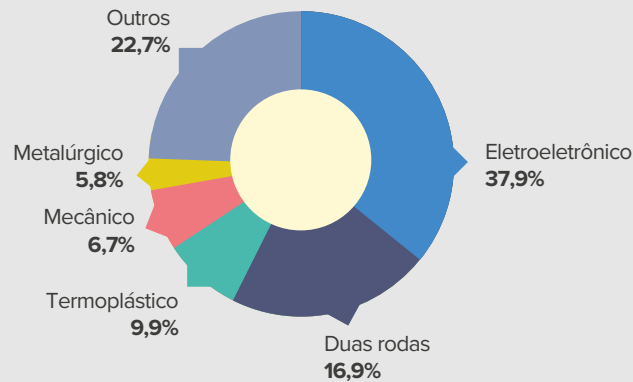
O subsetor que mais empregava no período entre janeiro e agosto de 2021 era o de eletroeletrônicos, com 32.380 trabalhadores (37,9% do total). Em segundo lugar estava o setor de duas rodas, com 14.443 trabalhadores (16,9% do total). Os setores que menos empregavam eram o de material de limpeza e velas e o de beneficiamento de borracha, com 40 trabalhadores cada (0,1% do total cada) (gráfico 8).

11 — Os dados aqui apresentados não consideram mão de obra terceirizada e temporária, as quais podem aumentar significativamente o número de pessoas que trabalham para o

Polo Industrial de Manaus por estes meios.

- Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Roraima e Manaus: setor produtivo e potencialidades

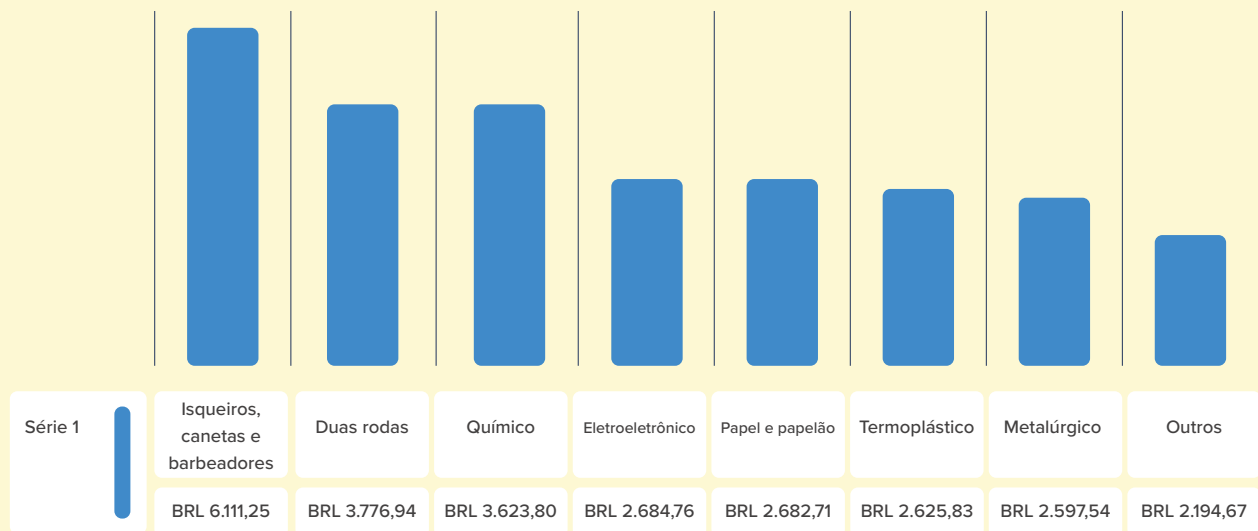
Gráfico 8 – Percentual de trabalhadores no Polo Industrial de Manaus por subsetor – janeiro a agosto de 2021



Fonte: Caderno de indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus – janeiro a agosto de 2021

Os dados do caderno de indicadores do PIM também mostram que a média salarial da indústria na região era de BRL 2.871,35 no período de janeiro a agosto de 2021. O subsetor que pagou em média, naquele período, os melhores salários foi o de isqueiros, canetas e barbeadores, que teve média salarial de BRL 6.111,25 nos oito primeiros meses de 2021. Em segundo lugar estava o setor de duas rodas com BRL 3.776,94 de média, seguido do setor químico, com média de BRL 3.623,80. O setor que mais empregava – eletroeletrônico – tinha a quarta maior média salarial (BRL 2.684,76) (gráfico 9).

Gráfico 9 – Salário médio no Polo Industrial de Manaus por subsetor – janeiro a agosto de 2021

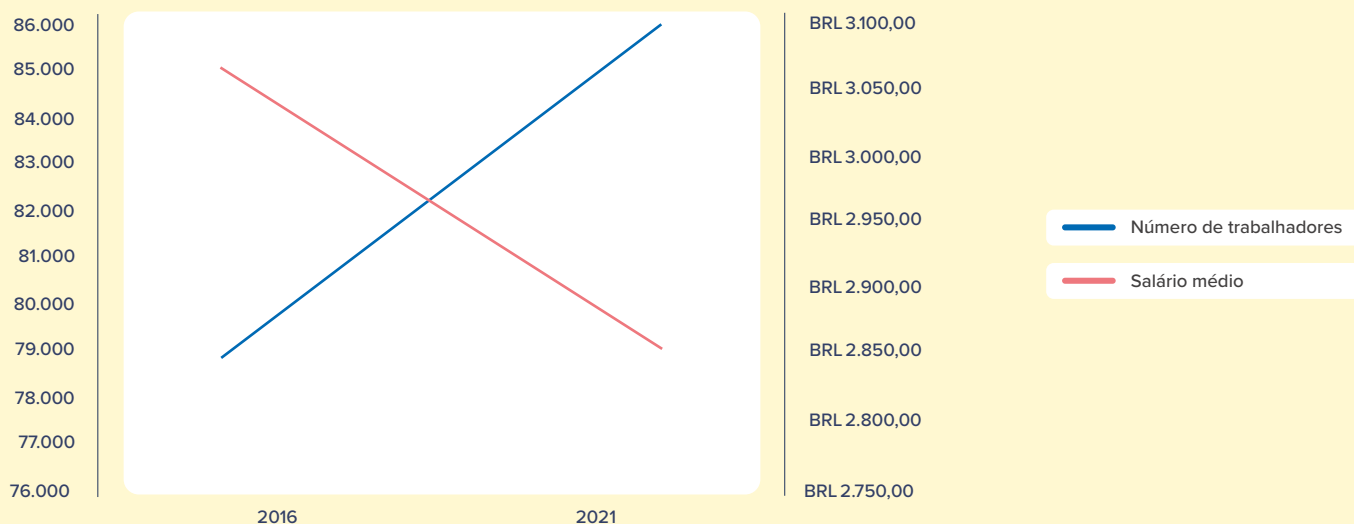


Fonte: Caderno de indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus – janeiro a agosto de 2021

Ao longo do tempo, nota-se que o PIM tinha média salarial de BRL 3.046,4 em 2016 (a preços médios de 2021) e passa a ter uma média salarial de BRL 2.871,4 em 2021, uma queda de 6,1% no período. Essa queda decorre de uma massa salarial que passou de BRL 243 milhões em 2016 (preços

médios de 2021) para BRL 242,1 milhões em 2021 (queda de 0,9%) e de uma quantidade de mão de obra que era de 79.733 em 2016 e passou para 85.374 (aumento de 7,1%); ou seja, o PIM passou a empregar mais ao longo do tempo, mas passou, em termos reais, a pagar menos (gráfico 10).

Gráfico 10 – Evolução do salário médio e do número de trabalhadores no Polo Industrial de Manaus – 2016 e 2021



Fonte: Caderno de indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus – janeiro a agosto de 2021

Há dois grandes perfis da mão de obra absorvidos no PIM que constituem, por um lado, empregos intensivos em tecnologia e, por outro, empregos intensivos em mão de obra, que geram empregos a partir da formação escolar de nível médio, menos exigentes de capacitação.

Assim como se verifica em todo o mundo, boa parte das indústrias instaladas na Zona Franca fazem a transição para o modelo de automação, gerando cada vez menos oportunidades de emprego intensivos em mão de obra, e demandando mais qualificação e capacitação para operar equipamentos da chamada Industrialização 4.0.

Enquanto no subsetor eletroeletrônico há um forte nicho de mão de obra intensiva em tecnologia, no subsetor de bens de informática, que fabrica os componentes, há maior demanda pelo emprego intensivo em mão de obra.

Vou dar um caso bem concreto para você. (...) Mouse óptico, um componente do computador. Isso aqui é menos intensivo em tecnologia. Partes e peças. É montagem, linha de produção de montagem: manufatura. Do outro lado, você vai ter celular. Dentro do celular, você tem outros bens de informática embarcados aqui dentro: a bateria, você vai ter carregador que vem junto, você vai ter as câmeras... Então, você não vai encontrar uma empresa produtora de celular que produza todos os componentes desse celular. Para isso, ela tem outras empresas, que trabalham para ela, produzindo os outros mecanismos. Bem, essa empresa é altamente intensiva em tecnologia. Você vai chegar numa linha de produção e você vai ver até robô montando isso. Monta tecnologia embarcada. A placa por exemplo. Mas dentro do segmento que está aqui dentro do celular, que são os componentes de informática, você vai ter muita mão de obra braçal; pessoas da linha de produção como é o exemplo de carregador que vai ter que fazer entrelaçamento de fios, solda (...). Então, dentro do mesmo subsetor você vai ter intensivo da tecnologia e mão de obra. (Representante da gestão pública federal)

Embora o subsetor químico trabalhe diretamente com tecnologias das suas plantas matrizes, gera empregos não necessariamente intensivos em tecnologia, que exijam maior qualificação da mão de obra. Já entre o subsetor de duas rodas, está a Honda, que alinha a verticalização de sua cadeia produtiva, para a qual são gerados empregos dos dois perfis, intensivos em tecnologia e intensivos em mão de obra. São cerca de quatro mil pessoas trabalhando numa única planta industrial, encarregada da carenagem em fibra de vidro da moto de todos os elementos da motocicleta, exceção feita à borracha do pneu.

A partir da funilaria da empresa, em que a areia é transformada em vidro, é feita toda a carenagem das motos. Tudo que constitui parte de peças de vidros é produzida lá dentro. A Honda só não produz a borracha do pneu. Então, você vai ter várias empresas dentro de uma só, que vão empregar mão de obra tanto muito qualificada quanto a menos qualificada. As pessoas constroem carreiras dentro da própria Honda. Nós temos exemplos de pessoas que entraram na Honda estudando nível médio ainda e hoje a pessoa já está fazendo mestrado ou doutorado, numa carreira de mais de vinte anos dentro da empresa, seguindo um projeto de crescimento dentro da empresa. Então, nós temos esse tipo de pessoas aqui dentro da Zona Franca de Manaus. (Representante da gestão pública federal).

EM SÍNTESE: A ECONOMIA E A EMPREGABILIDADE EM MANAUS

O município de Manaus pode ser classificado como de alta densidade demográfica. Além disso, no período entre 2011 e 2021, sua população cresceu em ritmo superior (23,1%) na comparação tanto com o estado do Amazonas (20,7%), quanto com o país como um todo (10,9%). A economia da cidade, que representava, em 2018, 78% do PIB do Amazonas e 1,1% do PIB do Brasil, vem tendo desempenho inferior à média nacional nos últimos anos.

A distribuição da mão de obra entre os diversos setores da economia de Manaus passou por uma mudança considerável nos últimos dez anos, com perda de participação da indústria. O setor da indústria de transformação, que respondia por 23,5% dos vínculos formais em 2009, passou a responder por 19% em 2019. Nesse período, os setores de comércio e serviços combinados passaram de uma participação de 44,3% em 2019 para 50,2% em 2021.

O setor da administração pública também tem um peso importante na quantidade de postos de trabalho formais em Manaus, representando cerca de um quarto do total de vínculos em 2018. Por outro lado, possuem pouco peso no mercado de trabalho manauara os setores da agropecuária e da indústria extrativa, com apenas 0,4% dos vínculos formais do município em 2019.

Em termos de participação no PIB municipal, o setor industrial, apesar de muito importante, deixou de ser aquele que mais contribui para o VAB da cidade. Em 2010, a indústria respondia por 48,9% do VAB do município passando para 41,8% em 2018, tornando-se o segundo setor mais importante da economia de Manaus. Ocupou o lugar da indústria o setor de serviços, que tinha participação de 39,5% no VAB em 2010 e passou a ter participação de 43,8% em 2018. Outro setor que apresentou crescimento no período foi a administração pública, que respondia por 11,2% do VAB em 2010 e passou a responder por 14,1% em 2018.

A grande participação do setor industrial no VAB de Manaus explica, em certa medida, o fato de a remuneração média ser superior na cidade (BRL 3.427,2) na comparação com o país como um todo (BRL 3.156,0). Esse fato em si não é suficiente para afastar, na cidade, uma característica do mercado de trabalho nacional como um todo: a desigualdade de remuneração entre mulheres e homens. Em Manaus elas recebem, em média, 87,1% do que eles recebem.

Em Manaus, as pessoas com maior escolaridade recebem mais e os possuidores de nível superior recebem mais ainda. O “prêmio” por possuir nível superior de ensino é bastante elevado, pois as pessoas com esse nível de escolaridade recebem, em média, mais que o dobro (165%) do que aqueles que possuem apenas o ensino médio.

Em relação à ocupação, nota-se um forte aumento do desemprego em Manaus. No quarto trimestre de 2012, o percentual total de pessoas desocupadas era de 10,4% passando para 16,9% no último trimestre de 2019. Esse indicador também é capaz de mostrar outra face da desigualdade entre mulheres e homens na cidade: a taxa de desocupação entre elas era de 21,1% no quarto trimestre de 2019, enquanto entre eles era de 13,3%.

Em relação à taxa de participação na força de trabalho da população manauara em idade ativa, cerca de dois terços estão na força de trabalho, dentre ocupados e desocupados no último trimestre de 2019. Nesse caso, também se observa forte desigualdade entre os sexos. A taxa de participação entre as mulheres era de apenas 57,4% no quarto trimestre de 2019, enquanto entre os homens era

de 75,9%. Isso decorre do fato de elas representarem o maior contingente de desocupados e o menor contingente de ocupados, e se pode deduzir estar relacionado à situação frequente de mulheres estarem fora do mercado de trabalho por conta de responsabilidades com cuidados familiares, além do desalento derivado da situação de desocupação prolongada.

Por fim, a importância do setor industrial no município é confirmada pelo fato de que o PIM empregava 85.374 trabalhadores em 2021, sendo que os setores eletroeletrônicos e de duas rodas respondiam por

54,8% desse total. A média salarial no PIM era de BRL 2.871,4 no período de janeiro a agosto de 2021, sendo que os setores de isqueiros, canetas e barbeadores, e de duas rodas pagavam, em média, BRL 6.111,3 e BRL 2.776,9, respectivamente.

Um fator importante relativo ao PIM é que a média remuneratória caiu entre 2016 e 2021 na proporção de 6,1%. Essa queda decorreu do fato de que o setor empregou mais, mas não apresentou aumento da massa salarial na mesma proporção do aumento do número de trabalhadores.





©ACNUR/Felipe Irmaldo

Seção II

O setor produtivo e a empregabilidade em Manaus – relatório qualitativo

O SETOR PRODUTIVO DE MANAUS NA VISÃO DE SEUS REPRESENTANTES

Em que pese o setor de serviços, como se viu na Seção I deste relatório, ao longo da última década ter crescido e superado em poucos pontos percentuais em 2018 o setor da indústria na determinação do Valor Adicionado Bruto (VAB) de Manaus, uma proporção significativa do setor de serviços gravita em torno da movimentação econômica das plantas do Polo Industrial de Manaus (PIM). No momento de elaboração desta pesquisa, ainda não havia conclusão de trabalhos em torno da matriz de subproduto, que capta o efeito derivado da dinâmica econômica ocorrida no PIM. Embora sejam estatísticas ainda não disponíveis, conforme indicado por representação do governo federal, trata-se de uma hipótese intuitiva, de alta probabilidade de ocorrência, mencionada também por representante do poder público vinculado à área econômica e alguns representantes do setor produtivo: as plantas industriais demandam e contratam um conjunto de serviços, e consomem na manutenção de suas instalações, insumos que são adquiridos na capital do Amazonas.

Para além de produtos e serviços que giram em torno da manutenção do PIM, o contingente de empregados – 105 mil em agosto de 2021 – vive em Manaus e consome produtos e serviços na cidade. Nesse sentido, compreende-se a menção da representação do governo do Estado do Amazonas, que considerou que cerca de 90% do PIB do estado esteja, direta ou indiretamente, vinculado à produção do PIM.

Acolhendo aproximadamente 460 plantas industriais que, em agosto de 2021, encaminharam as informações publicadas no Caderno de Indicadores do PIM, trata-se de um distrito industrial onde já se verifica alguma contratação de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas, conforme sustenta a representação da gestão pública federal. Entretanto, não há estatísticas oficiais por nacionalidade da empregabilidade no PIM.

A regulamentação da documentação migratória da pessoa refugiada e migrante é condição primeira e indispensável para que concorra a colocação no PIM. Nesse sentido, ressalta-se que as indústrias têm renúncia fiscal de Imposto e Importação (II) e de Imposto de Produtos Industrializados (IPI), e em contrapartida, precisam devolver o benefício à sociedade em forma de geração de empre-

go, desenvolvimento, projetos, pesquisa, dentre outros. A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema) acompanha as contrapartidas obrigatórias. Um dos mecanismos usados para isso são os cadernos de indicadores em que as empresas são obrigadas a informar mensalmente: geração de emprego (quantidade de postos de trabalho diretos); investimentos; faturamento, dentre outros.

Há, no PIM, dois grandes perfis de empregos:

- Empregos intensivos em tecnologia; requerem uma

mão de obra qualificada, com formação universitária;

- Empregos intensivos em mão de obra; requerem formação de Ensino Médio.

Os salários variam em função dos acordos coletivos dos sindicatos de cada empresa. Mas, ressalta-se que o piso do pessoal chão de fábrica geralmente é maior que o salário-mínimo. Trata-se do salário, mais abonos, as garantias que são definidas nas convenções coletivas de trabalho e benefícios (como plano de saúde).

Polo Industrial de Manaus (PIM)

460 empresas com plantas industriais informadas em agosto de 2021 e publicadas no Caderno de Indicadores do PIM, 95% das quais estão categorizadas em grandes subsetores, que geram 105 mil empregos diretos: eletroeletrônicos, bens de informática, segmento de duas rodas, metalúrgico, mecânico, termoplástico e químico, que representam 95% do faturamento

Como é a contratação: seleção por meio de empresas de recursos humanos; currículos deixados na portaria das fábricas; sistema de indicação interna feita pelos próprios empregados

Funções demandadas:

1) Intensivos em tecnologia (maior prevalência no subsetor eletroeletrônico)

Qualificação exigida: nível superior ou técnico, experiência para operar equipamentos da chamada industrialização 4.0

2) Intensivos em mão de obra (mais presente no subsetor de Informática que produz componentes); Qualificação exigida: Menos exigentes em qualificação e empregam a partir da formação do Ensino Médio

Com uma posição de faturamento¹² mais periférica no PIM, a Indústria da Alimentação geralmente adota os mesmos procedimentos de contratação das plantas industriais manauaras apontadas pelo representante do governo federal: seleção por meio de empresas de recursos humanos; currículos deixados na portaria; banco de currículos no site das empresas; e/ou indicação dos próprios funcionários.

As necessidades de contratação desse segmento para o trabalho na produção têm prevalente o perfil intensivo em mão de obra, segundo colocação da representa-

ção desse segmento. Já os serviços administrativos contam com a área de contabilidade terceirizada, assim como o departamento jurídico. Contudo, para a organização dos processos internos, compras, pagamentos, contatos com grandes clientes e distribuidoras, é exigida qualificação de nível superior. Segundo a representação, 80% dos cargos no segmento envolvem as atividades de operador de máquina e auxiliar de produção, de forma que, com uma linha bastante automatizada, haveria um operador em cada máquina, que obrigatoriamente tem formação de Ensino Médio e possivelmente cursos profissionalizantes. Para auxiliar de produção, as atividades envolvidas seriam menos complexas.

12 — O subsetor de produtos alimentícios representou, em agosto de 2021, 0,54% do faturamento do Polo Industrial de Manaus.

Indústria da Alimentação

80% dos insumos vêm de São Paulo, desde as embalagens e rótulos até a matéria prima da produção, importada in natura e industrializada em Manaus. Tende a atender ao mercado da região Norte

Como é a contratação: seleção por meio de empresas de recursos humanos; currículos deixados na portaria; banco de currículos no site das empresas; e/ou indicação dos próprios funcionários

Funções demandadas:

Escritório (área administrativa) - Setor de compras e comercial e organização de processos para a contabilidade

Exigência: Nível superior para cargos efetivos e Ensino Médio para estagiários

Funções demandadas:

Fábrica (produção)

Operador de máquina: Ensino Médio ou curso profissionalizante

Auxiliar de produção: Ensino Fundamental ou curso profissionalizante

Funções demandadas na cadeia produtiva

Motoristas e auxiliares de motoristas: Habilitação profissional

Carregadores: Ensino Fundamental

Transporte para outros estados: Terceirizado

Ainda no âmbito do setor da Indústria, a Construção Civil tem importante peso para a empregabilidade, não apenas pelas vagas de trabalho geradas nos canteiros de obras, mas igualmente pela importante cadeia produtiva que movimenta. Hoje são 25 mil trabalhadores formais empregados diretamente e 65 mil de maneira informal. Em empregos diretos, as funções mais demandadas são os chamados oficiais - pedreiros, carpinteiros, bombeiros e eletricitas - além dos serventes, que são auxiliares de todas essas funções.

A partir das entrevistas em profundidade realizadas com representantes do setor produtivo, a construção civil se apresenta como o segmento em que se abrem maiores possibilidades de treinamento e acolhimento da mão de obra refugiada e migrante venezuelana. Há, nesse setor, grande dificuldade de preenchimento de todas as vagas disponibilizadas para treinamento de mão de obra. Nesse sentido, foi indicada a possibilidade de facilitação de parcerias institucionais com organizações que trabalham diretamente com população refugiada e migrante e encaminhamento para a contratação.

Os pisos salariais são regulamentados por acordos coletivos entre sindicato patronal e dos trabalhadores.

O piso de oficiais (pedreiro, carpinteiro, pintor e bombeiro hidráulico) é de BRL 1.622,00; de servente/auxiliar é de BRL 1.198,00. São previstos bônus (auxílios de produção) aos profissionais caso terminem o serviço contratado antes da meta planejada, que representam um salário adicional.

A cadeia produtiva da indústria da construção civil é bastante ampla. Além da obra em si e dos profissionais já mencionados, se estende a outros serviços que envolvem mais profissionais e outros empregos:

- fornecedores de materiais, de insumos (necessita de motorista, descarregador e vendedores);
- sistema de climatização (necessita de quem faça as instalações);
- instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias;
- projetos (área com estudo, acompanhamento técnico e pode envolver paisagismo);
- marketing;
- infraestrutura (pavimentação, calçada, usinas de concreto relacionadas ao setor, empresas que também fazem instalação de portas, pré-moldados etc.);
- imobiliárias.

Indústria da Construção Civil	São 3.500 empresas registradas no CREA. O segmento gera cerca de 25 mil empregos formais e 65 mil informais
	Como é a contratação: seleção por meio de empresas de recursos humanos; currículos deixados na portaria; banco de currículos no site do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas (SINDUSCON); e ou indicação
	Funções demandadas:
	Oficiais: pedreiro (alvenaria), carpinteiro, pintor, bombeiro hidráulico, eletricitas. Qualificação: Ensino Médio ou Técnico, experiência prática
	Servente (auxiliar nas categorias de atividades: pedreiro, carpinteiro, bombeiro hidráulico e eletricitas) Qualificação: Curso profissionalizante e ou experiência prática; disposição para aprender
Outras funções na cadeia produtiva: fornecedores de materiais e insumos, motorista, carregador/descarregador, especialista em climatização, instalação elétrica e hidráulica do ar-condicionado, paisagismo, jardineiro, marketing, agentes mobiliários	

O setor de Serviços e Comércio, que já representa o maior percentual do VAB de Manaus, é aquele que mais gera empregos no estado - são 395 mil formais e 100 mil informais, segundo representante do setor entrevistado¹³. Ao mesmo

tempo, é o setor que mais absorve a mão de obra refugiada e migrante venezuelana, principalmente em bares, restaurantes e na hotelaria, segundo depoimentos de representantes do setor produtivo, do poder público e da sociedade civil.

13 — Dados do Novo Caged, descritos na Seção I, indicam que a Indústria da Transformação é o setor que mais gerou empregos formais em Manaus entre janeiro e agosto de 2021, seguido pelo comércio. O PIM tem isenções fiscais que resultam na contrapartida de geração de empregos e recolhimento de benefícios; por seu turno, no segmento do comércio, além dos empregos formais, a informalidade está presente.

Serviços e Comércio	Setor de comércio e serviços é aquele que mais gera empregos no estado do Amazonas: 395 mil trabalhadores registrados e, informais, sem carteira, 100 mil trabalhadores, segundo informa representação do setor. O segmento de serviços/comércio já representa a maior participação no PIB de Manaus, inclusive maior do que o PIM, segundo o IBGE/2018. É um segmento que se beneficia e depende (como fornecedor direto ou por meio do consumo de trabalhadores da indústria) do movimento econômico do PIM. Abrange desde estabelecimentos que prestam serviços como cabelereiros, barbearias, estética, consultorias e ensino a estabelecimentos comerciais, que comercializam mercadorias
	Como é a contratação: para além das indicações feitas diretamente aos donos dos estabelecimentos, a Câmara de Dirigentes Lojistas tem influência nesse processo, na medida em que concentra um sistema institucional, remunerado, de treinamentos sob demanda do empresariado (comércio, serviços e indústria) e mesmo instituições públicas e organizações não governamentais, segundo as necessidades
	Funções demandadas: No segmento dos supermercados, por exemplo, a contratação é feita por empresas especializadas de Recursos Humanos, que adotam técnicas e testes específicos para a contratação, sendo exigido, em geral, o Ensino Médio para cargos de vendedores e caixa, além de bom desempenho em matemática. Ambos requerem algum nível de proficiência em português para a comunicação com o cliente. Cargos de limpeza e manutenção e de empacotadores têm exigência menor, em geral fundamental completo ou ensino médio incompleto

No âmbito do setor de Serviços estão os bares e restaurantes, hotéis e agências de turismo, todos segmentos que já absorvem a mão de obra refugiada e migrante venezuelana e apresentam abertura para continuar a fazê-lo.

Em bares e restaurantes, a representação do segmento indica maior chance de aproveitamento dessa mão de obra no atendimento ao cliente - garçons, auxiliares, barman e recepcionista - o que demanda bom nível de proficiência em português. Igual potencial para a empregabilidade há junto à chamada equipe de produção, cozinheiros e auxiliares.

Bares e Restaurantes	É um dos segmentos que mais empregam pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas
	Como é a contratação: Indicações, currículos nos estabelecimentos e bancos de currículos de entidades de classe
	Funções demandadas: <i>Empregos diretos:</i> Atendimento ao cliente (garçons, auxiliares de garçom, barman) e recepcionista Qualificação: ensino médio, idioma português e “boa vontade para aprender” <i>Equipe de produção (cozinha e auxiliar de cozinha)</i> Qualificação: Ensino Médio, curso profissionalizante e noções básicas de boas práticas de alimentação, especificamente relacionadas à questão de contaminação alimentar e uma noção básica de higiene e manipulação de alimentos <i>Serviços gerais: limpeza e manutenção</i> Qualificação: Ensino Fundamental (não é exigida)
	Outros empregos para os quais é exigido proficiência em português e conhecimento da cidade, características que em geral privilegiam brasileiros para as funções: Delivery (atendimento telefônico, monitoramento do aplicativo, acompanhamento do WhatsApp, entregas); Cargos administrativos: Nível superior

Muito afetado em 2020 e no primeiro semestre de 2021 pela pandemia com a suspensão de voos internacionais Miami-Manaus e Lisboa-Manaus, além do voo Panamá-Miami-Manaus, o segmento do turismo vivia em novembro de 2021, momento desta pesquisa, grande expectativa de recuperação. Além de investimentos esperados com a mudança de administração do Aeroporto de Manaus, havia expectativa que a retomada do funcionamento de um tradicional hotel em Manaus, que passa por obras de reforma e restauração, movimentasse o segmento do turismo e a

economia local, com a abertura de novas vagas de emprego. É reivindicação do segmento que o Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviço e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas (FTI) volte a ser aplicado para a promoção e desenvolvimento do turismo. Também constitui reivindicação do segmento a instalação de um duty free da Zona Franca de Manaus.

São modalidades de turismo no estado, segundo informação da representação do Turismo entrevistada para esta pesquisa:

- Turismo de pesca esportiva: atrai cerca de 70 a 80 mil turistas por ano.
- Turismo de aventura: envolve os hotéis de selva. Cerca de 100 estabelecimentos cadastrados.
- Turismo marítimo de cruzeiros: a cidade recebe de 25 a 30 navios por temporada, na faixa de 60 mil turistas por ano.
- Turismo executivo: ocorre em função do Polo Industrial de Manaus. Tem um fluxo intermitente de diretores de fábrica, gerentes, engenheiros, operadores etc. que visitam as indústrias.
- Turismo de sol e praia: ainda é pouco explorado. De todo modo, gera renda e emprego; inclusive, a locação de barcos para passeios se tornou um negócio.
- Turismo de base comunitária: turismo de visitas conduzidas e protagonizadas pelos moradores locais, promovendo a vivência intercultural, a história e a cultura das comunidades amazonenses.
- Turismo de compra (Zona Franca de Manaus): muito prejudicado pela concorrência do Paraguai, onde, para o consumidor, os preços dos produtos são mais atraentes desde a década de 90, com a abertura das importações.

Turismo

O Estado do Amazonas é a principal porta de entrada para a floresta Amazônica brasileira e tem grande potencial de atração e para visibilidade. São modalidades de turismo integralmente associados à floresta: aventura, pesca, turismo de base comunitária, marítimo, executivo, de sol e praia e de compra. É reivindicação do segmento a instalação de um duty free da Zona Franca de Manaus e maiores investimentos governamentais com a aplicação integral para o desenvolvimento do setor do Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviço e Interiorização do, Desenvolvimento do Estado do Amazonas, que arrecada 1% das vendas e das importações do distrito industrial

Funções demandadas:

Empregos diretos:

Atendimento e receptivo: há grande carência no estado do Amazonas desse tipo de profissional, segundo a representação do segmento de Turismo, o que constitui uma oportunidade interessante para refugiados e migrantes venezuelanos, pela proficiência em espanhol e pela percepção de serem considerados comunicativos e simpáticos.

Nos hotéis e pousadas (e seus respectivos restaurantes) a mão de obra venezuelana é apreciada por habilidades no âmbito da gastronomia, atendimento e, por estarem disponíveis a executar uma série de serviços de manutenção hidráulica e elétrica necessária nesses locais

Empregos indiretos:

Há uma grande cadeia que se estrutura em torno da atividade do turismo: transporte, alimentação, hospedagem, atividades culturais diversas, além do consumo de serviços e compras no comércio local

PERCEPÇÕES SOBRE MEIOS DE VIDA DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES VENEZUELANAS EM MANAUS

É grande a presença de grupos de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas que trabalham como ambulantes nas feiras, praças e vias de Manaus. Também bastante visível, são aqueles empregados principalmente em bares, restaurantes, supermercados e no comércio em geral. Em canteiros de obras, em serviços domésticos ou em outras atividades que não demandam interação permanente com o público em geral, onde há oportunidade de trabalho, em atividades mais ou menos visíveis, o fato é que – a percepção prevalente entre entrevistados é de que pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas não-indígenas formam, em Manaus, uma população em busca de meios de geração de renda e sustento.

Há uma percepção compartilhada entre boa parte das representações de que o setor de bares e restaurantes tenha grande importância no emprego da mão de obra de pessoas refugiadas e migrantes, tanto formal quanto informal, identificando essa relação a fatores como possibilidade de colocação imediata, processos simples de entrada, pouca necessidade de profissionalização, bem como percepções de disposição dessa população para trabalho nesse segmento. Ainda, a presença nos setores do comércio, serviços em geral e construção civil também são reiterados.

Proporcionalmente à presença de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas nos segmentos de bares, restaurantes, hotéis e estabelecimentos comerciais, é pequena a inserção laboral dessa população nas indústrias da Zona Franca de Manaus. Para a representação da sociedade civil, tem se mostrado dificultoso o acesso ao setor que possibilite ações de sensibilização para a con-

tratação de pessoas refugiadas e migrantes ou encaminhamentos para postos. Por outro lado, a representação da gestão pública federal indica que, ainda que não haja levantamento oficial por nacionalidade dos trabalhadores do segmento, é de conhecimento o emprego de mão de obra de pessoas refugiadas e migrantes nas fábricas e canteiros de obras do segmento.

Ainda, na percepção de uma das representações do setor privado, pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas fazem grande esforço para se manter no Brasil, muitas vezes assumindo trabalhos mais desgastantes, nem sempre aceitos por trabalhadores brasileiros, em diversos setores da economia local.

Homens e mulheres refugiadas e migrantes procuram se encaixar em qualquer oportunidade laboral e, quando não acedem a empregos formais ou informais, abraçam o comércio ambulante, principalmente nas feiras de Manaus. Estão entre elas a Feira da Banana, a Feira da Manaus Moderna e a Feira do Mercado Adolpho Lisboa, na região portuária de Manaus, com funcionamento diário. Famílias inteiras de pessoas refugiadas e migrantes se deslocam para essas localidades e, enquanto as mulheres trabalham vendendo café ou em bancas de frutas e verduras, seus companheiros trabalham como carregadores, segundo indicam algumas das representações.

De acordo com o relatado por algumas representações, há a percepção de que a ocupação não ordenada de alguns locais públicos por pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas acaba por gerar situações de conflitos de interesses e indisposições com comerciantes e moradores. O espaço público que apareceu com maior prevalência se localiza na avenida Joaquim Nabuco, uma das mais extensas e tradicionais vias no centro antigo da capital amazonense, local de intensa atividade comercial

e serviços, bem como de residências. Muitos carrinhos para venda de alimentos estão no local, gerando grande movimentação em seu entorno, principalmente ao final do dia. A percepção apresentada é de que, com a atividade comercial gerada por essas unidades, outras atividades a seguem, causando um ambiente propício para situações perigosas, ilícitas e de degradação do espaço. Para uma das representações, a ocupação desordenada da região central da cidade não apenas causa conflitos locais entre as populações envolvidas, mas também acaba por representar um entrave a esforços para um projeto de revitalização do centro.

Uma das propostas apresentadas para solução do impasse seria a movimentação dos carrinhos de alimentação para um quarteirão próximo do local, onde sendo área de calçada e sem presença de residências, contaria mais facilmente com atuação do poder público para ordenamento. Para a representação, essa mudança possibilitaria maior disposição de alguns segmentos para apoiar medidas de inserção laboral da população refugiada e migrante venezuelana, uma vez que os conflitos gerados acabam por produzir percepções negativas até naqueles que contam com as potencialidades dessa população em seus setores.

RELACIONAMENTO COM O SETOR PRODUTIVO

Em todos os setores produtivos pesquisados, são apontadas qualidades positivas percebidas na mão de obra venezuelana: disponíveis, esforçados no aprendizado e execução das tarefas, comprometidos, bom relacionamento, facilidade em fazer amizades e introdução de novas formas de trabalhar e nova cultura no ambiente do trabalho, o que é considerado enriquecedor.



Aspectos positivos percebidos na mão de obra de refugiados e migrantes venezuelanos em Manaus

Disponíveis e comprometidos com o trabalho

Esforçados no aprendizado e realização de tarefas

Facilidade para relacionamentos interpessoais

Introdução de novas formas de trabalhar e culturas no ambiente de trabalho

As características positivas percebidas são extraídas da experiência e do relacionamento com essa população. As representações dos segmentos da construção civil, bares e restaurantes, turismo, indústria e comércio manifestaram satisfação com a experiência e, ao mesmo tempo, predisposição à novas contratações.

No segmento do Turismo, foi acrescida à lista de qualidades certa percepção de que estejam bastante preparados para o atendimento ao público, seja por alguns terem experiência em regiões como Isla Margarita ou demais trabalhos prévios, na Venezuela; seja porque dominam o espanhol, o que abre maior possibilidade de interlocução com o cliente não-brasileiro.

Para além da experiência pessoal com a mão de obra refugiada e migrante venezuelana, as informações que circulam entre representantes do setor produtivo são, majoritariamente, positivas, o que sugere uma imagem favorável para a articulação de um programa institucional de inserção laboral de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas.

Quando fazem o balanço das possíveis características negativas que percebem na mão de obra venezuelana, há dois atributos que se repetem: 1) a necessidade de aprimoramento da proficiência em português, uma vez que eventuais dificuldades de expressão e incompreensão daqueles com menor proficiência no idioma são uma barreira para o bom andamento das rotinas de trabalho; e 2) estar indocumentado ou com documentação incompleta é empecilho para a adequada contratação e mesmo para que pessoas refugiadas e migrantes tenham a oportunidade de se beneficiar de cursos de qualificação em diferentes instituições. Foi também mencionado, por um representante, percepção de alguns trabalhadores refugiados e migrantes possuírem qualificação muito acima da necessária para o desempenho do trabalho, o que pode eventualmente propiciar que alguns possam não permanecer por muito tempo em posto de trabalho que requer menor qualificação que a que possui.



Aspectos fundamentais para a contratação de refugiados e migrantes venezuelanos em Manaus

Proficiência em português

Possuir documentação válida

Ao mesmo tempo, foram mencionadas por representações da Sociedade Civil e do setor de Turismo situações de remunerações mais baixas, jornadas de trabalho mais longas ou situações de não pagamento para pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas, sobretudo em trabalhos informais, e situações de trabalhos exercidos com regularidade, porém sem registro em carteira de trabalho. Nesse sentido, sugeriu-se pelo representante do setor de Turismo a conscientização das pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas sobre seus direitos e deveres.

PARCERIAS PARA CONTRATAÇÕES

No balanço entre as percepções sobre características positivas e negativas da mão de obra venezuelana indicadas pelos entrevistados, o vetor é favorável à população refugiada e migrante dessa nacionalidade. Nesse sentido, no segmento da Construção Civil, a representação manifesta grande interesse em estabelecer parcerias para o treinamento e a qualificação profissional gratuita, por meio de

cursos oferecidos com instituição de capacitação profissional. A representação do segmento da Construção Civil apontou não conseguir preencher as vagas disponíveis para qualificação de mão de obra com instituição de capacitação profissional.

Este segmento, assim, coloca-se com grande abertura e disposição para construir um relacionamento mais permanente e institucional com as organizações humanitárias que atuam com pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Manaus para a sua inserção laboral. A única exigência legal para que estes possam aceder gratuitamente aos cursos de qualificação profissional voltados para a Construção Civil é que estejam com documentação válida e possuam CPF.

Também no setor de Comércio, o representante entrevistado manifestou interesse em estabelecer parceria institucional com organizações humanitárias, direcionada à população refugiada e migrante, para oferta de cursos de qualificação ofertados pela entidade para a qualificação de pessoal, em atendimento à demanda de seus associa-

dos. Embora tais cursos não sejam gratuitos, se aventou possibilidades de revisão de valores com base em parcerias. A representação da entidade disse ter recomendado a contratação aos seus associados, que atualmente, estima, já empregam parcela significativa da população.

Também interessado numa parceria, mas ainda a ser construída, - já que não existe um desenho institucional prévio a ser adaptado para refugiados e migrantes – a representação do segmento de Turismo avalia haver abertura para uma parceria envolvendo as entidades de classe e organismos humanitários para ampliar a integração com os refugiados e migrantes venezuelanos. Igual disposição manifestou a representação do segmento da Indústria da Alimentação, ressaltando, contudo, que em seu setor produtivo não é tão grande a demanda por contratação.

(...) eu acho que tem abertura e é preciso procurar as entidades de classe do turismo: a Associação Brasileira de Agências de Viagens, a Associação Brasileira de Hotelaria, a Associação de Bares e Restaurantes, eu ajudo de botar todo mundo numa mesa, o trading turístico: “Está aqui, os representantes, está todo mundo aqui”, e vamos fazer uma linha direta com vocês, vamos procurar fazer essa história (Representante do Segmento de Turismo).

FORMAS E CAUSAS PARA CONTRATAÇÕES DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES VENEZUELANAS

A mão de obra refugiada e migrante venezuelana inserida no mercado laboral, em empregos formais ou em empregos informais não autônomos, no momento desta pesquisa, conquistou a sua posição pelas seguintes formas e motivações, segundo descrição das pessoas entrevistadas nesta pesquisa:

- 1)** decisão empresarial de classe, sem formalização em documento institucional, de apoiar e estimular a contratação de refugiados e migrantes venezuelanos;
- 2)** por indicação de instituições humanitárias com foco na população refugiada e migrante, como se verificou no Segmento de Bares e Restaurantes;
- 3)** por meio de abordagem direta a empresas, feita por refugiados e migrantes nas ruas ou estabelecimentos, como foi o caso relatado da primeira contratação dessa população pela representação do segmento do Turismo;

4) por indicação dos refugiados e migrantes venezuelanos que estão empregados;

5) em contratações por meio de consultorias de Recursos Humanos, onde, sem distinção de nacionalidade, refugiados e migrantes são submetidos aos processos seletivos das empresas, como descrito pela representação do segmento de Supermercados.

Nota-se que a contratação de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas acontece a partir de maneiras diversas, que variam entre arranjos mais institucionalizados – como a partir de decisão empresarial do setor – ou mais espontâneos, como por empresas de Recursos Humanos pelas quais pessoas refugiadas e migrantes participaram de processos seletivos.

No que se refere às causas, foram também mencionadas motivações humanitárias ao propiciar oportunidade de trabalho a pessoa refugiada ou migrante venezuelana, no que empresas procuraram por organizações humanitárias para indicações de candidatos. Ao mesmo tempo, foi mencionado também um bom relacionamento entre o empregado venezuelano e o empregador, construído a partir de uma experiência de trabalho bem avaliada, motivação para que aqueles contratados passassem a indicar outras pessoas para contratações, o que aponta para a importância da rede de relacionamentos que se constrói entre e por refugiados e migrantes.

POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DA INSERÇÃO LABORAL DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES VENEZUELANAS

No PIM, onde aproximadamente 460 plantas industriais possuíam, em agosto de 2021, 105 mil empregos diretos, verificou-se tendência a empresas considerarem que funcionários indiquem pessoas para vagas disponíveis na empresa, sendo relevante a construção de rede de contatos e relacionamentos. A identificação das consultorias de Recursos Humanos que prestam serviços para as indústrias e a entrega de currículos nas portarias das plantas industriais ou por plataformas digitais são outros meios.

Como o PIM tem relevante impacto direto e indireto na economia de Manaus e na geração de empregos, recomenda-se que se busque, com representações da indústria, uma interlocução para sensibilização do setor produtivo e, assim, viabilizar a potencialidade de aproveitamento da mão de obra refugiada e migrante.

A contratação de funcionários por meio de empresas de Recursos Humanos é o formato mais utilizado por várias empresas e que tende a se ampliar, de acordo com representante do setor privado entrevistado, o que sugere a necessidade de se mapear as principais companhias que atuam nesse setor, para se viabilizar uma relação em torno do encaminhamento de currículos e da contratação da mão de obra refugiada e migrante.

Com parcerias com universidades e entidades de classe para a qualificação profissional e consultoria própria de Recursos Humanos, o segmento dos Supermercados também mantém um banco de currículos próprio.

Dada a tendência notada do setor produtivo de atuar em bloco e em defesa de interesses da classe empresarial, torna-se importante a interlocução permanente com as entidades de classe. Torna-se muito difícil uma estratégia institucional para a absorção da mão de obra refugiada e migrante sem que se construam espaços de diálogo e negociação com as demandas do setor produtivo.

Foram também mencionadas duas plataformas digitais de cadastramento de currículos por entidades representativas do setor privado, que mantêm sistemas de cadastramento de perfis em seus sites, pelos quais empresas associadas podem acessar candidatos a vagas de trabalho.

PERSPECTIVAS DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA POR SETOR ECONÔMICO

De acordo com dados da RAIS em 2020, Manaus possui saldo de 499.911 empregados formais ao final de 2020. Desses, 494.754 são brasileiros, enquanto 5.157 são não-nacionais. Destes, a maioria, ou 3.311, são de nacionalidade venezuelana, havendo também outras nacionalidades, sobretudo haitianos, (496), peruanos (225) e japoneses (80). Dentre venezuelanos, aproximadamente quatro em cada cinco empregados formais são homens – 2.683 (81%) são homens e 628 (19%) são mulheres.

No caso de pessoas venezuelanas com carteira de trabalho assinada em Manaus, o salário nominal era de BRL 1.335,4. Para os homens venezuelanos, o valor médio é de BRL 1.351,9, enquanto para as mulheres venezuelanas o valor é de BRL 1.264,6 – sendo 6,9% inferior ao dos homens. No município de Manaus, menos de 1% (ou 0,7%) dos empregos formais são ocupados por pessoas venezuelanas.

Ao longo de 2020, de acordo com os dados do CAGED, do Ministério do Trabalho e Previdência, o

saldo de pessoas venezuelanas no mercado formal de Manaus foi de 962 trabalhadores. Do total de 2.657 admitidos frente a 1.695 demitidos, as categoriais profissionais com mais contratações foram as de garçons, barmen, copeiros e sommeliers, com 153 contratações, trabalhadores auxiliares nos serviços de alimentação, com 117, alimentador de linha de produção, com 215, ajudantes de obras civis, com 151, e almoxarifes e armazenistas, com 161 contratações.

O PIM vive uma dinâmica que decorre da automação crescente dos processos, cada vez tornando-se menos intensivo em mão de obra. Não à toa, sua curva de faturamento é mais ascendente do que a curva da empregabilidade. No momento da pesquisa, segundo representação da Indústria, o faturamento cresceu mais em decorrência do câmbio propriamente dito do que da recuperação da indústria, e acaba por ser um setor em que não se verificou tendência de aumento de contratações.

Verificou-se também crescimento esperado para o setor de serviços e comércio, observando a abertura de lojas atacadistas, supermercados, bem como notando alta demanda por serviços decorrente de atividade imobiliária e realizações de eventos. Na avaliação do segmento dos Supermercados, como os produtos comercializados pelos supermercados são de primeira necessidade, estão menos afetos às oscilações de mercado. Em decorrência disso, a representação desse segmento teve expectativa de manutenção de faturamento, mas não necessariamente ampliando contratações.

O segmento da Construção Civil considerou tendência de crescimento com o controle da pandemia, redução de custos de insumos e verificação de um aumento expressivo de vendas de unidades no mercado imobiliário. Ressalvando incertezas políticas do ano eleitoral, mas igualmente otimista, o segmento de Bares e Restaurantes apontou esperar, com o controle da pandemia, recuperação dos níveis de faturamento que antecedem a emergência em saúde causada pela pandemia de COVID-19, o que representa um crescimento expressivo, considerando tanto consumo nos estabelecimentos quanto crescimento do comércio com entregas em domicílio. Por outro lado, a representação do setor da Indústria da Alimentação considerou a possibilidade de expansão da produção, contudo observando o comportamento do mercado e a inflação como fatores que poderiam prejudicar o crescimento considerado.

O segmento do Turismo relatou vislumbrar recuperação de perdas do período da pandemia com a retomada de voos internacionais. Ao mesmo tempo, representante do governo do estado também aponta para crescimento

do setor, observado investimentos para a reabertura de um tradicional hotel para o turismo em Manaus e abertura de estabelecimentos comerciais e de serviços com nova administração do Aeroporto de Manaus.





Capítulo 3

Conclusão DIAGNÓSTICO E POTENCIALIDADES

Esta publicação é parte de um projeto que busca compreender o contexto para a autonomia e a integração de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas no estado de Roraima e na cidade de Manaus. Em sua primeira fase, foi analisado o perfil sociodemográfico e laboral de pessoas refugiadas e migrantes em ambas as localidades e seus resultados foram publicados nas produções “Autonomia e integração local de refugiados (as) e migrantes venezuelanos(as) acolhidos(as) nos abrigos em Boa Vista (RR)” e “Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Manaus: pesquisa de perfil socioeconômico e laboral”.¹

Na segunda fase, que teve seus resultados detalhados nos capítulos 1 e 2 desta publicação, buscou-se compreender as economias e o mercado de trabalho no estado de Roraima e na cidade de Manaus, verificando aspectos relevantes para identificar os setores de maior potencial para a empregabilidade de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas nos territórios da pesquisa,

tanto por meio do levantamento de dados secundários, quanto através de entrevistas em profundidade com representantes de categorias econômicas, do estado e município, e da sociedade civil. Também foram identificadas necessidades de qualificação, assim como soft skills considerados pelos setores produtivos para a contratação deste público.

Neste capítulo, propõe-se analisar a situação da economia e do mercado de trabalho no estado de Roraima e na cidade de Manaus frente aos achados das pesquisas anteriores sobre o perfil socioeconômico e laboral de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas, delineando uma perspectiva direcionada ao Norte do Brasil – espaço que tem se configurado como área de chegada, trânsito ou estabelecimento desse grupo. Visa-se, assim, estruturar um diagnóstico e destacar potenciais intervenções para a promoção da autonomia e a integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas, tomando em conta seu perfil e a demanda por mão de obra por parte dos setores econômicos.

1 — Os documentos completos estão disponibilizados na página do ACNUR em: [Autonomia e integração local de refugiados\(as\) e migrantes venezuelanos\(as\) acolhidos\(as\) nos abrigos em Boa Vista \(RR\)](#) e [Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Manaus: pesquisa de perfil socioeconômico e laboral](#).



RORAIMA

O mercado de trabalho no estado de Roraima é limitado, decorrência do próprio perfil de uma economia, que nasce e se estrutura em torno de um aparato burocrático de governo de formação tardia em relação às demais unidades da federação brasileira. Apesar disso, o setor produtivo destaca a falta no estado de mão de obra qualificada para funções muito específicas, como se depreende dos depoimentos de empresários e representantes de segmentos econômicos com importante participação no Produto Interno Bruto (PIB) do estado. É generalizada a reclamação de que não somente os refugiados e migrantes venezuelanos mais escolarizados e qualificados se interiorizam; como de resto, verifica-se emigração intensa de talentos inclusive de roraimenses para outros estados brasileiros, em busca de ofertas e oportunidades profissionais mais atraentes em outros estados.

Dadas as limitações expostas do mercado de trabalho em Roraima e a forma prevalente da inserção informal – com a subutilização de boa parte da força de trabalho ocupada por insuficiência de horas trabalhadas² –, encontrava-se ocupada no período de referência desta pesquisa, em atividades de menor qualificação, com maior frequência e maior peso proporcional, mais uma força de trabalho com formação escolar fundamental do que pessoas com formação técnica ou universitária.

Em que pese o setor produtivo se ressinta e verbalize a falta de mão de obra qualificada para funções especí-

ficas, nos cinco abrigos de refugiados e migrantes venezuelanos pesquisados neste estudo, identificou-se a presença de uma diversificada gama de profissionais com experiência prática em distintas áreas, inclusive em algumas daquelas muito demandadas pelo setor produtivo, como operadores de máquinas agrícolas, operadores de máquinas pesadas, técnicos em refrigeração e eletricitas. Tal fato aponta para a necessidade de maior convergência e articulação entre as informações relacionadas às capacidades e potencialidades hoje abrigadas em Roraima, principalmente entre pessoas não dispostas à interiorização, e as necessidades do mercado de Roraima

Engajamento comunitário para arranjos coletivos

– A organização comunitária em arranjos coletivos para a geração de renda é um caminho com importante potencial de sucesso. São formas de organização coletiva do trabalho com potencial para ajudar, principalmente mulheres de arranjos familiares monoparentais, com dependentes sob os seus cuidados, a vencer barreiras estruturais impostas pela ausência de serviços públicos capazes de cuidar de seus filhos menores (ou mesmo dependentes idosos), liberando-as para o trabalho.

Nesse sentido, identifica-se a possibilidade do estabelecimento de associações e cooperativas (de trabalho e/ou produção). Também, arranjos comunitários para compartilhamento de boas práticas e estratégias podem incentivar o cadastro como Microempreendedor individual (MEI) e a utilização coletiva de ferramentas de e-commerce disponíveis e/ou o desenvolvimento de novas ferramentas. A formação de arranjos coletivos também fortalece a possibilidade de compartilhamento de

2 – 20% (n=17) da força de trabalho ocupada no mês de referência desta pesquisa trabalham em média até 10 horas por semana; 15,3% (n=13) trabalham entre 10 e 20 horas; 34,1% (n=29) entre 20 e 40 horas; e 30,6% (n=26) mais de 40 horas na semana.

espaços comerciais, seja um galpão permanente, seja em formato de feiras livres semanais - para comercialização de produtos, tais como artesanato, quitutes, confecções.

Arranjos monoparentais e a vulnerabilidade – As pessoas que chefiam os arranjos monoparentais³ tendem a estar mais sobrecarregadas com tarefas dedicadas à família e, por isso, têm menos tempo ocioso do que os responsáveis pelos demais arranjos familiares; estão também mais presentes na força de trabalho não potencial - ou seja - não estão disponíveis para o trabalho remunerado, em decorrência de suas responsabilidades familiares. Embora não sejam particularmente resistentes à perspectiva da interiorização, responsáveis por chefiar arranjos monoparentais tendem a projetar menos do que as demais categorias de arranjos familiares a própria autossuficiência fora do abrigo. É o grupo que tende a prolongar por mais tempo a sua estada nos abrigos, por absoluta falta de perspectiva.

Em modelo de regressão logística binária, avaliou-se o impacto de um conjunto de fatores sobre a probabilidade de que um refugiado ou migrante nos abrigos tenha condições de planejar a sua autonomia financeira. Pessoas que possuem arranjos monoparentais têm, entre todos, a menor probabilidade de ter condições para planejar a sua autonomia: alguém que integre um arranjo familiar do tipo “pessoa só” tem 2,857 vezes mais chance de planejar a sua saída do abrigo do que uma pessoa do arranjo familiar monoparental, $p=0,002$; uma pessoa que possui arranjo familiar biparental tem chance 2,661 vezes maior do que alguém de arranjo monoparental; e alguém que integra um arranjo do tipo “casal sem filhos” tem chance 3,607 vezes maior do que uma pessoa do arranjo monoparental, $p=0,008$. Enquanto junto às famílias monoparentais apenas 43,5% ($n=37$) projetam a sua autossuficiência; 61,3% ($n=73$) das famílias biparentais conseguem projetar a sua autossuficiência; 69,7% ($n=23$) dos casais sem filho projetam sua autossuficiência; e dentre pessoas só, 67,4% ($n=64$) logram projetar sua autossuficiência.

Desta feita, organizar esse grupo – que agrega pessoas com habilidades para serviços de costura, crochê, gastronomia, e mesmo cuidado com idosos e crianças –, inclusive em formas de rodízio para o cuidado dos dependentes, é uma forma de liberar as pessoas por algumas horas diárias para o trabalho remunerado. Com o acesso

3 – Famílias monoparentais representam 26,5% ($n=88$) da amostra – em geral chefiadas por mulheres – e registraram em média 8,43 meses no abrigo, o que representa duas vezes mais tempo no abrigo do que estão casais sem filhos – 9% ($n=30$) da amostra – que registraram em média 3,77 meses. Pessoas só - 28,6% ($n=95$) da amostra –, estavam, em média há 4,11 meses no abrigo. As famílias biparentais – 35,8% ($n=119$) da amostra – apresentaram tempo médio de 5,76 meses nos abrigos, portanto, também inferior ao tempo médio das famílias monoparentais.

ao trabalho remunerado, tal estratégia tem potencial para auxiliar essas pessoas a dar um passo no sentido de começar a construir a autossuficiência.

Resistências a vencer – A pesquisa com representantes de diferentes setores demonstrou que, em alguns segmentos econômicos específicos do setor produtivo, há uma menor abertura para absorção da mão de obra de pessoas refugiadas e migrantes.

Por outro lado, representantes de segmentos econômicos do comércio, do turismo, e mesmo algum representante institucional de organizações de classe, admitem que, em decorrência da grande oferta de mão de obra que se abriu com os deslocamentos em massa originários da Venezuela a partir de 2016, houve contratações em alguns segmentos da economia que não teriam respeitado ou teriam infringido as leis trabalhistas.

Também entre refugiados e migrantes venezuelanos abrigados que participaram deste estudo, verificou-se incidência não desprezível da percepção de que, pelo menos no que diz respeito ao pagamento de diárias trabalhadas – forma mais incidente para a inserção desta população no mercado – exista algum nível de discriminação entre brasileiros e venezuelanos. Ao serem indagados sobre a sua experiência no mercado de trabalho do Brasil, é precisamente em relação ao pagamento das diárias em que se verifica a maior queixa: 36,4% ($n=121$) dos respondentes afirmaram considerar que o valor da diária (trabalho por dia) pago aos refugiados e migrantes é menor do que o valor da diária pago aos brasileiros. É menor a percepção relatada em relação à discriminação com a oferta de menor salário aos refugiados e migrantes em relação à oferta para brasileiros no mesmo tipo de trabalho (21,7%, $n=72$). E 25,3% ($n=84$) avaliam haver discriminação no mercado na forma de tratar o refugiado em relação à forma de tratar o brasileiro.

A superação dessas barreiras passa pela harmonização de expectativas entre potenciais empregadores e potenciais funcionários, para a qual, elucidação sobre direitos e deveres no âmbito trabalhista, em conjunto com diferentes áreas do setor produtivo, pode ser um caminho.

Feiras gastronômicas e/ou culturais – Uma forma interessante de estímulo à integração social, já implementada em outras cidades no país é a definição de uma data comemorativa para se celebrar a integração e a amizade, com a apresentação e venda de itens das culturas brasileira e venezuelana, tais como comidas e bebidas típicas, músicas e danças. Essa festa poderia se tornar um meio de difusão dos produtos produzidos por refugiados e migrantes e, até mesmo, vir a ser um atrativo turístico de Roraima.

Campanhas para a empatia e legalização de contratações

– Vencer esse obstáculo passa por uma campanha de informação dirigida ao empresariado local, focada no “despertar da empatia”, em estímulo à percepção do refugiado e migrante não como “o outro”; mas, como o ser humano que está em busca de colocação para a sobrevivência numa situação de profunda fragilidade, longe de seu país de origem. Para além da empatia com o drama humanitário, é interessante despertar a consciência do setor empresarial para o fato de que a contratação dessa mão de obra pode trazer ganhos de produtividade e de imagem aos seus negócios com o investimento na diversidade da contratação. Faz-se mister lembrar que, com uma política de contratação interna desse público, o setor empresarial de Roraima pode se beneficiar ainda mais das compras governamentais focadas na questão humanitária venezuelana, já que, frequentemente, tais serviços são realizados por empresas “de fora” pela incapacidade percebida de alguns setores locais de dar resposta, queixa esta verbalizada por pessoa representante do setor produtivo identificada na pesquisa qualitativa.

No escopo de tal campanha de informação e de sensibilização do empresariado a informação é particularmente relevante naqueles casos em que a demanda por mão de obra é sazonal, sobre as formas de contratação temporárias dentro da lei, com o devido recolhimento previdenciário e impostos pertinentes. Nota-se, na pesquisa qualitativa, que segmentos como o da agricultura familiar, por exemplo, em que a mão de obra complementar é necessária em certos períodos do plantio e da colheita, dificuldade para operacionalizar a formalização desta relação. São dificuldades de ordem burocrática – precisam contratar um contador para elaborar contratos temporários e gerar guias de recolhimento – que geram custos adicionais com os quais nem sempre se pode arcar. É o caso de se pensar, também, a possibilidade e o interesse de instituições de classe em fornecer esse tipo de serviço aos seus associados, a um baixo custo, o que pode resultar em benefícios para todas as partes envolvidas na relação trabalhista.

Informação sobre a vida no Brasil – atualmente, são ofertados, a refugiados e migrantes, por diferentes atores cursos como de letramento em português, de informação sobre a legislação trabalhista, direitos e deveres e aspectos da cultura brasileira, além de oportunidades para cursos profissionalizantes. Sugere-se que ao longo dos cursos de formação a que têm acesso, essa população seja introduzida a algumas das características dos segmentos econômicos que mais demandam contratação em Roraima. É sobretudo importante que sejam informados como certas atividades, que contratam sazonalmente, exigem

jornadas frequentemente diferenciadas, que devem ser devidamente remuneradas, com as devidas folgas negociadas e articuladas para que tanto possam atender às necessidades da contratação; como também, tenham garantidos os seus direitos trabalhistas. Além disso, aspectos da cultura patronal brasileira, hierarquizada, também devem ser explicitados, para que novos empregados, em suas interações com as chefias, construam a base da confiança no período de adaptação do trabalho, o que, aos poucos, lhes permitirá inclusive transformar e evoluir nesse relacionamento profissional no sentido de interações mais horizontais. Ao mesmo tempo, reitera-se, como já mencionada, a sugestão de que no âmbito da campanha de conscientização com foco no setor produtivo, um de seus eixos explore a riqueza de interações entre diferentes; que saliente como empresas podem ter ganhos de imagem e de produtividade incorporando a diversidade e aprendendo com ela para também melhorar os seus processos de relacionamento com os seus stakeholders.

A língua portuguesa, como indicado tanto no modelo de regressão logística desenvolvido a partir dos dados quantitativos para o levantamento do perfil laboral da população de refugiados e migrantes, assim como ressaltada nas entrevistas em profundidade com o setor produtivo, é elemento facilitador para a empregabilidade. Além disso, o domínio do idioma constitui parte integral do capital social e cognitivo, que confere autonomia e autoconfiança aos indivíduos. De modo que se sugere que, para além do “portunhol”, o devido aprendizado da língua portuguesa – compreensão, comunicação, escrita e leitura – continue a ser fortemente estimulado, inclusive porque, para algumas contratações, é uma dimensão cognitiva inerente às atividades a serem exercidas.

Documentação – Tanto na pesquisa quantitativa com os abrigados, quanto na pesquisa qualitativa com os representantes do setor produtivo, os problemas com a documentação são um complicador com impacto e consequências para a integração em diferentes níveis. Além dos mais óbvios – como a possibilidade de contratação legal e de ter uma vida legalizada no Brasil –, a falta de documentos é impeditiva inclusive para que refugiados e migrantes acedam a cursos de qualificação de instituições certificadoras. Além disso, ficam impossibilitados de se organizar de forma mais orgânica em cooperativas formais – como a de reciclagem de resíduos sólidos – exemplo de tentativa frustrada mencionada em uma das entrevistas em profundidade por representante do setor agrícola, em decorrência da falta de documentos.

Realidade cultural – Os dados e análises de regressão indicam claramente que nos abrigos, predomina, na dimensão do labor “doméstico”, que não aporta autono-

mia financeira, um cenário de dependência financeira da mulher em relação ao homem. Tal cenário – para além das assimetrias na distribuição do poder dentro dos arranjos familiares –, também reduz as chances de que a família alcance a autossuficiência financeira, aumentando a sua renda a partir do trabalho remunerado do homem e da mulher. A inserção da mulher no mercado de trabalho seria facilitada se as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos fossem partilhados entre o casal e ambos pudessem buscar oportunidades de qualificação e estivessem disponíveis para as possibilidades de trabalho.

Em ênfase ao argumento exposto, reiteramos que naquilo que diz respeito às tarefas domésticas, a probabilidade de que um homem no abrigo tenha executado alguma tarefa doméstica no mês anterior ao levantamento de campo foi 88% menor do que a probabilidade de que uma mulher tenha realizado essas tarefas. E a cada ano que envelhece, reduz-se em 2% a probabilidade de que a pessoa se engaje nessas atribuições. Em se tratando do efeito da escolaridade sobre executar tarefas domésticas, à exceção da pós-graduação e do nível inicial de escolaridade, todas as demais categorias de anos de estudo têm efeito negativo sobre as chances de um indivíduo ter feito tarefas domésticas em relação àqueles que nunca estudaram.

Considerando o cuidado com os filhos ou com as pessoas em necessidade do arranjo familiar, o padrão se repete: o homem abrigado teve 83% a menos de chance em relação à mulher abrigada de ter se envolvido em tarefas relacionadas a esse tipo de dedicação no mês anterior ao levantamento de campo. O quadro se agrava quando o homem está inserido na força de trabalho ocupada – e nesse sentido “cumprindo” o papel social dele esperado de provedor, segundo atitude prevalente no seio dessa população: homens que tiveram algum tipo de rendimento do trabalho tiveram 76% a menos de chance do que homens desempregados de ter cuidado dos filhos no mês que antecedeu a pesquisa. A idade também apresentou efeito negativo sobre o cuidado com os filhos: quanto mais velho o indivíduo menor a chance de cuidar dos filhos: a razão de chance para o coeficiente desta variável foi de 0,96, o que significa dizer que a cada ano que envelhece diminui em 4% a chance de que ele cuide dos filhos.

A identificação das assimetrias de gênero para a execução das tarefas inerentes à rotina da vida, no contexto do abrigo dos refugiados e migrantes venezuelanos, é fundamental para que tais atitudes possam ser trabalhadas e transformadas. A referência a este cenário dos abrigos coloca-se como uma evidência quantificada para o reforço de programas focados na transformação dos valores e atitudes, base para que se alcance no seio das famílias, relações mais igualitárias e, também, maior nível de rendimentos.

Empreendedorismo – Diante de um mercado de trabalho, de certa forma limitado pelo perfil de uma economia pouco diversificada e estrangulada por problemas de infraestrutura, em lenta evolução para se tornar mais independente em relação aos fluxos de gastos da administração pública, o incentivo ao empreendedorismo torna-se também uma estratégia importante para meios de vida entre aqueles que não adeririam ao programa de interiorização. Aqui não se trata de lançar a ideia do “próprio negócio”, com o apoio à obtenção das fontes de microcrédito disponíveis, deixando os interessados à própria sorte após “minicursos” de poucas horas sobre “como empreender”. Nas entrevistas em profundidade, pessoas entrevistadas com experiência neste campo destacaram como a falta de programas de qualificação mais robustos, impossíveis de serem ministrados em poucas horas ou dias corridos, são fundamentais para o sucesso de um empreendimento. Houve, inclusive, relato de como uma família dedicada, que empreendeu instalando uma pequena confeitaria, não conseguiu levar o negócio adiante, apesar do zelo e talento com os confeitos, por não ter conseguido compreender e se adaptar à estrutura tributária, de obrigações, entre outros aspectos que precisam entrar em cursos mais estruturados destinados à gestão e o planejamento de negócios.

Um nicho interessante a ser explorado refere-se a atividades que focam nas necessidades específicas e hábitos alimentares, culturais, da própria população venezuelana. Esta se constitui enquanto um importante mercado consumidor, em que pese de menor poder de compra, mas sem dúvida, um mercado importante. E considerando o sincretismo cultural e o rico e histórico intercâmbio cultural entre brasileiros de Roraima e venezuelanos e a Venezuela, apesar de focado no mercado consumidor do refugiado e migrante, há potencial para que certos serviços, inclusive no âmbito da alimentação, ganhem também o mercado de consumidores brasileiros no estado.

Nichos e oportunidades – Das entrevistas em profundidade com o setor produtivo, emergem as atividades mais demandas pelo setor produtivo, as quais, sugere-se, sejam analisadas no momento da identificação dos cursos de qualificação ofertados à população venezuelana abrigada em Roraima. Estão indicadas na seção 2 deste diagnóstico: eletricitistas; técnicos em instalação e manutenção de ar-condicionado; mecânica e manutenção de maquinário pesado empregado no setor agrícola e na indústria da construção; profissionais como web designers, produtores de vídeos e conteúdo digital, gestores de redes sociais, que atuam nessas novas plataformas comunicacionais, potencializadas no contexto da pandemia.

No setor primário, há oportunidades no âmbito da agricultura familiar. Do aumento da população de Boa Vista – também chamada de “capital-estado” porque concentra 70% dos habitantes de Roraima – decorre maior demanda por hortifrutis, que, pela natureza dos produtos, devem preferencialmente ser produzidos nas proximidades do consumo. Esta é uma demanda apontada por gestores, que, inclusive, têm privilegiado a agricultura familiar para a compra desses alimentos que integram a merenda escolar, abastecem hospitais públicos, dentre outras unidades públicas. Esse tipo de produção, sobretudo se orgânica, tem grande potencial para agregar valor sobretudo quando comercializada em feiras diretamente ao consumidor final. Note-se que nos abrigos houve registro de pessoas com experiência prática na agricultura e em atividades rurais, inclinadas à atividade rural, um facilitador para a colocação. Sugere-se, ainda, que no âmbito dos abrigos, se identifique a possibilidade para o cultivo de hortas comunitárias para a comercialização e consumo.

Também com o crescimento do consumo de ovos, há aumento de chácaras com criação de aves, segundo atestam participantes da pesquisa qualitativa, que podem abrir oportunidades de trabalho. E ainda dentro de atividades relacionados ao setor primário, mas com interação no campo dos serviços, segundo informações obtidas nas entrevistas em profundidade, há no entorno de Boa Vista um cinturão de chácaras – muitas delas se constituem enquanto “casas de campo” ou segunda morada de segmentos mais bem remunerados do funcionalismo público. São propriedades que frequentemente desenvolvem hortas e têm o costume de contratar caseiros que vivem na propriedade.

Ainda na cadeia produtiva do setor primário, a indústria de beneficiamento de carnes - frigoríficos - é oportunidade interessante na medida em que, também nos abrigos, foi experiência mencionada por participantes do survey.

No setor primário, focado na produção para a exportação, muito mecanizado, há baixo volume de contratação. As oportunidades mais demandadas são sazonais – e de menor qualificação – sobretudo vinculadas à colheita e ao carregamento. Contudo, profissionais qualificados para operar máquinas agrícolas são muito demandados, havendo, nesse nicho particular, maior oportunidade para a empregabilidade. No setor industrial da construção – e indústrias que atuam em sua cadeia produtiva, como usina de cerâmica – mesma demanda se repete: operadores de máquinas empregadas nos canteiros de obra da construção civil e pesada – motoniveladora, pá carregadeira, retroescavadeira, de escavadeira hidráulica, caminhões autobomba, betoneira, entre outras. A construção vive um bom momento em Boa Vista, segundo atestam os dados coletados na pesquisa qualitativa,

com oportunidades para profissionais que vão de ser-ventes de pedreiro, a pedreiro e mestre de obras. De modo que esse é um segmento com o qual, sugere-se, haja uma aproximação para abrir oportunidades à população refugiada e migrante venezuelana.

No segmento da Confecção Industrial, torna-se mais valorizada a mão de obra que, além da habilidade da costura, tenha intimidade com o manuseio do maquinário industrial. Esse é um segmento com grande potencial para absorver mão de obra especializada para trabalhar em regime de home office, o que é particularmente interessante ao grupo mais vulnerável de arranjos familiares monoparentais, sobretudo chefiados por mulheres. Sugere-se que se estude a possibilidade de cooperação com o segmento para a formação e qualificação da mão de obra; assim como que se estude a possibilidade de que, a partir da contratação, profissionais que não conseguem trabalhar fora de casa se responsabilizem pelo maquinário disponibilizado no domicílio pela empresa.

No setor de serviços, há um grande campo a ser explorado no âmbito das atividades que envolvam novas tecnologias e novas mídias – como programadores, web designers, videomakers, produção de conteúdo digital em geral, gerenciamento de redes sociais. É um campo consolidado em todas as áreas do conhecimento que, no contexto da pandemia, ganhou força também em Boa Vista, uma cidade horizontal, de curtas distâncias, sem tradição de comércio eletrônico, mas que incorporou essa modalidade para atender às necessidades do contexto de atendimento em domicílio. Sugere-se, fortemente, que cursos de web designers e videomakers sejam ofertados, desenvolvendo habilidades de serviços que podem ser executados na modalidade home office, bastante conveniente para mulheres que chefiam arranjos monoparentais.

O domínio do espanhol, num estado fronteiro com a Venezuela, país com que mantém histórico e tradicional intercâmbio cultural e comercial, é uma capacidade que abre possibilidades para a atuação de refugiados e migrantes venezuelanos em hotéis, o que já vem ocorrendo como atesta representante do segmento entrevistado, e na cadeia produtiva que se desdobra, relativa ao turismo ecológico e de aventuras, em espetaculares sítios de interesse – como o Monte Roraima – em tríplice fronteira. Para além do segmento turismo, o espanhol também é idioma facilitador para a empregabilidade em atividades envolvidas na logística da exportação de produtos diversos, principalmente commodities agrícolas, para a Venezuela. São funções que podem ser estimuladas e devidamente potencializadas, sobretudo entre abrigados com formação superior em administração ou direito, que, conforme o survey, estão presentes nos abrigos.



MANAUS

Diferentemente de Boa Vista, cidade que para muitos venezuelanos é um local de passagem temporária no Brasil, a maioria dos venezuelanos que chega a Manaus pretende se estabelecer na cidade: 59,4% têm pouco ou nenhum interesse em aderir ao Programa de Interiorização. Desejam permanecer no Brasil e aqui construir a vida 82,3% dos respondentes da amostra; 66,1% têm intenção de trazer familiares da Venezuela; e 72,1% se projetam nos próximos cinco anos vivendo no Brasil com um salário que cubra as suas despesas básicas. Também, 82,1% dos entrevistados informam ter em Manaus um bom nível de socialização com venezuelanos e brasileiros. Tais indicativos apontam para a importância de promover a integração local de pessoas venezuelanas na cidade de Manaus.

Parcerias institucionais com representações do setor privado – Na cidade de Manaus, as condições para se construir um frutífero relacionamento institucional com o setor produtivo são amplas: há, no geral, desejo e disposição de refugiados e migrantes para se inserirem no mercado e, por parte do setor privado, de contratar essa mão de obra.

Aqueles que estão inseridos no mercado laboral formal ou aqueles que trabalham informalmente para empresas ou prestando serviços são, no geral, muito bem avaliados pelos contratantes. Há um relacionamento amistoso e colaborativo, como se viu na pesquisa qualitativa, com a clara percepção do esforço empreendido por refugiados e migrantes para desempenhar bem as suas tarefas. Igualmente, aqueles que nunca contrataram têm, no geral, uma imagem positiva dessa mão de

obra, sobretudo a partir das referências extraídas em conversas entre integrantes de diferentes segmentos do setor produtivo. Há, portanto, uma abertura ampla para a construção de uma **parceria permanente e institucional junto ao empresariado**.

Os dados quantitativos extraídos da pesquisa de perfil profissional e socioeconômico de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Manaus indicam que, dentre os entrevistados que estão na força de trabalho ocupada e não são ambulantes, o setor em que mais refugiados e migrantes venezuelanos estão trabalhando é o de serviços de alimentação em bares, restaurantes e de hospedagem em hotéis (28,2% daqueles entrevistados empregados), seguido pelo segmento de estabelecimentos comerciais como supermercados e lojas, no varejo ou atacado (17,3%), serviços domésticos em residências privadas (13,5%), construção civil (10,9%), indústria (7,7%), e serviços de limpeza e manutenção de equipamentos nas empresas (6,4%).

Meios e causas para a contratação de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas – Pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas que estão empregadas formalmente ou informalmente, em empresas diversas em Manaus, foram contratadas pelas seguintes formas e motivações, conforme se depreende da pesquisa qualitativa:

1) decisão empresarial de classe, sem formalização em documento institucional, de apoiar e estimular a contratação de refugiados e migrantes venezuelanos;

2) por indicação de instituições humanitárias com foco na população refugiada e migrante, como se verificou no Segmento de Bares e Restaurantes;

3) por meio de abordagem direta a empresas, feita por refugiados e migrantes nas ruas ou estabelecimentos, como foi o caso relatado da primeira contratação dessa população pela representação do segmento do Turismo;

4) por indicação dos refugiados e migrantes venezuelanos que estão empregados;

5) em contratações por meio de consultorias de Recursos Humanos, onde, sem distinção de nacionalidade, refugiados e migrantes são submetidos aos processos seletivos das empresas, como descrito pela representação do segmento de Supermercados.

Entre essas cinco formas pelas quais migrantes e refugiados venezuelanos se empregaram, importante que este diagnóstico destaque também a relevância de que sejam identificadas as consultorias de Recursos Humanos em atuação em Manaus, visando ao estreitamento do relacionamento e maior articulação por parte das organizações humanitárias, para que tomem em conta as habilidades e experiências da população refugiada, bem como que contribuam em processos para melhoria de desempenho em processos seletivos de pessoas refugiadas e migrantes.

Acesso a plataformas de vagas de emprego – Atualmente, a intermediação de mão de obra venezuelana ocorre por meios diversos, que incluem instituições humanitárias, empresas de maneira espontânea, e por plataformas públicas e privadas de emprego. Todavia, nota-se que a interação e a coordenação entre essas partes podem ser aumentadas, potencializado a inclusão de pessoas refugiadas e migrantes no mercado de trabalho. Importa, assim, que as pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas tenham acesso às plataformas de acesso a vagas de trabalho – sobretudo as plataformas públicas de emprego, mas também aquelas de entidades de categorias econômicas, de agências de recursos humanos, e de organizações da sociedade civil em apoio à empregabilidade de pessoas refugiadas e migrantes – tanto a partir de uma ampliação de interação entre estas contrapartes, quanto a partir da disseminação de informações para pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas a respeito dos serviços de intermediação laboral, tanto presenciais quanto virtuais.

Verificou-se que 89,5% dos refugiados e migrantes da pesquisa possuem o hábito de acessar as redes sociais, mas observa-se na pesquisa que ter alguma forma de acesso à internet (seja por pacote de dados de celular, seja por wi-fi) não produz efeito significativo sobre a renda dos entrevistados, aponta-se hipótese para exploração futura de que as redes virtuais de solidariedade entre pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas possam não estar conectadas aos portais e sistemas que possam ge-

rar maior empregabilidade. Considerando esta situação, os grupos virtuais mais proeminentes entre a comunidade venezuelana em Manaus poderiam ser articulados com eventuais plataformas virtuais de cadastro para vagas de trabalho, convergindo o uso de redes sociais a ofertas de emprego do setor produtivo.

Nichos e oportunidades – O setor produtivo em Manaus relata dificuldades de preenchimento tanto de determinadas vagas que demandam especialização, quanto também de vagas que não exigem qualificação prévia, mas que candidatos estejam dispostos a receber treinamento. Nesse sentido, destaca-se o segmento da Construção Civil, interessado e disponível para uma parceria permanente focada em qualificação profissional seguida de absorção da mão de obra refugiada e migrante venezuelana em pequenos e grandes empreendimentos da construção civil, e que revela encontrar dificuldades para preencher vagas de cursos de qualificação profissional ofertadas em parceria com instituições de ensino, sem custo para os participantes. Assim, é necessário que haja maior articulação junto aos segmentos produtivos interessados em promover a qualificação e a contratação de mão de obra.

Embora os dados do Novo Caged descritos na pesquisa indiquem que a Indústria da Transformação é o setor que mais gerou empregos formais em Manaus, seguido de perto pelo comércio, é importante assinalar que se considerada também a ocupação informal, é o setor de **Serviços⁴ e Comércio**, que já representa o maior percentual do Valor Adicionado Bruto (VAB) de Manaus, aquele que mais gera empregos no estado. Segundo representação do comércio, são 395 mil trabalhadores formais e 100 mil trabalhadores informais. Ao mesmo tempo, esse é o setor que mais absorve a mão de obra refugiada e migrante venezuelana, principalmente em bares, restaurantes e na hotelaria, segundo depoimentos de representantes do setor produtivo, do poder público e da sociedade civil.

Para além dos **Bares e Restaurantes** – onde participantes desta pesquisa observam significativa presença de trabalhadores refugiados e migrantes venezuelanos – o subsetor do **Turismo** apresenta expectativa de crescimento, seja pela estabilização da pandemia, seja por dois investimentos importantes para Manaus, segundo entrevistas: a mudança de administração do Aeroporto de Manaus e a reabertura de um tradicional hotel de relevância para o turismo local, o qual passa por uma reforma

4 – O setor de serviços e comércio é movimentado direta e indiretamente pela economia do Polo Industrial de Manaus: sejam pelos 105 mil empregos formais que o distrito industrial gerava em agosto de 2021, segundo os Cadernos de Indicadores - que vivem e consomem em Manaus; sejam pelas compras diretas e serviços prestados pelo segmento de serviços a esse distrito.

e reestruturação sob nova administração. Entrevistados estimam que o empreendimento gerará de 300 a 1.000 novas vagas de emprego. Nos dois casos, tanto a nova gestão do aeroporto quanto a deste hotel constituem importantes canais de interlocução em apoio a eventuais planos de inserção laboral de refugiados e migrantes venezuelanos.

Alguns segmentos produtivos, em que se anota maior dificuldade de acesso por organizações humanitárias voltadas para refugiados e migrantes, merecem uma ação estratégica mais coordenada de aproximação e articulação. Como se viu na pesquisa qualitativa, entre eles está o **Polo Industrial de Manaus (PIM)**, que gera tanto empregos intensivos em tecnologia (que exigem, em geral qualificação mínima superior e/ou profissional técnica) quanto intensivos em mão de obra (que requerem, em geral, formação a partir do Ensino Médio). Todavia, a presença de refugiados e migrantes venezuelanos na indústria ainda é tímida, inclusive pela dificuldade de acesso das organizações humanitárias à interlocução com grandes indústrias, como relatado nas entrevistas. Importa que se considere a identificação de **indústrias mais permeáveis** a uma parceria, para que, a partir delas, se inicie um projeto de treinamento e inclusão de refugiados e migrantes em programas institucionais que, inclusive, importam a essas plantas industriais como contrapartida de isenção fiscal que recebem.

Reconhecimento de experiências e formações – Mais da metade dos refugiados e migrantes venezuelanos – 51,3% – tem formação escolar até o Ensino Médio, e 23,2% estudaram até o Ensino Fundamental. Também, há uma parcela de 25,6% com formação técnica profissional e/ou formação universitária, o que pode representar um diferencial em qualificação para atividades específicas demandadas no mercado manauara, as quais nem sempre são preenchidas, conforme informam representantes do setor produtivo. Nesse sentido, importa que seja promovido o **reconhecimento**, por parte do setor privado, das **formações e experiências profissionais** da população venezuelana. Ainda, faz-se necessário que a revalidação de diplomas seja promovida, seja para que pessoas venezuelanas possam dar continuidade a estudos universitários no Brasil, seja para permitir o exercício de profissões em que essa seja requerida.

Intervenções voltadas a mulheres refugiadas e migrantes venezuelanas – Observa-se que, entre refugiados e migrantes em comparação à população brasileira, é menor, proporcionalmente, a presença de pessoas refugiadas e migrantes no trabalho formal; há maior desalento; a taxa de desocupação e subocupação é maior; e o rendimento médio do trabalho é menor, em decorrência da

acentuada informalidade verificada. Importante também ressaltar que o rendimento médio do trabalho de homens é 18,5% superior ao rendimento médio do trabalho de mulheres. Assim, é necessário que haja ações específicas voltadas para a **geração de renda de mulheres refugiadas e migrantes**, que respondem por 94,4% das famílias monoparentais de refugiados e migrantes venezuelanos.

Espaços cooperativos para geração de renda – Outros formatos de geração de renda que possam complementar os ganhos das famílias refugiadas e migrantes venezuelanas podem ser buscados. É oportuno que sejam avaliadas as possibilidades como **espaços cooperativos** para que mulheres que chefiam famílias possam se revezar em turnos de trabalho para a prestação de serviços segundo as suas habilidades descritas, como a costura e a produção de alimentos para entrega. Cooperativas desse tipo podem convergir a habilidade em trabalhos manuais e a gastronomia com investimento relativamente baixo para a criação do espaço físico, um website e a articulação com plataformas de entrega, a partir, inicialmente, da identificação dos próprios refugiados e migrantes que já prestam esse serviço.

Uso de espaços públicos e socialização – A ocupação não ordenada do espaço urbano no centro antigo de Manaus foi apontada nas entrevistas como um inconveniente. Especificamente, a situação de ter a avenida Joaquim Nabuco se tornado um ponto de grande movimentação envolvendo brasileiros, refugiados e migrantes, ao redor de carrinhos de alimentos onde se instalam cadeiras e mesas teria, conforme afirmado, criado um ambiente propício para situações perigosas, ilícitas e de degradação do espaço, gerando incômodos para os comerciantes da região.

Uma sugestão apontada durante a pesquisa foi de que os carrinhos de alimentação e a movimentação se deslocassem um quarteirão da avenida Joaquim Nabuco, em área regulamentada pelo poder público para atividades públicas. Nesse sentido, a interlocução entre poder público, comerciantes da região, organizações humanitárias e pessoas refugiadas e migrantes é relevante, visando à atenuação do inconveniente verificado e para se construir **acordos em torno de espaços** específicos destinados a feiras e à socialização.

Como demonstrou a pesquisa quantitativa ao descrever a situação ocupacional dos refugiados e migrantes venezuelanos da amostra em Manaus, mais de um quinto – 21,7% dos entrevistados, que representam 36,3% da força de trabalho ocupada – trabalham como autônomos nas ruas e em feiras de Manaus. A esses se somam 5,5% que, no conjunto da amostra, se declaram como donos do próprio negócio e representam 9,2% da força de trabalho refugiada e migrante venezuelana ocupada em Manaus.

Ao mesmo tempo, pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas estão muito presentes em trabalhos em bares e restaurantes, são muito elogiadas pela habilidade na gastronomia e no atendimento.

Tomando isso em conta, um possível espaço poderia ser negociado com o setor público e entidades empresariais para uma **Feira gastronômicas e/ou culturais**, de caráter regular, em dia específico da semana, destinada a apresentações culturais e gastronomia venezuelana, em pequenas barracas ao estilo *food truck*. Eventos desse tipo têm potencial para geração de renda a refugiados e migrantes venezuelanos, ao mesmo tempo em que pode promover a integração e socialização com brasileiros e outros.

Acesso à rede local de assistência social e a benefícios sociais – Apesar da grande disposição manifesta para o trabalho, refugiados e migrantes venezuelanos estão ainda distantes de alcançar a renda familiar mínima projetada de BRL 2.328,3⁵ para as despesas básicas de suas famílias. Considerando que a renda familiar média dessas famílias era de BRL 1.010,0 no período da pesquisa, o mínimo necessário projetado para a sobrevivência representa mais que o dobro do que recebiam. A renda familiar per capita média de refugiados e migrantes venezuelanos em Manaus era de BRL 346,5 – o equivalente a BRL 11,6 por dia.

Esta situação reflete o olhar qualitativo anotado por representantes do poder público municipal e estadual e da sociedade civil entrevistados de que se trata de uma população com parcela considerável de famílias elegíveis às políticas sociais do Estado. Todavia, os beneficiários do programa social Bolsa Família, em vigor no momento desta pesquisa quando ainda não se havia iniciado o pagamento do Auxílio Brasil, representavam apenas 12,9% das famílias com filhos de 0 a 18 anos. 5,7% das famílias com filhos de 0 a 18 anos não tinham documentos no mês de referência desta pesquisa⁶. Nesse sentido,

5 — Interessante notar que se trata de uma renda média nominal projetada próxima - apenas 14,2% superior - em relação àquela estimada pelas famílias em Boa Vista em dezembro de 2020, quando avaliavam precisar de BRL 2.038,00 para a manutenção de suas famílias fora dos abrigos.

6 — Importa notar que o acesso ao Bolsa Família apresentou restrições durante alguns períodos em 2021 para novos inscritos ou atualizações de cadastro na cidade de Manaus com a declaração de emergência em saúde pública causada pela pandemia de COVID-19, o que dificultou o acesso ao benefício durante o período. Ainda, aqueles que recebiam o Bolsa Família no período anterior ao início do Auxílio Emergencial passaram a receber apenas este benefício, quando apresentava valor maior do que o Bolsa Família, de maneira que os auxílios não se somaram, sendo o último (posteriormente nomeado Auxílio Brasil) retomado apenas em novembro de 2021 e não contemplando necessariamente todos os que foram anteriormente beneficiários do Auxílio Emergencial. Vale também destacar o fechamento da fronteira por motivos sanitários relacionados à pandemia de COVID-19 a partir de março de 2020, o que também restringiu o acesso à documentação de pessoas venezuelanas e, por consequência, o acesso aos benefícios sociais. Foram variáveis do Modelo 1: gênero, idade, escolaridade, tempo em meses em Manaus, número de pessoas exercendo no núcleo familiar principal, proficiência em português. No Modelo 2, foram mantidas as variáveis e acrescida a variável “documentação” no Bra-

uma campanha informacional dirigida a esta população sobre o **acesso à rede local de assistência social e a benefícios sociais**, decorrentes da condição de vulnerabilidade de famílias com filhos em idade escolar, seria de grande valia.

Importância de documentação e proficiência em português – Ainda olhando para a renda familiar, três modelos de regressão linear de Mínimos Quadrados Ordinários avaliaram o impacto de fatores determinantes da renda das famílias. Foram fatores que se destacam com efeitos importantes sobre a renda familiar: **1)** o número de pessoas exercendo atividade remunerada no núcleo familiar principal; **2)** estar documentado e/ou tempo em meses que vive em Manaus; **3)** e a proficiência em português.

Há uma lista de qualidades positivas anotadas por empresários sobre a mão de obra refugiada e migrante venezuelana: disponíveis, esforçados no aprendizado e execução das tarefas, compromissados, relacionam-se bem, fazem amigos com facilidade e introduzem novas formas de trabalhar, uma nova cultura no ambiente do trabalho, o que é considerado enriquecedor. Porém, são anotadas dificuldades no ambiente do trabalho relacionadas a eventuais situações de baixa proficiência em português e de falta de documentação, o que dificulta ou impede a contratação e o pagamento. A questão da proficiência em português é fator recorrente em modelos de regressão que avaliam renda familiar de refugiados e migrantes, sendo necessário reiterar a importância que **cursos de português** assumem para esta população. Igualmente, é essencial que informações sobre o **acesso à documentação** sejam amplamente divulgadas, no que se verifica que 6,4% dos respondentes da pesquisa quantitativa não possuíam documentos de regularização migratória no Brasil, e depoimentos de entrevistados do setor produtivo relatam a dificuldade para contratações e pagamentos verificadas quando da falta de documentação por pessoa venezuelana com documentação faltante.

Informações sobre direitos e deveres no trabalho – Ao mesmo tempo em que refugiados e migrantes venezuelanos chegam a Manaus com disposição para buscar se inserir no mercado laboral, prevalece desinformação e desconhecimento em relação aos direitos e deveres do trabalhador expressos na Consolidação das Leis do Trabalho: 58,5% declaram desconhecer os direitos e deveres dos trabalhadores previstos na CLT; 35,1% afirmam co-

sil. No Modelo 3, foram mantidas as variáveis do Modelo 1 e acrescida a variável “acesso à internet”.

Ao ser introduzida a variável “documentação” no Modelo 2, a variável tempo em meses em Manaus perdeu significância na equação, uma vez que, há tendência, com o passar do tempo, de regulamentação dos documentos.

nhecer um pouco sobre a legislação trabalhista; e apenas 6,5% conhecem muito bem (1%) ou conhecem o suficiente (5,5%). Essa desinformação em relação aos direitos e deveres trabalhistas se soma à vulnerabilidade do refugiado e migrante no país de acolhida, o que suscita o aceite de situações de trabalho que possam ser inadequadas ou de menor pagamento.

Assim, campanhas informativas aos refugiados e migrantes sobre os seus direitos e **deveres no trabalho** são necessárias, com a legislação trabalhista podendo ser matéria concomitante a cursos de português, cursos de qualificação profissional, e sessões de orientações sobre o acesso ao mercado de trabalho ofertadas a refugiados e migrantes. Ainda, tem relevância a consideração de campanha voltada ao setor empresarial que aborde a dignidade do trabalhador manauara e do refugiado e migrante, voltada à sensibilização para **prevenção de situações de exploração trabalhista**.

Acesso a creches e escolas – Dada a precariedade da inserção laboral verificada, a escolaridade não se revela variável com efeito importante sobre a renda familiar nos três modelos de regressão analisados. Para driblar os baixos rendimentos do trabalho e dificuldades da inserção laboral, o número de pessoas trabalhando no arranjo fa-

miliar constitui saída para a sobrevivência: os três modelos de regressão isolam e apontam o efeito sobre a renda familiar do número de familiares exercendo atividade remunerada no domicílio.

Para que mais pessoas do núcleo familiar possam trabalhar, contudo, é necessário solucionar as questões de cuidados com recém-nascidos e crianças em idade escolar que demandam cuidadores, em geral, as mães que assim ficam indisponíveis para o trabalho: como se viu na tabela de contingência que avalia a situação ocupacional do respondente segundo o gênero, 15,2% das mulheres que participam desta pesquisa não estão no mercado laboral porque dedicam-se a cuidar de familiares. No conjunto das famílias entrevistadas na pesquisa, há 19,3% de crianças de 0 a 5 anos e 16,5% de crianças de 6 a 12 anos. É fundamental que se garanta **espaços em creches e nas escolas**, bem como garantir que crianças em idade escolar acessem a educação – entre as 55,8% famílias da pesquisa, que possuem crianças de 6 a 18 anos, 35,9% delas têm filhas e filhos que estão fora da escola. Dentre estas, 36,9% são famílias com crianças do grupo etário de 6 a 12 anos; 47,6% são famílias com jovens de 13 a 18 anos; e 15,5% são famílias com crianças e jovens de 6 a 12 anos e de 13 a 18 anos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As economias do estado de Roraima e da cidade de Manaus possuem diferenças significativas. Enquanto Roraima apresenta expressiva participação da Administração Pública (46,1%) e dos Serviços (37,6%) no Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado, seguido de uma pequena participação da Indústria (11,1%) e da Agropecuária (5,2%), a cidade de Manaus tem os Serviços (43,8%) e a Indústria (41,8%) como principais partes da composição de seu VAB, seguida pela Administração Pública (14,1%) e pela Agropecuária (0,3%).

Essa diferença é refletida no número de vínculos empregatícios por setor econômico em cada uma das regiões. Em Roraima, verifica-se a Administração Pública sendo setor com maior número de vínculos empregatícios (51%), seguida por Serviços (20,2%), Comércio (19,3%) – os 3 setores representando mais de 90% dos vínculos empregatícios – e em menor medida, Construção Civil (3,5%), Indústria (3%), Agropecuária (1,6%), Serviços Industriais de Utilidade Pública (1,2%) e Extrativismo Mineral (0,1%).

Em Manaus, o setor de Serviços é aquele com maior número de vínculos empregatícios (32,3%), seguido pela Administração Pública (25,6%), Indústria (18,9%), Comércio (17,9%) – representando mais de 90% dos vínculos empregatícios – após esta, em menor medida, estão a Construção Civil (3,8%), Serviços Industriais de Utilidade Pública (1,1%), e em número bastante reduzido, Agropecuária (0,3%) e Extrativismo Mineral (0,1%).

Tanto por parte do setor produtivo do estado de Roraima quanto da cidade de Manaus, verificou-se demanda por profissionais de níveis de escolaridade e qualificações profissionais distintas. Em comum, nota-se a ênfase

apresentada pelos setores produtivos para a importância do aperfeiçoamento da proficiência em português, uma vez que a comunicação com colegas e clientes favorece as rotinas de trabalho, sendo aspecto relevante para a contratação de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas na maioria das funções.

Ainda, nota-se a relevância do acesso à documentação para possibilitar o acesso a postos de trabalho ou a oportunidades de capacitação profissional. Também próxima ao acesso à documentação se encontra a revalidação de diplomas, meio pelo qual profissionais com qualificações obtidas no país de origem possam ser reconhecidos para a prática profissional no Brasil. Vale também mencionar que, em ambos territórios da pesquisa, a informação para pessoas refugiadas e migrantes sobre direitos e deveres em relação à legislação trabalhista brasileira é relevante, tanto para compreensão de contratações, regras e dinâmicas do trabalho no Brasil, quanto para prevenir situações de irregularidades no trabalho – seja em relação a comportamentos do contratante ou do trabalhador. Adicionalmente, importa indicar que a promoção de informações sobre a vida no Brasil para pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas, bem como sobre os segmentos econômicos de maior demanda por trabalho na região e sobre elementos de cultura organizacional predominantes no setor privado brasileiro, podem promover que a inserção destes profissionais no mercado de trabalho seja mais favorável.

Em ambas as localidades, foi verificada a importância de promoção de ações voltadas a mulheres refugiadas e migrantes venezuelanas, especialmente aquelas que

chefiam famílias monoparentais, que tendem a estar mais sobrecarregadas com responsabilidades familiares, impactando perspectivas de inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, é necessário sublinhar que a garantia de espaços em creches e nas escolas para crianças tem relevância para possibilitar o acesso dessas mulheres a oportunidades de geração de renda. Menciona-se também que ações que promovam relações mais igualitárias entre homens e mulheres venezuelanas, no que toca a assimetrias na distribuição do poder dentro dos arranjos familiares e nas responsabilidades com tarefas domésticas e cuidados com filhos, poderia permitir que mais mulheres estivessem disponíveis ao trabalho e, conseqüentemente, aumentariam as perspectivas de maiores rendimentos familiares. Observa-se também que possibilidades de espaços cooperativos para geração de renda, que podem se dar a partir de engajamentos comunitários, são alternativas que podem ser consideradas para que mulheres que chefiam famílias possam se revezar em turnos de trabalho para a prestação de serviços ou para produção e venda.

Também tanto no estado de Roraima quanto na cidade de Manaus, avalia-se que a promoção do uso de espaços públicos, para a promoção de feiras e de socialização entre venezuelanos e brasileiros, pode ser meio significativo para estimular a integração entre essas populações, visando à difusão e ao encontro entre culturas ao mesmo tempo em que promove a geração de renda. Essa iniciativa relaciona-se à importância, inclusive, do empreendedorismo – meio relevante a ser considerado para intensificação de possibilidades de geração de renda.

A mobilização do setor privado a respeito da contratação de pessoas refugiadas é essencial para a promoção da empregabilidade desta população. Nesse sentido, a aproximação junto a representações de segmentos produtivos abertos a parcerias, bem como campanhas voltadas a empresas sobre o tema, e contato junto a empresas de recursos humanos, são meios de ampliar as interfaces com o setor privado e as oportunidades a estarem disponíveis para pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas, além de permitir que elucidações sobre direitos de trabalhadores venezuelanos sejam aventadas. Também, no que toca à aproximação com o setor privado, especialmente no que se refere aos meios de submissão de candidaturas a vagas de emprego, importa que a informação sobre os principais canais para acesso a vagas de emprego seja difundida, podendo tomar como meio de compartilhamento de informações os grupos virtuais mais utilizados pela população venezuelana em redes sociais.

A Indústria em Manaus aponta a demanda tanto por profissionais com qualificação a partir do ensino médio, para postos intensivos em mão de obra, quanto nível superior ou técnico e experiência em operação de equipamentos industriais, para postos intensivos em tecnologia. Na Indústria da Alimentação, além de postos intensivos em mão de obra para produção, verifica-se também demanda por funções na cadeia produtiva que contemplam motoristas e carregadores. Em Roraima, a confecção industrial mostrou-se segmento em que se valoriza habilidade da costura e conhecimento para uso de maquinário industrial.

Na Construção Civil, verifica-se demanda em Roraima por operadores de máquinas empregadas em canteiros de obra, como motoniveladora, pá carregadeira, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, caminhões autobomba, betoneira, dentre outras. Em Manaus, verifica-se demanda por oficiais e serventes enquanto pedreiro de alvenaria, carpinteiro, pintor, bombeiro hidráulico e eletricista. Igualmente, verifica-se demanda por outras funções dentro desta cadeia produtiva, incluindo funções de fornecimento de materiais e insumos, motorista, carregador/descarregador, especialista em climatização, instalação elétrica e hidráulica de ar-condicionado, paisagismo, jardineiro, marketing e agentes mobiliários.

No segmento de Serviços e Comércio, funções demandadas para vendedores e caixas frequentemente exigem o Ensino Médio e algum nível de proficiência em português para a comunicação com o cliente, bem como bom desempenho em matemática para caixa. Ao mesmo tempo, cargos de limpeza e manutenção e de empacotadores têm exigência menor, em geral ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto. É no setor de Serviços e Comércio, também, que em Roraima se verificou relevante demanda por profissionais eletricitas e técnicos em instalação e manutenção de ar-condicionado. Faz-se também referência em Roraima às funções de programadores, *web designers*, videomakers, produção de conteúdo digital e gerenciamento de redes sociais, que foram ressaltadas em consideração ao trabalho com plataformas virtuais.

Ressalta-se, no setor de Serviços e Comércio, os segmentos de Bares e Restaurantes e do Turismo. Para Bares e Restaurantes, na pesquisa em Manaus, verifica-se a demanda por funções de atendimento ao cliente – garçons, auxiliares de garçom, barman e recepcionista – os quais geralmente requerem ensino médio completo e razoável proficiência em português para comunicação com clientes. Também, funções na equipe de produção (cozinha e auxiliar de cozinha) requerem ensino médio,

curso profissionalizante e noções de boas práticas de alimentação e higiene e manipulação de alimentos. Ao mesmo tempo, funções de serviços gerais, incluindo limpeza e manutenção, geralmente não requerem escolaridade ou requerem apenas ensino fundamental completo. Ainda, verifica-se demanda por funções relativas a entregas em domicílio – atendimento telefônico, monitoramento de aplicativo de *delivery*, e entregas – para os quais são necessários proficiência em português e conhecimento da cidade. Por fim, verifica-se também a demanda por funções em cargos administrativos, para as quais requer-se ensino superior.

No segmento do Turismo, tanto no estado de Roraima quanto na cidade de Manaus, a proficiência em espanhol é frequentemente desejável. Em Manaus, considera-se funções para atendimento e recepção, mas também bem como serviços de manutenção hidráulica e elétrica em hotéis e pousadas. Também, o setor demanda funções indiretamente relacionadas, como para transporte, alimentação, atividades culturais diversas, além do consumo de serviços e compras. Em Roraima, nota-se a demanda por mão de obra em hotéis, bem como para turismo ecológico e de aventuras.

Em relação ao setor primário, foram identificadas em Roraima perspectivas relativas à demanda por hortifrutis – o que faz com que a agricultura familiar, o cultivo de

hortas comunitárias para consumo e comercialização, e a absorção de profissionais para operação de máquinas agrícolas, sejam viáveis. Ainda, nota-se a oportunidade para trabalho no setor primário em empregos em frigoríficos. Por fim, aponta-se a relevância de oportunidades de trabalho em torno da logística da exportação de produtos diversos, sobretudo agrícolas, para a qual interessa a proficiência em espanhol. Desta feita, importa que intervenções voltadas a facilitar a geração de renda de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Roraima e Manaus tomem em conta os setores econômicos com maior potencial para a empregabilidade, as funções mais demandadas em cada setor e as qualificações requeridas para o exercício dessas funções. Assim, faz-se possível que ações voltadas à promoção da empregabilidade evidenciem esforços para aproximação dos setores econômicos de maior potencial de absorção de mão de obra refugiada e migrante venezuelana, identifiquem profissionais com as qualificações e interesses profissionais requeridos, bem como promovam a qualificação profissional para estas funções, visando que a oferta de mão de obra refugiada e migrante venezuelana atenda às demandas de mão de obra apresentadas pelos setores produtivos, concomitantemente à promoção da documentação, da proficiência em língua portuguesa, e do conhecimento das leis e práticas do mercado de trabalho no Brasil.

Parceiros do ACNUR no Amazonas e Roraima:



O ACNUR Brasil aprecia o apoio e parceria de todas as outras agências da ONU, autoridades brasileiras (a nível federal, estadual e municipal) e organizações da sociedade civil envolvidas na resposta de emergência e nos programas regulares de sua operação brasileira.



UNHCR
ACNUR
Agência da ONU para Refugiados

🐦 @ACNURBrasil

📷 @acnurbrasil

📌 /ACNURPortugues

🌐 /company/acnurportugues

acnur.org.br

acnur.org (Américas)

unhcr.org (Global)

CONTATO

Oscar Sánchez Piñeiro

Chefe do Escritório do ACNUR em Boa Vista

✉ sanchezo@unhcr.org

Sara Angheleddu

Chefe do Escritório do ACNUR em Manaus

✉ angheled@unhcr.org

Para mais informações:

✉ brabrpi@unhcr.org